

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

DEBHORA FERNANDA CUSTÓDIO BENTO

**POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E INSERÇÃO DE
JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO EM REGIÕES
PERIFÉRICAS: o caso do município de Ipojuca (PE)**

RECIFE

2016

DEBHORA FERNANDA CUSTÓDIO BENTO

**POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E INSERÇÃO DE JOVENS NO
MERCADO DE TRABALHO EM REGIÕES PERIFÉRICAS: o caso do município de
Ipojuca (PE)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação da Professora Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

RECIFE

2016

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

B478p Bento, Debhora Fernanda Custódio.

Políticas de qualificação profissional e inserção de jovens no mercado de trabalho em regiões periféricas: o caso do município de Ipojuca (PE) / Debhora Fernanda Custódio Bento. – 2016.

149 f.: il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eliane Maria Monteiro da Fonte

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2016.

Inclui Referências e apêndices.

1. Sociologia. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Jovens – Emprego. 4. Jovens – Qualificação profissional. 5. Juventude. 6. Assimetrias regionais. 7. Suape Complexo Industrial Portuário. 8. Ipojuca (PE). I. Fonte, Eliane Maria Monteiro da (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-010)

DEBHORA FERNANDA CUSTÓDIO BENTO

**POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E INSERÇÃO DE JOVENS NO
MERCADO DE TRABALHO EM REGIÕES PERIFÉRICAS: o caso do município de
Ipojuca (PE)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em: 30/08/2016.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte (Orientadora)

Prof. Dr. Remo Mutzenberg (Examinador interno)

Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima (Examinador externo)

AGRADECIMENTOS

Entendo esta pesquisa como mais um passo dado num processo de construção e de constante aprendizado. Processo esse que tive a sorte e a alegria de poder contar com grandes figuras humanas, pessoas essenciais a quem gostaria de agradecer.

Agradeço, primeiramente, à energia maior que me rege, que esteve e está presente em todos os momentos de minha vida, ao Cristo humanizado- exemplo de amor, generosidade e simplicidade – que me guia e conduz.

Agradeço e dedico este trabalho aos meus anjos na terra: mãe, pai, irmão, tia Nanci, Nadijane e Marília. Não tenho palavras para descrever o carinho, o amor, a presença e a constância de vocês em minha vida. Em um momento tão intenso, conturbado e de tantos desafios, o amor de cada um me mostrou que era possível seguir. Obrigada!

À minha mãe, pelo exemplo de força e coragem. Por todo o cuidado, compreensão e por me ensinar que ser verdadeira comigo mesma é o melhor caminho para a felicidade. Ao meu pai, por toda cumplicidade, pelo apoio incondicional e pelo amor que vem de outra existência.

Ao meu irmão, por toda alegria que me fez sentir no dia do seu nascimento e que me acompanha, pelo amor que se renova a cada dia, a cada aprendizado.

À Ruan, meu pequeno. Sua tia agora acredita que descobriu o que fazer com todas aquelas palavras!

À Marília, minha irmã, pelo compartilhar de sonhos, alegrias, frustrações e aprendizado. Agradeço por fazer parte das minhas melhores lembranças, a infância em Enseadas e a cumplicidade na adolescência, e, hoje, pela fortaleza que é, não me deixando esmorecer.

Às minhas tias mães. Tia Nanci, pelo carinho, pelo acalento, pelo apoio incondicional e energia restauradora. À tia Nadijane, pelo amor, cuidado e dedicação. Às tias Neline, Neuza e Nilva, pela torcida sincera.

Aos meus queridos avós, Manoel, Severina, Lita e Toinho, por todo amor a que me dedicam e pela forte presença em minha vida.

Aos alunos e gestoras do IFPE Campus Ipojuca que me concederam entrevistas, bem como aos gestores locais do CEMEP, Secretaria de Juventude do Ipojuca e gestora da Secretaria da Micro e Pequena Empresa Trabalho e Qualificação do governo do estado.

À Universidade Federal de Pernambuco, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Ao querido amigo e professor Marcos Ferreira da Costa Lima, figura fundamental no meu processo de construção e descobertas nas Ciências Sociais. Professor, obrigada pelo apoio, pela generosidade, e, principalmente, pelo senso de justiça e olhar humanizado que lança para o real, que inspira a mim e a tantos outros alunos.

À querida Juju, prof^a Maria de Jesus Britto Leite, a quem tenho muito carinho e com quem tive o prazer de trabalhar e conviver no Projeto REDBCM. Juju, obrigada por toda generosidade, pelo incentivo e torcida sincera.

À minha querida orientadora, prof^a Eliane Maria Monteiro da Fonte, figura fundamental nessa conclusão de mestrado. Professora, muito obrigada por ter aceitado me orientar já no decorrer do mestrado. Não tenho palavras para agradecer o acolhimento, o profissionalismo e a generosidade. Obrigada pelas contribuições, paciência e compreensão.

Ao professor Ricardo Santiago pela generosidade, convivência e aprendizado na disciplina de Estágio e Docência.

Ao professor Remo Mutzenberg pelas maravilhosas aulas na graduação em Ciências Sociais, pela atenção que dedica aos seus alunos, pelas contribuições na minha banca de defesa de projeto de mestrado e por ter aceitado participar da banca de defesa da dissertação.

Aos professores e colegas do LAEPT-(UFPB) pelos debates, reflexões e acolhimento. Ao professor Roberto Vêras e ao colega Eugênio Pereira, por toda generosidade.

Ao professor Wilson Fusco pela disciplina de método ministrada por ele a minha turma de mestrado. Agradeço ao prof Wilson Fusco, pesquisadores da Fundaj, Observatório- PE/ UFPE e aos alunos e professores do LAEPT- UFPB envolvidos na pesquisa que resultou no excelente material sobre Suape, o relatório: *Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, trabalho, condições de moradia, identidade e novas territorialidades*.

Aos colegas de mestrado pela convivência e aprendizado. Em especial, aos amigos Ênio, pela atenção, energia boa e amizade; Gleiciane, pela parceria, pelo compartilhar de projetos e amizade; e a Valtemira Vasconcelos pela generosidade.

Aos meus tios queridos, em especial, Fernando, Gildo, Geraldo e Alexandre. À minha madrinha Ana e minha querida amiga Nadja.

Às amigas feitas nas Ciências Sociais e que certamente serão para a vida: Emanuele, Waneska e Ivon.

Aos amigos-irmãos Kaio e Angela pela torcida sincera, pelo compartilhar de sonhos e de dias melhores.

Aos amigos Cema, Yolli, Rodolfo, Hortência, Bárbara, Márcia, Gabi e Line. Às amigas Dani, Maria Luiza, Aline e Carol, pela torcida.

À família Baca, em especial, às minhas maricotas: Aline, Duda, Cami, Ana e Jeane pela amizade, presença, incentivo e torcida sincera. A amizade de vocês é muito especial para mim.

À Mayara Palácio, amiga querida, pelo apoio, torcida sincera e amizade. A thamy pela amizade.

À Adne, obrigada, não só por todo profissionalismo, mas pela sensibilidade, generosidade e olhar humano.

RESUMO

O presente estudo pretende contribuir com as discussões sobre desenvolvimento em regiões periféricas, buscando problematizar quais as possibilidades de se estabelecer um desenvolvimento mais inclusivo em regiões subdesenvolvidas, tendo como estudo de caso o Município do Ipojuca, localizado no Estado de Pernambuco (Brasil). A análise preliminar de dados sobre o campo de estudo suscitaram algumas questões, que nortearam esta pesquisa: O discurso de desenvolvimento na região refletiu em melhoria de condições de vida da população? Quais os efeitos do Complexo Industrial e portuário de Suape sobre o município do Ipojuca no que tange a situação emprego e renda? Quais as possibilidades efetivas de acesso à educação e qualificação profissional da população local? Quais são as estratégias que estão sendo desenvolvidas nas políticas públicas de qualificação voltadas aos jovens do município do Ipojuca? Em que medida essas políticas podem contribuir para a inserção dos jovens no mercado de trabalho? De que forma isso reflete na percepção dos jovens quanto às oportunidades de emprego e melhoria de renda? Quais as expectativas de futuro desses jovens? Este trabalho teve como objetivos específicos: analisar as políticas de qualificação profissional desenvolvidas nas diferentes esferas estatais (federal, estadual e municipal) no município do Ipojuca; investigar as expectativas educacionais e ocupacionais dos jovens locais; averiguar qual a percepção dos jovens quanto às oportunidades de emprego e melhoria de renda e suas expectativas de futuro. Para a construção dos dados foram realizadas entrevistas com gestores municipais e estaduais de políticas de qualificação profissional no território de análise, além de terem sido realizadas entrevistas com jovens, estudantes do Instituto Federal de Pernambuco - IFPE (Campus Ipojuca) e gestores do referido instituto. A análise dos dados aponta os seguintes resultados. 1) No bojo do novo desenvolvimentismo, o investimento em políticas sociais, como a qualificação profissional refletiu na inserção de jovens pobres ao ensino profissionalizante e ao ensino superior, ampliando suas expectativas de futuro em comparação com gerações anteriores como a de seus pais, que não tiveram oportunidades semelhantes; 2) Entretanto, percebe-se que falta uma maior articulação entre governo do Estado de Pernambuco e município do Ipojuca no que tange a qualificação profissional local; 3) As políticas sociais se apresentam como importantes vetores para um desenvolvimento mais inclusivo, para tal é mister uma maior efetividade dessas políticas e uma articulação maior entre alguns sujeitos (Governo Federal, Estadual e Municipal), bem como a participação ativa da sociedade civil para que se possa gerar, de fato, desenvolvimento – entendido aqui como algo para além do mero crescimento econômico.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Regiões periféricas. Suape. Ipojuca. Qualificação profissional. Juventude.

ABSTRACT

The current study plans to contribute to discussions on development in peripheral regions, seeking to discuss the possibilities of establishing a more inclusive development in underdeveloped regions, using the Municipality of Ipojuca (located in the State of Pernambuco, Brazil) as a case study. The preliminary analysis of field work data raised the questions which guided this study: Has the discourse on development in the region meant better living conditions for the population? What are the effects of the Industrial Port Complex of Suape in the Ipojuca municipality where the situation of work and earnings is concerned? What are the real possibilities of access to education and professional training for the local population? What are the strategies which are being developed in policies for youth training in the municipality of Ipojuca? In what way can these policies contribute to the insertion of young adults into the workplace? In what way is this reflected in the perception of young people in relation to employment opportunities and a better salary? What are the expectations for the future in these young people? This work had as its specific objectives: to analyze policies of professional training developed in differing spheres of state influence (federal, state and municipal) in the municipality of Ipojuca; to investigate educational and occupational expectations of local youth; to try to predict what perceptions young people have with regard to employment and salary opportunities, and to consider their expectations for the future. For the construction of the data, interviews with municipal and state managers of professional training policies were conducted within the territory under analysis, alongside interviews with young adults, students from the Federal Institute of Pernambuco (IFPE, Ipojuca Campus) and those who manage this institute. The analysis of data points towards the following results: 1) In the wake of the new style of development, investment in social policy, such as professional training, was proportional to the insertion of poorer young people into work training schemes and higher education, widening their expectations about the future when comparing them to past generations (such as their parents) which were not offered such opportunities; 2) In spite of this, it is perceived that there is a lack of articulation between the government of the State of Pernambuco and Ipojuca municipality in relation to local professional training; 3) Social policies present themselves as the most important vectors for a more inclusive development. This being the case, it is important for there to be a greater effectiveness in these policies and a greater articulation between some actors (Federal, State and Municipal Governments), as well as the active participation of civil society so that development can, in fact, occur – understood here as something beyond mere economic growth.

Key words: Development. Peripheral regions. Suape. Ipojuca. Professional training. Youth.

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 – Crescimento da Economia Mundial – 2000 a 2007 (%).....	57
Tabela 2.2. Taxa de desemprego total no Brasil, Chile, França, Espanha e Estados Unidos (2000- 2014).....	60
Tabela 2.3. Taxa de desemprego juvenil (15-24 anos) no Brasil, Chile, França, Espanha e Estados Unidos (2000- 2014).....	60
Tabela 2.4. Taxa (%) média anual de crescimento de Desemprego Total e de Desemprego Juvenil (2000 a 2014).....	61
Tabela 2.5. Proporção de jovens homens e mulheres de 18 a 25 anos que eram “nem nem” nas datas dos censos demográficos. Brasil.....	63
Tabela 2.6. Brasil e grandes regiões: estoque total de empregos formais (2002, 2010 e 2014).....	71
Tabela 2.7. Estoques de Empregos Formais de Jovens de 15-29 anos por Região brasileira.....	71
Tabela 3.1. Principais Empreendimentos instalados ou em fase de implantação em Suape.....	93
Tabela 3.2. Outros empreendimentos instalados ou em fase de implantação em Suape.....	94
Tabela 3.3. Empreendimentos em negociação para instalação em Suape.....	94
Tabela 3.4. Ipojuca - Distribuição da População Total por Faixas Etárias - 2000 e 2010	98
Tabela 3.5. Ipojuca - Distribuição dos Migrantes por Faixas Etárias - 2000 e 2010	98
Tabela 3.6. – Participação Relativa (%) de Pernambuco no PIB do Brasil e dos municípios da AIS em Pernambuco – 2000/2010.	100
Tabela 3.7. Produto Interno Bruto a preços constantes (em R\$ milhões), Brasil, Pernambuco, AIS e municípios – 2000/2010.....	101
Tabela 3.8 – População Ocupada Formalmente e Informalmente no Brasil, Pernambuco, Ipojuca e AIS – 2000/2010.....	103
Tabela 3.9 População Ocupada Formalmente e Informalmente no Brasil, Pernambuco, Ipojuca e AIS – 2000/2010 (%).....	103
Tabela 3.10. População ocupada por nível de instrução (%), Brasil, Pernambuco e Área de Influência de Suape – 2010.....	103

Tabela 3.11. – Salário Médio Mensal Municípios do TES.....	104
Tabela 3.12 – Empregos formais (%) em Ipojuca e AIS por faixa de remuneração média (SM) 2002-2014.....	106
Tabela 4.1. Caracterização sociodemográfica dos estudantes entrevistados, em números percentuais.....	118
Tabela 4.2. Nível de escolaridade dos pais dos alunos entrevistados.....	119
Tabela 4.3. Motivação para cursar o curso técnico/profissionalizante.....	120
Tabela 4.4. Dificuldade em assimilação do conteúdo das disciplinas.....	121
Tabela 4.5. Busca de inserção no mercado de trabalho dos alunos entrevistados.....	123
Tabela 4.6. Expectativa de futuro dos alunos entrevistados.....	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1. Taxa de desemprego juvenil (15-24 anos) no Brasil, Chile, França, Espanha e Estados Unidos (2000- 2014)	59
Gráfico 2.2. Desembolsos do BNDES no Nordeste (2005-2012).....	69
Gráfico 3.1. Distribuição da população de Ipojuca segundo Status Migratório – 2000.....	99
Gráfico 3.2. Distribuição da população de Ipojuca segundo Status Migratório – 2010.....	99
Gráfico 3.3. Evolução da Participação relativa (%) do estoque de empregos formais de jovens da Ais e Ipojuca – 2002-2014.....	110
Gráfico 4.1. Distribuição dos alunos por tipo de curso técnico que frequenta.....	118
Gráfico 4.2. Cursos que os alunos entrevistados pretendem fazer após concluir o curso técnico (%).....	125

LISTA DE MAPAS

Mapa 01. Área de influência do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS)	17
Mapa 2.1 - Projetos estruturantes no Nordeste	70
Mapa 2.2. Localização dos campi das Universidades Federais em 2002	73
Mapa 2.3. Localização dos campi das Universidades Federais em 2010	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1. Localização do Território Estratégico de Suape	96
Figura 3.2. Configuração atual do Território Estratégico de Suape.....	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1. Desembolsos do BNDES no Nordeste, por Estados (2006-2012)	69
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1. ASPECTOS CONCEITUAIS DO DESENVOLVIMENTO, DESIGUALDADE E POBREZA NA PERIFERIA DO SISTEMA CAPITALISTA	22
1.1 Concepções de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento	22
1.2 Pobreza e Exclusão Social.....	33
1.3 Juventude, trabalho e vulnerabilidade social.....	41
1.4 Qualificação profissional em sociedades periféricas.....	46
CAPÍTULO 2. NOVO DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL E AS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS	54
2.1. O desemprego juvenil no contexto dos limites do desenvolvimento capitalista.....	54
2.2. As condições sociais dos jovens que nem estudam nem trabalham na Europa e no Brasil	61
2.3. Políticas sociais no contexto do novo desenvolvimentismo no Brasil.....	65
2.4. Políticas de Qualificação Profissional no Brasil	75
2.5. Educação profissional no Brasil	79
CAPÍTULO 3. O COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE (CIPS) E SEUS REFLEXOS NO MUNICÍPIO DE IPOJUCA	86
3.1. Suape no contexto das políticas de desenvolvimento regional	86
3.2. Caracterização do município de Ipojuca (PE).....	97
CAPÍTULO 4. A QUESTÃO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO EM IPOJUCA NA PERSPECTIVA DOS ATORES LOCAIS	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	133
APÊNDICES	144

INTRODUÇÃO

No século XXI, o capitalismo demonstrou mais uma vez seus limites com a crise financeira internacional iniciada nos Estados Unidos, a *Subprime*¹, que expressou os limites da ideologia de mercado, provocando a retração da economia mundial e impactou de formas diversas as distintas economias do globo que vinham numa escalada crescente desde o início do novo milênio. A crise iniciada na esfera financeira atingiu diretamente os países centrais do sistema capitalista, como os Estados Unidos e países da Zona do Euro, refletindo no aumento de desigualdades, nas altas taxas de desemprego – inclusive o aumento do desemprego juvenil e no crescimento do desemprego estrutural.

O Brasil reagiu aos constrangimentos externos de maneira distinta de muitos países do globo, uma vez que, ao invés de adotar medidas contencionistas o que houve foi uma maior presença do Estado no estímulo a políticas de inclusão social voltadas para a manutenção do emprego e luta contra a pobreza. Além dos investimentos no estímulo ao crescimento do país com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, mas que teve seus recursos ampliados diante da crise internacional. Os eixos do programa foram o de infraestrutura social urbana, infraestrutura logística e infraestrutura energética. Os recursos do PAC atuaram, assim, em projetos estruturantes no país como o Complexo Industrial Portuário de Suape, localizado no estado de Pernambuco, no nordeste brasileiro.

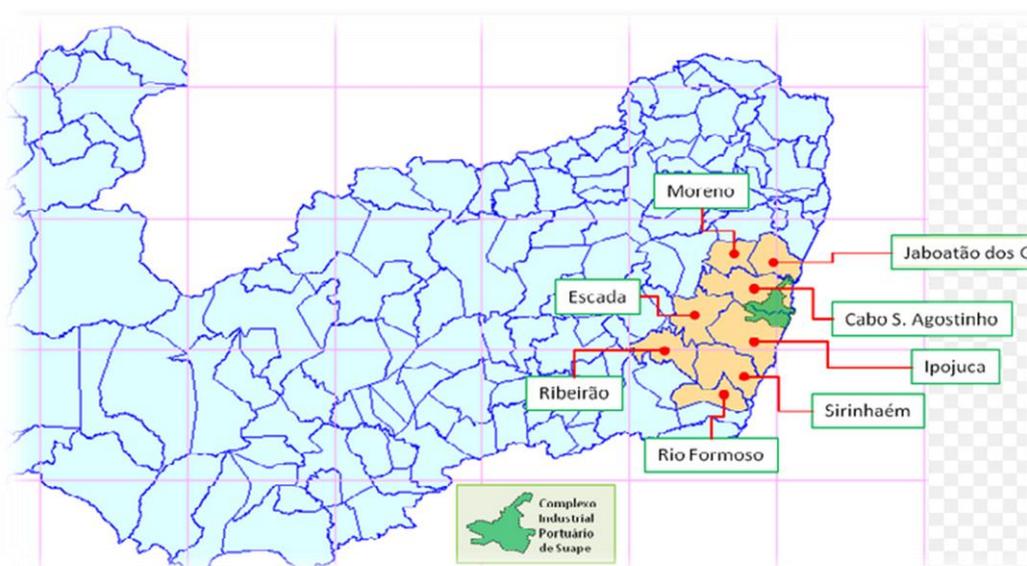
Sob o alinhamento do governo Federal com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o então governador de Pernambuco, Eduardo Campos, em 2007, foram iniciadas as obras da Refinaria Abreu e Lima, no Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) e com ela uma nova dinâmica começava a ser impressa no estado com investimentos públicos e privados que se direcionavam ao referido território alterando a realidade local. O Complexo Industrial Portuário de Suape atualmente possui como territórios de influência oito municípios: Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Escada, Moreno, Sirinhaém, Ribeirão e Rio formoso, como podemos observar no mapa 01.

Dos oito municípios que compõem o Território Estratégico de Suape ou Área de Influência de Suape, apenas dois são territórios de influência direta: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Este último foi selecionado como nosso local de estudo pelas razões que se seguem. O município do Ipojuca faz parte da região metropolitana do Recife distando cerca de 46 Km

¹A Crise do *Subprime* foi uma crise financeira internacional desencadeada em 2007, a partir da queda do índice Dow Jones motivada pela concessão de empréstimos hipotecários de alto risco. A referida crise financeira atingiu, sobretudo, os países centrais do sistema capitalista.

da capital Pernambucana. O referido município, se apresenta como um território desigual com fortes entraves em questões sociais como educação, meio ambiente, dentre outros. Entretanto, passou por um intenso processo de crescimento econômico chegando a ultrapassar os indicadores do PIB do estado de Pernambuco, devido aos investimentos realizados no CIPS. Mas a concentração de renda e desigualdade ainda persiste no território, demonstrando que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento. Na opção teórica e política da concepção de desenvolvimento escolhida, inspirada e compartilhada com autores como Furtado (1983, 1995, 2000), Fajnzylber (1990a, 1990b), Sen (1992,2000), dentre outros, consideramos que crescimento econômico e o incremento em inovações tecnológicas não devem ser entendidos como um fim em si. É necessário que beneficiem a maioria da população e não que gerem desigualdades e concentração de renda.

Mapa 01. Área de influência do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS)



Fonte: <http://escadaedesenvolvimento.files.wordpress.com/2011/03/terr-suape.png>

A nova dinâmica instaurada no município do Ipojuca desde 2005, com o anúncio da criação de empresas de grande porte como a refinaria Abreu e Lima, atraindo empresas de diversos setores e portes para região criou algumas demandas, dentre elas, a de mão de obra qualificada. O município possui desafios na educação, de acordo com o documento *Perfil Resumido Ipojuca 2014*, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais é de 20,3%. Na área Urbana essa taxa é de 16,7%, enquanto que na Zona rural é de 31,1%. Além disso, segundo dados do mesmo relatório, no ensino médio, a distorção em idade superior a indicada

para a série que frequenta equivale a 38,59%. Diante desse contexto, houve a crescente vinda de mão de obra especializada de outras regiões do país e também de fora do país. Assim, boa parte da população local passou a ocupar postos de trabalho que exigiam pouca qualificação e de remuneração baixa. O Instituto Federal de Educação Tecnológica (IFPE - campus Ipojuca), implantado no município em 2007, se constituiu numa medida do governo federal, para atender a demanda por mão de obra qualificada na região de Suape.

O Complexo Industrial Portuário de Suape, ao atrair investimentos e empresas para região, se transformou num grande canteiro de obras onde a indústria da construção civil teve destaque na geração de empregos formais na área, alocando muito da mão de obra local. Entretanto, passado os anos iniciais de dinamismo de Suape e com a desaceleração da indústria da construção civil, bem como, com a desaceleração da economia, sentida mais fortemente na segunda década dos anos 2000, isso se refletiu em demissões em massa na região de Suape e um novo contexto se apresentou ao território colocando desafios aos diversos sujeitos sociais.

A análise preliminar de alguns dados sobre a localidade escolhida para estudo suscitou algumas questões, que nortearam esta pesquisa: Quais os efeitos do Complexo Industrial Portuário de Suape sobre o município do Ipojuca no que tange a situação emprego e renda? Quais as possibilidades efetivas de acesso à educação e qualificação para o trabalho da população local? Quais são as estratégias que estão sendo desenvolvidas nas políticas públicas de qualificação voltadas aos jovens do município do Ipojuca? Em que medida essas políticas podem contribuir para a inserção dos jovens no mercado de trabalho? De que forma isso reflete na percepção dos jovens quanto às oportunidades de emprego e melhoria de renda?

A relevância desta investigação se deve a crença de que através do desenvolvimento de políticas de educação, capacitação e qualificação profissional poderá se ampliar a possibilidade de absorção da população local no mercado de trabalho contribuindo para diminuição da concentração de renda e na diminuição da desigualdade social no território. Diante do exposto, foi interesse desse trabalho analisar a oferta das políticas de qualificação profissional desenvolvidas nas diferentes esferas estatais (federal, estadual e municipal) no município do Ipojuca, destinadas aos jovens locais. Neste trabalho partimos do entendimento de que a população jovem se constitui num seguimento de maior vulnerabilidade social, diante de contextos de maiores restrições econômicas e sociais. Além disso, entendemos que o contexto familiar, social, político e econômico influenciam em suas expectativas de futuro. Assim, foi de nosso interesse analisar não só as políticas de qualificação direcionadas aos jovens locais, como também a percepção dos jovens do município no que tange a ampliação

de sua possibilidade de inserção no mercado de trabalho e suas perspectivas de futuro educacional e ocupacional.

Inicialmente, foi realizada a coleta e análise de dados secundários do IBGE, RAIS, PNUD, com o propósito de conhecer o perfil socioeconômico do município, bem como detalhes sobre empregos formais e informais gerados nos últimos anos, podendo a partir disso melhor compreender as características do município em relação à geração de empregos nos últimos anos.

Do ponto de vista empírico, foi realizada uma pesquisa de campo, na qual foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com agentes estratégicos dessas políticas. Para tal entrevistamos a Gerente Geral de qualificação da Secretaria estadual da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação e representantes da secretaria de juventude de Ipojuca, do Centro municipal de educação profissional do município (CEMEP) e do Instituto Federal de Educação Tecnológica (IFPE - campus Ipojuca). O objetivo destas entrevistas foi de compreender o estado da arte das políticas públicas de qualificação profissional no município, voltadas ao público jovem, buscando-se identificar as estratégias e práticas de implementação das políticas desenvolvidas no município, ajudando assim a avaliar o que está sendo feito em Ipojuca em relação à qualificação profissional e inserção de jovens no mercado de trabalho.

No Instituto Federal Tecnológico (campus Ipojuca), o contato inicial, por e-mail, foi realizado com a diretora de ensino – a diretora trabalha no IFPE Ipojuca desde os primeiros anos do Instituto - mas, devido sua agenda, não pode ceder entrevista. Após algumas visitas ao instituto realizamos entrevistas com a coordenadora de Desenvolvimento de Ensino, que trabalha no instituto desde 2015 e levantamos algumas informações sobre quantitativo de alunos com a coordenadora de registros acadêmicos e diplomação.

Além das entrevistas tentamos consultar documentos oficiais do governo estadual e municipal sobre as metas e estratégias dessas políticas, mas não conseguimos ter acesso. Também pretendíamos ouvir representantes e sindicatos ligados a Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEP) por considerarmos que são atores sociais interessados na temática de qualificação profissional e que poderiam nos aclarar sobre possíveis atuações do empresariado e sindicato na qualificação de mão de obra local. Assim, entramos em contato com a federação, mas após algumas tentativas não obtivemos retorno.

No IFPE campus Ipojuca também foram realizadas entrevistas com alunos na tentativa de responder aos seguintes objetivos de nossa pesquisa: investigar as expectativas educacionais e ocupacionais dos jovens locais; bem como, averiguar qual a percepção dos jovens do município no que tange a ampliação de sua possibilidade de inserção no mercado de

trabalho e sua perspectiva de futuro. As entrevistas em profundidade foram realizadas com uma amostra não probabilística de estudantes do Instituto Federal Tecnológico (campus Ipojuca). A amostra foi composta por 17 alunos de idade² entre 18 e 27 anos estudantes dos períodos finais dos cursos técnicos de Automação Industrial, Química, Petroquímica, Segurança do Trabalho e Construção Naval. Os alunos foram selecionados por acessibilidade e pela disponibilidade em nos conceder a entrevistas. Segundo Flick (2009), a utilização crescente de entrevista aberta se deve ao fato de que se espera que os pontos de vistas dos autores sejam melhor captados através dessa técnica de coleta de dados do que, por exemplo, através de um questionário com perguntas fechadas.

O presente trabalho está seccionado da seguinte forma: no primeiro capítulo foram discutidos alguns aspectos conceituais do desenvolvimento, desigualdade e pobreza na periferia do sistema capitalista. Ao longo do capítulo foram problematizados os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, apresentando as contribuições de autores Cepalinos, como Celso Furtado e Fernando Fajnzylber, para se pensar os desafios econômicos e sociais das economias periféricas. Na seção seguinte discutimos os conceitos de exclusão social e pobreza, seguida de uma reflexão sobre juventude, trabalho e vulnerabilidade social. Por fim, foi apresentada uma discussão acerca do conceito de qualificação profissional e sua relação com as transformações produtivas em sociedades periféricas.

O segundo capítulo buscou demonstrar como as crises cíclicas do capitalismo e as falhas de mercado têm gerado desemprego e desigualdades mundialmente, a exemplo da crise financeira internacional *Subprime* que atingiu diretamente os países centrais do sistema capitalista, tendo como uma das consequências o aumento do desemprego, particularmente o desemprego juvenil. Em seguida foi mostrado como o Brasil reagiu diante dos constrangimentos externos, investindo em políticas sociais, inclusive as voltadas para manutenção do emprego, como uma das medidas anticíclicas. Ainda neste capítulo foi feito um rápido balanço comparativo das condições sociais dos jovens que nem estudam nem trabalham na Europa e no Brasil. Na seção seguinte, foram discutidas as políticas sociais implementadas no contexto do novo desenvolvimentismo no Brasil, apresentando-se os investimentos realizados no nordeste brasileiro em projetos de grande envergadura como os investimentos no Complexo Industrial Portuário de Suape, além de termos tratado da expansão e interiorização das universidades federais e Institutos federais com vistas à

²De acordo com o Estatuto da juventude, no Brasil, são considerados jovens indivíduos entre 15- 29 anos (Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013).

qualificação profissional nas localidades interioranas. Por fim, tratamos das políticas de qualificação e da educação profissional no Brasil.

O capítulo terceiro versou sobre o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) e seus reflexos nos municípios localizados na sua área de influência, particularmente no município de Ipojuca, município selecionado como local de estudo desta pesquisa. Na primeira seção foi apresentado um breve histórico do contexto econômico e político da constituição do projeto Suape, cuja concepção data da década de 1950, e sua evolução até os dias atuais, configurando-se como iniciativa de grande importância no contexto das políticas de desenvolvimento regional. A seguir foi apresentada uma caracterização do contexto social e econômico do município de Ipojuca, tendo como base a análise de dados secundários recentes sobre população, migração, situação de emprego, renda e educação da população local.

No quarto capítulo são analisados os resultados da pesquisa do campo, onde se buscou compreender não só as iniciativas dos diversos agentes estatais na promoção de políticas públicas em qualificação profissional destinadas aos jovens locais, mas também analisar a percepção desses jovens – os concernidos com a política pública – em termos de perspectivas profissionais, perspectivas de futuro. Por fim, nas “considerações finais” é apresentada uma síntese dos principais achados da pesquisa no que tange aos objetivos propostos, mas também as implicações teóricas e práticas dos resultados do estudo.

CAPÍTULO 1. ASPECTOS CONCEITUAIS DO DESENVOLVIMENTO, DESIGUALDADE E POBREZA NA PERIFERIA DO SISTEMA CAPITALISTA

1.1 Concepções de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento

O Brasil e os demais países latino-americanos são territórios em que a pobreza e desigualdade se colocam desde o processo de formação dessas economias como desafios a serem superados enquanto sociedade, nação ou região. Na década de 1950, no pós segunda guerra mundial, houve intenso debate sobre as teorias do desenvolvimento que tentaram justificar a pobreza na África, Ásia e América Latina e esse debate ecoou na esfera política. Se pensarmos na América Latina, por exemplo, as distintas perspectivas teóricas tentaram justificar o alto nível de pobreza e baixo nível de industrialização, assim, esse debate reverberou em planos de ação norteando diretrizes e ações tomadas pelos governos.

O debate em torno da questão do desenvolvimento esteve presente nas discussões das mais variadas correntes do pensamento. Os autores neoclássicos tinham uma abordagem conservadora entendendo o desenvolvimento como um processo uniforme. Os neoclássicos não entendiam a atuação do Estado frente às questões econômicas como algo positivo, isso porque acreditavam na capacidade auto reguladora do mercado. De acordo com Rostow (1978), teórico do desenvolvimento pertencente à escola neoclássica, uma nação poderia se tornar desenvolvida desde que passasse por certas etapas até conseguir superar os atrasos econômicos, desenvolvimento aqui tem um caráter uniforme. Numa perspectiva oposta aos neoclássicos, autores como Gerschenkron, Hirschman e Myrdal entendiam que o mercado, ao atuar livremente, traz desequilíbrios e desigualdades regionais, não estabelecendo alternativas ao subdesenvolvimento.

Gunnar Myrdal não acreditava na auto-regulação do mercado e, em seu trabalho sobre os negros nos Estados Unidos, chega à conclusão de que o “laissez faire” não traz equilíbrio, pelo contrário, só aumenta as desigualdades regionais. Segundo Costa Lima (2007), a assertiva de Gunnar Myrdal foi importante, pois paralelamente ao crescimento das desigualdades econômicas internacionais, que inquietaram e estiveram na pauta de diversas correntes do pensamento, a teoria do comércio internacional se ampliava e com ela a ideia de que haveria um equilíbrio no preço e na renda entre os diversos países.

O próprio Hirschman (1976) vai assinalar sua contribuição como sendo construída a partir deste antagonismo entre a corrente liberal clássica – que encarava o desenvolvimento como o resultado inevitável, desde que garantida a injeção de capital – e a sua antítese (qual seja, a da

impossibilidade do desenvolvimento pelas limitações do status quo político e social). Entre uma tese e outra, dizia ele, sobrava muito espaço para posições intermediárias (COSTA LIMA, 2007, p.21).

A Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) criada em 1948 foi fundamental para refletir de maneira mais sistemática, sobre os desafios socioeconômicos da região. No que diz respeito ao debate sobre a questão do desenvolvimento, as contribuições do economista argentino Raúl Prebisch e do economista brasileiro Celso Furtado foram fundamentais ao inserirem os conceitos de trocas desiguais do sistema capitalista e de subdesenvolvimento.

O processo de divisão internacional do trabalho em que as economias periféricas estão na posição de exportadoras de matérias primas e as economias centrais como exportadoras de produtos de maior valor agregado - acarretou no déficit da balança comercial devido a essas trocas desiguais - teve respaldo teórico no conceito de leis das vantagens comparativas trabalhado por David Ricardo. Esse conceito por sua vez, tratava da “vocação natural” das economias. De acordo com esta concepção as economias deveriam se especializar na produção de bens em que elas fossem eficientes, as economias periféricas eram vistas como eficientes na produção de *commodities* agrícolas. A Cepal fez duras críticas a essa abordagem.

A nossa hipótese central é a seguinte: o ponto de origem do subdesenvolvimento são os aumentos de produtividade do trabalho engendrados pela simples realocação de recursos visando a obter vantagens comparativas est ticas no comércio internacional. O progresso técnico – [...] - e a correspondente aceleração no processo de acumulação [...] permitiram que em outras áreas crescesse significativamente a produtividade do trabalho, como fruto da especialização demográfica (FURTADO, 1983, p. 78).

Na perspectiva de Celso Furtado, o subdesenvolvimento era entendido como um processo aut nomo já que não se constituiria como uma etapa necessária para se chegar ao desenvolvimento. O autor partia da compreensão de que era necessário buscar entender as especificidades das economias latino americanas, compreender as características históricas estruturais e entender que os aspectos econômicos não estão dissociados das questões sociais e políticas.

De acordo com Cepêda (2003), o conjunto da obra de Furtado pode ser dividido em três fases: A primeira que iria dos seus primeiros trabalhos até 1964, uma fase otimista, pois o autor reconhece nossos limites frente ao desenvolvimento pleno da nação devido ao nosso processo de formação econômica e, por isso, entende os desafios que são colocados frente a

essa questão, mas que mesmo diante disso entendia que havia possibilidades de modernização.

A segunda fase se constituiria do período de sua cassação até a década de 1970, um momento difícil diante da constatação de um regime fechado caracterizado pelo golpe militar. Os trabalhos que seguiram no pós década de 1970 diagnosticaram que no Brasil o crescimento da economia durante os anos de chumbo levou à modernização do subdesenvolvimento. A modernização conservadora aprofundou a problemática do subdesenvolvimento. Nessa fase, destaca a autora, Celso Furtado revisa o conceito de subdesenvolvimento e introduz o conceito de modernização do subdesenvolvimento que reconhece que houve certa inserção de aspectos do capitalismo contemporâneo como inserção de novos padrões de consumo, o aparecimento de novos segmentos produtivos, mas outros aspectos continuaram defasados como os padrões tecnológicos, além disso, não houve profundas transformações estruturais, nem transformações de maior envergadura nas questões do direito social, da participação política (CEPÊDA, 2003).

A terceira fase se inicia nos anos 1980 e se constituiria pelo momento memorialista e de uma volta às temáticas trabalhadas nos anos 1950 e 1960. A partir dessa retomada, Furtado reflete sobre a conjuntura e sobre os desafios frente ao capitalismo globalizado (CEPÊDA, 2003). Ao tratar sobre a questão do subdesenvolvimento e dos desafios encontrados pelas economias subdesenvolvidas, Furtado (1983), afirma que o progresso técnico nas economias subdesenvolvidas aconteceu de forma lenta e o excedente gerado na periferia deu base para assimilação de um novo padrão de consumo disseminado pelas economias de países centrais. A modernização, como “[...] esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos” (FURTADO, 1983, p.81), ao se fazer crescente, teve como efeito uma constante pressão para que se aumentasse o excedente.

A adoção dos novos padrões de consumo pelas elites das economias periféricas demonstrou quão restrito era o segmento da população que se beneficiava desse excedente, segmento esse que precisava de uma renda cada vez maior para absorver a esses novos padrões de consumo, e quão desigual e concentrado eram esses territórios.

A adoção de novos padrões de consumo seria extremamente irregular, dado que o excedente era apropriado por uma minoria restringida, cujo tamanho relativo dependia da estrutura agrária, da abundância relativa de terras e da mão de obra, da importância relativa de nacionais e estrangeiros no controle do comércio e das finanças, do grau de autonomia da burocracia estatal, e de fatos similares (FURTADO, 1983, p. 79).

A desigualdade se apresenta fortemente nesse território. Nas economias subdesenvolvidas, de acordo com Celso Furtado, o incremento na produtividade e a assimilação de novas técnicas não geraram uma homogeneização social, diferente do que ocorreu no centro do sistema capitalista onde houve uma maior pressão por parte dos assalariados para o aumento dos salários reais, contribuindo para o processo de homogeneização social. O aumento da produtividade e assimilação de processos tecnológicos por si só não garantem desenvolvimento. Não basta obter avanços técnicos, é preciso que esses avanços permitam beneficiar um maior número de pessoas e não reforçar uma estrutura desigual ao beneficiar apenas um determinado grupo social. Na perspectiva de Celso Furtado só é possível haver desenvolvimento se o crescimento econômico vier com um projeto social subjacente. Essa afirmação é tão forte em suas análises que, na década de 1970, em pleno “milagre econômico brasileiro” ele escreveu o livro intitulado “O mito do desenvolvimento econômico” (1983).

Em uma época em que a economia brasileira crescia vertiginosamente, olhando internamente para as regiões do Brasil, o nordeste brasileiro considerado a periferia da periferia tinha sua taxa média de crescimento, em certos momentos da modernização conservadora, ultrapassando a média brasileira. Mas, mesmo assim, ainda se constituía num território profundamente desigual. Furtado ousou questionar sobre o tipo de desenvolvimento que estava sendo engendrado no Brasil, mostrando que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um processo autônomo, sendo fundamental analisar sua especificidade. Segundo o autor, no caminho para a superação do subdesenvolvimento fazia-se necessário tentar responder algumas questões:

[...] como efetivamente desenvolver-se a partir de um nível relativamente baixo de acumulação, tendo em conta as malformações sociais incentivadas pela divisão internacional do trabalho e os constrangimentos impostos pela mundialização dos mercados? Como ter acesso à tecnologia moderna sem deslizar em formas de dependência que limitam a autonomia de decisão e frustram o objetivo de homogeneização social? (FURTADO, 1995, p. 6-7).

Diante dessas questões levantadas por Celso Furtado é fundamental pensarmos no papel do Estado na superação do subdesenvolvimento e na maneira como o economista também analisa o papel da sociedade diante desse desafio. Para o autor que tinha forte influência Keynesiana, o Estado, tinha um importante papel na superação do subdesenvolvimento e deveria ser o articulador e coordenador de políticas desenvolvimentistas. Seja a nível nacional, no caso brasileiro, com o Ministério do planejamento tendo importante papel nesse sentido; seja a nível regional, onde podemos

pensar no papel da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) para o desenvolvimento da região nordeste, principalmente em seus primeiros anos, momento em que a autarquia contou com Celso Furtado como superintendente.

Ao Estado cabia fortalecer as economias subdesenvolvidas tornando-as competitivas, investindo na industrialização. Entendida como via de saída para o atraso socioeconômico, a industrialização seria importante, dentre outros aspectos, para diversificar a pauta dos produtos para exportações, criar um mercado interno e gerar empregos- mas sem perder de vista a necessidade de mexer nas estruturas sociais, estruturas essas que não permitiam uma boa distribuição de renda para que o crescimento econômico pudesse, de fato, gerar desenvolvimento.

Se por um lado era necessário um Estado superavitário para promover políticas desenvolvimentistas, não menos importante era que se assegurasse a autonomia deste em relação ao capital privado, às instituições financeiras internacionais e que buscasse estabelecer objetivos nacionais. Assim, fica clara a tentativa de construção de um projeto de nação. Paulani (2001 apud Veriano; Mourão, 2011, p. 95) reflete sobre a posição de Furtado, nesse aspecto,

[...] é preciso deixar de lado as ideias convencionais sobre vantagens comparativas, adotar o planejamento como instrumento primordial do Estado na superação do subdesenvolvimento e reforçar as instituições da sociedade civil. [...] para que essa construção se efetivasse, contudo, seria preciso, durante algum tempo, preservar o país das forças cegas do mercado, completar o processo de industrialização, planejar a redução das desigualdades regionais e da renda, além de fortalecer a sociedade civil no sentido da preservação das instituições democráticas, tudo concorrendo para o crescimento e o efetivo fortalecimento do mercado interno, única forma de garantir que ele não fosse destronado do posto de baliza do desenvolvimento do país.

Ao atuar livremente, o mercado traz desequilíbrios e promove desigualdades regionais, sociais, pois não está preocupado em estabelecer e priorizar objetivos que sejam nacionais, ele segue sua própria lógica se direcionado em busca da maximização dos lucros. Na obra de Celso Furtado podemos perceber a importância do Estado na indução do desenvolvimento.

No debate sobre o conceito de desenvolvimento, outro Cepalino que trouxe importantes contribuições foi Fernando Fajnzylber (1990a), economista chileno. Ao analisar os países da América Latina através de dados referentes ao recorte temporal de 1965 a 1984, o autor constatou que na região, mesmo os países que tiveram algum dinamismo, eles não conseguiram ter uma distribuição de renda salutar o que o fez afirmar que havia um "casillero vacío" ou "conjunto vacío" na região, ou seja, o conjunto do crescimento com equidade estava

vazio. A partir disso, Fajnzylber investigou o que tornava possível o conjunto vazio, para isso, ele fez comparações entre países da região e também de fora da América Latina, buscando compreender as causas que impediam que houvesse um crescimento econômico com equidade social nesse território, buscou, portanto, compreender se o conjunto vazio estava atrelado ao tipo específico do desenvolvimento na América Latina.

Em suas análises, Fajnzylber (1990a) identificou que os países da América Latina tinham algumas características específicas, mas também observou os pontos em comum na industrialização desses países. Pontos esses, que precisavam ser questionados e revistos para que o crescimento com equidade fosse possível nesse território. Dentre os pontos em comum, no que tange a industrialização na América Latina, estaria a inserção internacional desses países que acontecia através de matérias primas, de produto de menor valor agregado, além disso, os países da região apresentavam um déficit nos produtos manufaturados.

Isso é ainda mais grave na medida em que o déficit manufatureiro concentra-se, precisamente, nos setores de maior dinamismo e conteúdo tecnológico: bens de capital, indústria química e indústria automotiva. A região está mal nas rubricas que apresentam um futuro promissor para o comércio internacional e bem naqueles que não o oferecem (FAJNZYLBER, 1990a, p.860).

Assim como Celso Furtado, Fajnzylber também fala sobre o mimetismo cultural. Segundo ele, o desejo de reproduzir o padrão de consumo norte-americano não se restringiu aos países da América Latina, vários países do globo quiseram aderi-lo. Entretanto, ao comparar os países da Latino-América com países asiáticos, que também passaram pelo processo de industrialização tardia, ele nos mostrou que esses últimos mesmo sofrendo pressão para assimilação de estilo de vida vindo de fora, responderam a essa pressão de forma distinta dos países latino-americanos.

De acordo com Fajnzylber (1990a), a América Latina desejava imitar o estilo de vida norte-americano, indo desde a dieta alimentar a objetos como automóveis. Por outro lado, o padrão de vida Norte-Americano era muito alto até mesmo para os EUA, que possuía uma renda per capita muito maior que os países da América Latina. O desejo indiscriminado de se equiparar em termos de consumo aos EUA era crescente na América Latina.

Outro ponto de contato entre os países da região, no que diz respeito à industrialização: ela era voltada para o mercado interno. As exportações industriais representavam uma ínfima parte da produção industrial. “Essa característica não exclui o fato de ter havido exceções em alguns períodos, setores e países, e de, em meados da década de

1960, terem sido adotadas políticas de promoção das exportações” (FAJNZYLBER, 1990a, p.860).

Ainda assim, de acordo com Fajnzylber (1990a), a rentabilidade do mercado internacional ainda era baixa se comparada a do mercado interno. Acrescenta-se a isso a pouca valorização do empresariado nacional, o fato de que os setores industriais que possuíam maior progresso técnico e dinamismo não estavam sendo puxados pelo empresariado nacional. Além disso, diferente do que ocorreu na nossa região, as empresas pequenas e médias – empresas que são privadas nacionais- receberam, nos países avançados, devida atenção, investindo no progresso técnico, o que possibilitou seus produtos ser competitivos internacionalmente.

Segundo Fajnzylber o processo de desenvolvimento instaurado na América Latina, de maneira vertical, não levou em conta as peculiaridades e as necessidades específicas de cada um desses países, nem mesmo levou em consideração suas potencialidades. Ao lançar olhar sobre a região, o autor afirmou que o conjunto vazio estaria atrelado a dificuldade em abrir a "caixa preta" do progresso técnico.

O conjunto vazio estaria diretamente vinculado ao que se poderia chamar de incapacidade de abrir a “caixa preta” do progresso técnico, tema este no qual incidem a origem das sociedades latino-americanas, suas instituições, o contexto cultural e um conjunto de fatores econômicos e estruturais cuja vinculação com o meio sociopolítico é complexa, mas indiscutível (FAJNZYLBER, 1990a, p. 857).

Superar a dependência tecnológica, portanto abrir a caixa preta do progresso técnico era, para Fajnzylber (Ibid.), importante para se colocar de maneira mais assertiva e segura no mercado internacional, sendo fundamental para superar a dependência em relação aos países desenvolvidos. Além disso, quando se trata do desenvolvimento latino-americano, ele afirmou que o conjunto do valor intelectual com os recursos humanos, na região, deixava a desejar – pouca qualificação, gerada pelo déficit em educação- e isso acabava refletindo num desenvolvimento mais propenso a uma imitação do que em um que pudesse dar conta das especificidades de cada país, suas demandas e potencialidades (CEPAL, 2006).

A contribuição de Fajnzylber, na década de 1970, para o debate de distribuição de renda foi de extrema importância, pois ele era contra as perspectivas que afirmavam haver um *trade off* entre crescimento e equidade, ele entendia que podia atingir crescimento e equidade paralelamente. “Para ele, crescimento, equidade e competitividade são objetivos intrinsecamente relacionados, logo não é possível eliminar um sem comprometer o desenvolvimento econômico” (PAIVA, 2006, p. 238). Nesse sentido, Fajnzylber (1990b, p. 67

apud PAIVA, 2006, p. 238) afirmava que “La equidad apoyaría al crecimiento y el crecimiento apoyaría a la equidad en la medida en que coexistiesen un sistema industrial competitivo y um patrón de consumo y de inversión más austeros e productivos”.

Fajnzylber não entendia os aspectos econômicos dissociados das questões sociais. O crescimento econômico dependia da equidade social e vice-versa. Ele entendia que era necessário realizar mudanças estruturais na região com vista a uma desconcentração de renda que pudesse refletir em um desenvolvimento que associasse crescimento com equidade. Furtado, A. et al. (2014, p. 115-116) baseado nas afirmativas de Fajnzylber (1990b) aponta que

O pensamento latino-americano também postula que as transformações produtivas associadas à internalização da inovação nos sistemas produtivos dos países menos desenvolvidos somente podem ocorrer quando forem acompanhadas por profundas modificações na forma como se distribui a riqueza nesses países.

Nesse sentido, Fajnzylber enfatizou a necessidade da desconcentração de renda na região seja ao propor a reforma agrária, políticas fiscais, políticas na educação, dentre outras mudanças estruturais. Ele entendia que a desconcentração de renda poderia transformar o desenvolvimento na região, pois a renda menos concentrada faria com que se restringisse a cópia e imitação de estilos de vida vindos de fora, por parte das camadas mais abastadas da população. Isso faria com que se estabelecesse um padrão de consumo mais austero, que por sua vez, liberaria recursos para investimento. Fica clara que a proposta de desenvolvimento que Fajnzylber apresentou para a região se distancia dos economistas *mainstream*, pois se crescimento econômico é importante, tão imperativo quanto é que houvesse equidade social simultaneamente (PAIVA, 2006).

De acordo com Costa Lima (2007) na década de 1980 foi inserido ao conceito de desenvolvimento, pensado numa perspectiva oposta ao *mainstream*, o conceito de eco desenvolvimento inserido no debate pelo economista Ignacy Sachs, que trouxe a importância de se pensar na questão ambiental. Questão essa, que acabava sendo negligenciada principalmente pela corrente neoclássica, que ao focar no crescimento econômico deixava de lado o custo dos impactos ambientais. A introdução do conceito do eco desenvolvimento abriu espaço para reflexão do compromisso com as gerações futuras, portanto, abriu espaço para o conceito de sustentabilidade do desenvolvimento.

Segundo André Tosi Furtado, (2014), as ideias inaugurais do pensamento latino-americano são retomadas, podendo ser encontradas em versões mais recentes como na obra de Amartya Sen que também não restringe o conceito de desenvolvimento a uma perspectiva

puramente economicista. Para Sen (2000), quando se restringe o conceito de desenvolvimento a ideia de crescimento do PIB, modernização, avanços tecnológicos, tal conceito se torna frágil, pois segundo esse autor a questão do desenvolvimento mais do que qualquer coisa, estaria ligada a ideia de expansão de liberdades reais que as pessoas possam ter acesso. Por isso, para ele, é fundamental que os elementos de privação de liberdade como a pobreza, carência na oferta de serviços públicos em educação, saúde, habitação, bem como a privação dos direitos civis sejam combatidos para que os indivíduos tenham a liberdade e condições reais de buscarem uma melhor qualidade de vida.

O desenvolvimento pensado como sinônimo de crescimento econômico se mostra um conceito frágil, ao não atribuir a importância devida a elementos como meio ambiente, educação, qualidade de vida. Um território pode ter um crescimento econômico expoente, mas se apresentar extremamente desigual e insustentável. Nesse sentido, algumas variáveis são de extrema importância para redução dos índices de desigualdade e de concentração de renda.

Sen (2000) fala sobre a importância de se pensar no coletivo, de fazer o exercício de lançar para o planeta, para o mundo em que vivemos, um olhar mais amplo e ativo, capaz de capturar nossas necessidades quanto humanas, necessidades essas que estão para além de nossos interesses puramente individuais e muitas vezes utilitaristas que entende a natureza apenas como possuidora de uma fonte de recursos inesgotáveis. A ideia de sustentabilidade para ele está associada à garantia das liberdades humanas e não ao reino das necessidades primárias, consumistas e imediatistas do indivíduo. Dessa forma, Sen considera o ser humano como um ser agente que tem o potencial de analisar, de refletir e transformar o mundo em que vive, enfim, cada um de nós é agente diante da realidade a qual estamos inseridos (LIMA, 2008).

Lima (2008) destaca que Sen reconhece a importância da discussão sobre o termo desenvolvimento sustentável, pois entende que houve incrementos importantes ao debate como a preocupação com as gerações futuras, com as necessidades intergeracionais. Entretanto, ele lança um questionamento interessante ao debate do desenvolvimento sustentável: “será que não deveríamos nos preocupar em preservar — e talvez até expandir — as liberdades substantivas de que as pessoas hoje desfrutam ‘sem comprometer a capacidade das futuras gerações’ para desfrutar de liberdade semelhante, ou maior?” (SEN, 2004 apud LIMA, 2008, p. 126).

A perspectiva que Sen nos propõe é antes de tudo que saiamos do unilateralismo, pois para ele, quando a discussão sobre desenvolvimento sustentável ganha essa dimensão, ela torna-se rasa. A ideia de sustentabilidade está para além do entendimento da natureza como

algo dissociado do conceito de humanidade, ou mesmo, como algo intocado. Por outro lado, para ele, a sustentabilidade não deve ser vista apenas como uma preocupação na garantia de necessidades primárias, pois o referido conceito perpassa pela discussão de direitos sociais e civis, participação dos indivíduos na vida pública, justiça social, meio ambiente, liberdades individuais e a responsabilidade com o todo social. O autor fala sobre a liberdade individual, mas essa liberdade é diferente da visão neoclássica. Para ele, é importante que os indivíduos tenham liberdade, ou seja, que tenham garantidos seus direitos sociais e civis e que assim tenham garantido a sua capacidade de seres agentes.

A participação ativa da CEPAL no debate sobre desenvolvimento e as contribuições de Prebisch, Celso Furtado, Fernando Fajnzylber, dentre outros, nos possibilitam pensar a América Latina a partir da própria América Latina, buscando compreender a singularidade de nossos desafios quanto região periférica sem que caiamos em reducionismo e análises mais conservadoras do desenvolvimento. Assim, neste trabalho entendemos como fundamental a contribuição de Celso Furtado no debate sobre desenvolvimento, ao explicar que o subdesenvolvimento é um processo autônomo, colocando em xeque a concepção de desenvolvimento neoclássica, e apresentando uma análise lúcida sobre nossas especificidades quanto território subdesenvolvido, nos propondo alternativas ao subdesenvolvimento.

A contribuição de Celso Furtado foi importante ao questionar as desigualdades sociais e disparidades regionais, seja a nível internacional ao denunciar as trocas desiguais do sistema capitalista, seja a nível local ao afirmar que no Brasil as assimetrias regionais cresciam. Não por acaso, ele afirmava a necessidade de promover dinamismo na região nordeste a partir do repasse de capital das áreas mais dinâmicas como o Sudeste, em especial o estado de São Paulo, para as áreas menos dinâmicas, bem como enfatizava a necessidade de mexer em estruturas que impediam um crescimento equânime. Onde, já na década de 1950 com a criação da SUDENE, trouxe temas como a reforma agrária, diversificação da produção de alimentos, criação de uma classe empresarial nordestina que tivesse força diante das oligarquias locais, na pauta das discussões sobre desenvolvimento regional e seus reflexos para o desenvolvimento brasileiro.

Assim como Celso Furtado, Fajnzylber se distancia dos economistas *mainstream*, ambos enfatizaram a necessidade imediata de desconcentração de renda e trataram da importância de se pensar desenvolvimento para além de crescimento econômico como um fim em si mesmo. De acordo com Fajnzylber (1990a) o crescimento acompanhado simultaneamente com equidade era possível na região desde que houvesse transformações produtivas que passassem por uma inserção segura no mercado internacional, ou seja, que nos

colocássemos de maneira competitiva internacionalmente. Entretanto, Fajnzylber fala da necessidade de “abrir a caixa preta” do progresso técnico. Era necessário, portanto, inserir progresso técnico, mas claro, sem esquecer da necessidade de aumentar o nível de renda da população. A reforma agrária foi tocada de forma enfática, por ele, como mecanismo de desconcentração de renda e como importante caminho para o crescimento com equidade.

Furtado, assim como Fajnzylber se distanciavam da perspectiva que afirmava que primeiro era necessário haver significativo crescimento econômico para só depois repartir a renda. No entendimento desses dois cepalinos, investimentos em progresso técnico e crescimento econômico são importantes, mas sem que se perca de vista a necessidade de desconcentração de renda e um sério projeto social como condição *sinequa non* para que possa gerar de fato desenvolvimento.

Diante disto, nesta pesquisa, consideramos fundamentais as contribuições desses autores para pensarmos, na atualidade, os desafios e incertezas que nos são colocados quanto região periférica - região essa que passou por muitas transformações, mas que ainda, mesmo que sob novas formas e intensidade, se constitui num território desigual. Por fim, no que diz respeito aos trabalhos de Amartya Sen, também consideramos importante sua perspectiva uma vez que ele não entende o crescimento econômico como um fim em si mesmo, ou seja, entende que é importante o crescimento econômico desde que ele possa refletir em melhorias na qualidade de vida dos indivíduos. Aqui, neste estudo, nos aproximamos dessas perspectivas que não sacralizam o PIB - produto interno bruto, por entendermos, a partir desses teóricos, que desenvolvimento perpassa por uma dimensão não só econômica, como também social, ambiental e humana.

O Brasil, como de resto toda a América Latina, são territórios em que contradições, desigualdades, pobreza e exclusão social se colocam de maneira imperativa desde o processo de formação dessas economias. Entendemos que a busca por justiça social se constitui numa tarefa hercúlea em meio às transformações do capital e seu caráter segregacionista, expropriador e concentrador de renda em que cada vez mais uma parte ínfima da população concentra boa parte da riqueza mundial. Diante disso, na próxima seção serão discutidos os conceitos de pobreza e exclusão, que aparecem como questão social a partir do surgimento das grandes metrópoles das sociedades capitalista, mas também pensados a partir da forte onda neoliberal do final do século XX.

1.2 Pobreza e Exclusão Social

A pobreza, segundo Lavinias (2002) aparece como questão social tanto na Europa quanto na América Latina com o surgimento das grandes cidades, nas sociedades capitalistas e os desafios sociais que emergiam: aumento da população, devido à migração rural, luta pelo espaço urbano, moradia. Assim, a pobreza quanto questão nasceria no setor urbano e poderia ser pensada como:

Um fato eminentemente urbano, não apenas porque a maioria dos pobres vive, hoje, nas cidades e zonas metropolitanas, mas porque a reprodução da pobreza é medida pela reprodução do modo urbano das condições de vida, através da dinâmica do mercado de trabalho, da natureza do sistema de proteção social e do pacto de coesão social que é, na verdade, o que estrutura o conjunto de relações e interações entre a sociedade civil, o Estado e o mercado (LAVINAS, 2002, p.26).

O conceito de pobreza esteve associado a diversos termos: renda – pouca ou ausência desta- privações, necessidades, fome, dentre outros. Segundo Max-Neef, Elizalde e Hopenhayan (1986 apud LAVINAS, 2002) necessidades humanas estão dentro de dois grandes grupos: necessidades existenciais (ligadas ao ser, ao ter, entre outros) e as necessidades axiológicas (ligadas a dimensão do afeto, da identidade, liberdade). Assim, segundo eles, as necessidades não são excludentes, pelo contrário, são todas entendidas como necessárias para a vida do indivíduo. Por isso mesmo, essa concepção se afasta de toda e qualquer corrente que venha priorizar e/ou hierarquizar tais necessidades.

Dentre os conceitos associados à pobreza, o conceito de fome foi um deles. De acordo com Lavinias (2002) a corrente nutricionista entendia como pobre todo aquele indivíduo que não consumisse uma determinada quantidade calórica, ou seja, nessa perspectiva, fome e pobreza eram entendidos como sinônimos. Entretanto, ao restringir o conceito de pobreza à questão de média calórica consumida diariamente, esta corrente sofreu duras críticas.

No debate sobre a conceituação de pobreza, o conceito de necessidades básicas surge. Mas, o que e quais seriam as necessidades básicas de um sujeito? Diante da inserção do termo *necessidade* no debate sobre pobreza, surge uma nova dimensão do conceito associado não a uma questão de renda ou de média calórica diária, mas a ideia de que o conceito de pobreza teria um caráter relativo. A pobreza teria um caráter relativo e por isso mesmo, transnacional, porque ela deve ser pensada a partir do grau de desenvolvimento econômico e social de uma nação, da conjuntura social vigente. Ou seja, o conceito de pobreza não se limita à renda, nem a média calórica, mas sim, estaria ligado ao conceito de necessidades. Pois, nessa perspectiva, uma pessoa seria pobre não só por uma questão de renda, mas também por não conseguir

usufruir determinadas condições de vida esperada, pelo fato de pertencer a uma determinada sociedade (TOWNSEND, 1993 apud LAVINAS, 2002, p. 30). Assim, na concepção da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1976) pode-se perceber a ligação entre pobreza e o conceito de necessidades.

Necessidades básicas incluem um requerimento mínimo por família no plano do consumo privado: alimentação adequada, vestuário, bem como alguns móveis e equipamentos para o domicílio. Em segundo lugar, inclui serviços essenciais ofertados para e pela comunidade num sentido amplo, tais como água potável, saneamento, transporte público, saúde, educação e serviços culturais [...] O conceito de necessidades básicas deve se inscrever no contexto do grau de desenvolvimento econômico e social da nação como um todo (TOWNSEND, 1993 apud LAVINAS, 2002, p.30).

As necessidades básicas devem ser pensadas, segundo Gouth (2000), a partir de um aspecto universal e objetivo, no intuito de se distinguirem das vontades particulares, individuais. Esse caráter universal e objetivo levariam ao entendimento de que uma vez não satisfeitas às necessidades básicas de um indivíduo, este teria seu desenvolvimento comprometido. Assim, as necessidades básicas são representadas, nessa perspectiva, pela saúde e autonomia. A saúde garantiria a participação social plena e a autonomia garantiria a liberdade de poder fazer suas próprias escolhas ao longo da vida possibilitando atingir seus objetivos. Além disso, ainda nessa perspectiva, as políticas sociais não se limitam ao papel de sanar as necessidades básicas.

As políticas sociais não são apenas o instrumento adequado para suprir as necessidades básicas, em caso de deficiência, mas um dever moral que preside à criação de um arcabouço institucional voltado para esse fim, qual seja, um sistema de proteção social público e universal [thewelfarestate] (GOUTH, 2000 apud LAVINAS, 2002, p. 31).

Para Sen tão importante quanto ter as necessidades básicas sanadas, é poder dispor de meios reais de agir em prol de se garantir essas necessidades. Ele se distancia, portanto, da abordagem que foca na questão da renda, ao analisar o conjunto de capacidades que estão disponíveis ao indivíduo para que ele possa ter a oportunidade de escolher o seu modo de vida.

Um patamar de renda pode revelar-se inadequado não porque se situa abaixo de uma linha de pobreza, fixada com base em parâmetros exógenos, mas porque está abaixo do que é adequado para mobilizar um conjunto específico de capacidades ou habilidades [capabilities] compatíveis com as necessidades de uma determinada pessoa (SEN, 1992 apud LAVINAS, 2002, p.32).

A ideia de pobreza em Sen pode ser entendida, portanto, como a ausência de garantias de habilidades que possam fazer os indivíduos agirem em busca de suas necessidades, ou melhor, em busca do alcance de níveis de qualidade de vida desejados. Numa perspectiva distinta, Simmel entende como pobre todo aquele que precisa ser assistido, ou seja, em suas palavras:

Os pobres, enquanto categoria social, não são aqueles que sofrem de déficits ou privações específicas, mas os que recebem assistência ou deveriam recebê-la, em conformidade com as regras sociais existentes. Por isso mesmo, a pobreza não pode ser definida como um estado quantitativo em si mesmo, mas tão somente a partir da reação social que resulta dessa situação específica (SIMMEL, 1998 apud LAVINAS, 2002, p.32).

A pobreza em Simmel (1998 apud LAVINAS, 2002) é um estado relativo, pois, pobre seria todo indivíduo que não consegue sanar suas necessidades sejam elas de qual ordem forem: alimentícia, moradia, entre outras. Essas necessidades podem ser pensadas como o mínimo necessário para o indivíduo sobreviver, sendo esse mínimo algo que varia de acordo com o grau de desenvolvimento de cada sociedade. Não por acaso, nessa perspectiva, as políticas voltadas ao combate à pobreza, constantemente colocam em questão o que seria esse “mínimo”. De acordo com Simmel (Ibid.), se por um lado, a sociedade tem o dever dar assistência aos pobres e os pobres têm o direito de serem assistidos, por outro lado, nem esse direito nem o dever são ilimitados, pois oferecer mais que o “mínimo” não seria interessante, uma vez que iria além do dever de assistir, e oferecer menos que o “mínimo” poderia comprometer a coesão social. Os pobres seriam indivíduos que fazem parte do todo social, mas que precisam ser assistidos pelo bem da sociedade para que não comprometa a coesão social.

As definições de pobreza acima explicitadas, com foco na dimensão das necessidades básicas não atendidas, da assistência e na dimensão da destituição de capacidades e habilidades para o indivíduo agir em prol da busca de melhores condições de vida, demonstram importantes correntes contemporâneas que buscaram trabalhar o tema. Além disso, essas correntes nos levariam a conceituações de pobreza que acabaram norteadando o debate e orientando políticas públicas tanto na Europa quanto na América Latina (LAVINAS, 2002).

Ao pensar na pobreza como questão social na Europa, Thomas (1999 apud LAVINAS, 2002) apresenta algumas correntes que trataram desse fenômeno social. Na década de 1960, o conceito de pobreza estava atrelado ao de necessidades insatisfeitas, ou seja, por não possuírem uma determinada renda, o sujeito não teria uma capacidade de consumo necessária

para atender suas necessidades. Os estudos de pobreza nesse momento focavam no núcleo familiar e no cálculo da renda, procurando identificar qual a renda adequada de acordo com o tamanho da família. Na década de 1970 buscava-se entender a “posição do pobre” frente ao padrão médio de consumo de uma determinada população, tanto no que diz respeito à renda, quanto a outros aspectos como serviços. Nesse momento, a discussão de pobreza na Europa levava em conta não só a questão da renda como também a falta de recursos.

O hiato ou diferencial que separa o pobre desse padrão mediano expressa a intensidade da pobreza [...] sendo o grupo de pobres um conjunto heterogêneo uns vivendo abaixo do mínimo vital, outros numa situação talvez menos crítica mas ainda assim bastante desfavorável e debilitadora, cabe identificar o hiato que separa cada qual desse consumo médio. A pobreza (a intensidade da pobreza) passa a ser calculada com base numa medida de desigualdade (LAVINAS, 2002, p.36).

No fim da década de 1970, na Europa, surge a discussão em torno do conceito de excluídos, que toma maior proporção na década de 1980. Mas quem seriam os excluídos? Lenoir (1974 apud LAVINAS, 2002) entende como excluído todos aqueles que mesmo inseridos num determinado sistema socioeconômico, não conseguem absorver e se beneficiar dos frutos do crescimento. A exclusão social não se restringiria a questão da renda, pois exclusão social remeteria não só a carência da renda, moradia, dentre outros aspectos tratados quando falamos de pobreza absoluta, como também o conceito levaria em conta aspectos subjetivos.

Falar de exclusão implica considerar também aspectos subjetivos, que mobilizam sentimento de rejeição, perda de identidade, falência dos laços comunitários e sociais, resultando numa retração de redes de sociabilidade, com quebra dos mecanismos de solidariedade e reciprocidade (LAVINAS, 2002, p. 37).

Ao analisar as reproduções sociais contemporâneas, a pobreza não reflete apenas um estado de carência, mas trata de um status social desvalorizado que acaba marcando fortemente a identidade de quem vivencia esse estado, ou seja, afeta os “novos pobres”, categoria instável Paugam (1991 apud LAVINAS, 2002), mas que caracteriza indivíduos que possuem não só certas carências materiais, mas, principalmente, que são desvalorizados socialmente e estigmatizados. “Na acepção de Paugam, tal descrédito não resulta diretamente da pobreza, mas da aceitação, por parte dos pobres ou populações em situação de risco, de um status social desvalorizado - o de cliente potencial das políticas e programas de assistência” (LAVINAS, 2002, p. 39). Nesse sentido, a exclusão social se reflete a partir do momento em que se é assistido. A assistência geraria o estigma, e, portanto, a exclusão como consequência.

No que diz respeito à pobreza quanto questão social, na América Latina, as categorias e os conceitos atribuídos a ela tem uma dimensão distinta da problematização feita na Europa, pois partem de realidades sociais diferentes. Ao analisar como o conceito de pobreza foi pensado e representado na América latina, mais especificamente no Brasil, Valladares (1991 apud Lavinias, 2002) identificou três períodos, em que cada um vai corresponder a uma maneira de alocação do segmento populacional pobre na malha urbana brasileira conforme será discutido a seguir.

A primeira fase se daria na passagem do século XIX para o século XX, quando o indivíduo pobre que não tinha moradia ou que ocupavam cortiços eram estigmatizados e entendidos como vadios por não estarem dentro das fábricas. Eles eram tidos como indivíduos que teriam “resistência ao assalariamento”. Essa concepção acaba apresentando ao pobre um não pertencimento ou um não lugar, já que ele, por não está inserido no mundo fabril, dentro de uma relação de modo de produção capitalista, ele estaria excluído. Assim, o conceito de exclusão carrega o aspecto do não pertencimento.

O segundo período seria de 1950 a 1960, quando a modernização que aconteceu na periferia do sistema capitalista acabou marginalizando uma parte da população, isso porque se pensarmos no processo de modernização brasileira – que fez crescer a população urbana, ocasionou o inchaço das cidades e o crescimento do processo de favelização - alguns segmentos sociais não foram absorvidos para os empregos formais nas fábricas, não se integrando e ficando marginalizados. “De novo, a pobreza é entendida como uma forma de exclusão: não pertencer à nova classe trabalhadora portadora do projeto de modernidade social” (LAVINAS, 2002, p. 41). A pobreza aqui, também esteve fortemente atrelada à ideia do não pertencimento, mais do que o foco no estado de carência e nas necessidades básicas não sanadas.

Segundo Lavinias (2002), a ideia de marginalidade e dualidade ligadas à dinâmica do mercado de trabalho em regiões periféricas do sistema capitalista como o Brasil e os demais países da América Latina, são ideias que estavam inseridas nas discussões sobre pobreza nessa região. Sob o ponto de vista da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), pobres eram aqueles que não foram inseridos nos núcleos modernos da economia dessas regiões, estariam, portanto atrelados aos setores atrasados da economia e na informalidade. Diferente dessa perspectiva, Oliveira (1975 apud Lavinias, 2002) entende a exclusão não como uma disfunção na integração produtiva, mas como o não acesso aos frutos dos “ganhos da produção” advindos do crescimento econômico, sendo o processo de exclusão, no Brasil, agravado no período pós 1964.

A exclusão aparece, assim, como estruturalmente inerente à construção das sociedades latino-americanas, ao contrário do que ocorre nos EUA e na Europa, onde o “compromisso fordista” garantiu o acesso de classe trabalhadora a níveis de bem-estar compatíveis com o grau de desenvolvimento econômico da sociedade (LAVINAS, 2002, p. 42).

Diante do exposto, a exclusão aparece na América Latina não apenas com o processo de globalização. Diante desse processo, ela se agravou. Na verdade, na região, a exclusão estaria ligada ao próprio padrão desigual inerente ao modelo de acumulação capitalista presente no capitalismo tardio. A exclusão na América Latina, portanto, foi agravada com o modelo neoliberal, do final do século XX e seus efeitos.

Segundo Lavinias (2002), se por um lado, na Europa em meados de 1970, a exclusão se fez presente com o crescimento do desemprego de longo prazo, pela perda de identidade dos trabalhadores, por outro lado, a exclusão na América Latina seria, na verdade, a causa da pobreza. Isso porque, se admitimos a existência de um padrão desigual inerente às economias latino-americanas que exclui segmentos da população trabalhadora do direito à cidadania na sua dimensão econômica e social, podemos entender aqui a pobreza como consequência dessa exclusão. A pobreza foi pensada, na segunda metade da década de 1970 e da década de 1980, não como consequência da exclusão no mercado de trabalho, mas estava associada a um tipo de debilidade, inserção débil. Nessa fase – a terceira, a partir da periodização feita por Valladares:

O pobre se transforma no trabalhador cuja renda não lhe permite viver dignamente, cujo status de trabalhador é constantemente questionado. Oliveira (1975) fala de “elo perdido” - o que Leonor traduziu por “trajetórias fragmentadas” e Fassin, por “espaço social descontínuo” -, Isto é, do vínculo inacabado na construção de uma identidade de classe, em razão da transição entre emprego formal e informal, da entrada e saída do mercado de trabalho. Rupturas que traduzem os agouros de uma cidadania constantemente interrompida (LAVINAS, 2002, p. 43).

Ainda de acordo com Lavinias (2002), os conceitos de exclusão e pobreza, pensados na América Latina, estão vinculados, mas são conceitos distintos. A exclusão, nesse momento, teria a ver com uma debilidade na integração. O excluído não está devidamente integrado, seja na perspectiva da sua inserção ao mercado profissional, seja na perspectiva das redes de sociabilidade.

No final do século XX em meio ao processo de globalização e de pacotes neoliberais aplicados na América Latina, o conceito de exclusão social foi usado recorrentemente, diferentemente do final dos anos 1960 em que o conceito de pobreza foi trabalhado com mais ênfase. De acordo com Lavinias (2002), no final dos anos 1960 os organismos internacionais

ao analisar o fenômeno de pobreza na América Latina se voltaram para contagem da população pobre, estando à pobreza associada ao nível de carência. Esse foi um movimento importante porque cada vez mais se dissociava pobreza da ideia de marginalidade. Assim, o debate vai se direcionando cada vez mais no âmbito da noção de pobreza, o conceito de *exclusão*, portanto, vai abrindo espaço para o de pobreza. Aqui os paradigmas da marginalidade e vadiagem abrem espaço para outro entendimento do que seria pobre.

Os pobres não mais seriam descritos como vadios ou tampouco marginais, mas trabalhadores expropriados dos frutos do desenvolvimento econômico e do bem-estar social. A pobreza é retrato da desigualdade, e as periferias das grandes cidades, a expressão da segregação cotidianamente imposta (LAVINAS, 2002, p. 44).

Na Europa houve o aparecimento dos “novos pobres” e na mesma época emerge no Brasil os “trabalhadores pobres”, mas embora essas categorias apareçam no cenário mundial simultaneamente, elas possuem origens distintas. Se na Europa os impactos da globalização fez aparecer essa categoria, no Brasil a categoria “trabalhadores pobres” estava muito mais ligada ao próprio padrão desigual do território (LAVINAS, 2002).

Diante de políticas neoliberais e da mundialização do capital o debate entorno do conceito de *exclusão social* fez-se crescente, afirma Frigotto (2010). Entretanto, o autor questiona se o conceito seria, de fato, suficiente para dar conta de explicar e apreender a singularidade do capitalismo tardio, questionando, portanto, se ele seria suficiente para “apreender a crise estrutural do trabalho assalariado e a radicalização da desigualdade na atual crise do sistema capital” (Ibid., p. 417). Embora o conceito de *exclusão* tenha sido recorrentemente usado nos embates políticos para explicar a perda de direitos e outras questões diante desse cenário de mundialização do capital, tal conceito não dava conta de apreender as contradições históricas.

Ora, se os embates acerca da exclusão resultam do diagnóstico dos efeitos da mundialização do capital, por que, como afirmamos acima, ela não se constitui num conceito que nos permite apreender as mediações históricas que assume a forma capital hoje? E por que o antônimo de exclusão, num plano mais radical, não é a inclusão, mas a emancipação? (FRIGOTTO, 2010, p. 422).

No caminho para responder a essas questões, Frigotto problematiza o conceito de exclusão social e mostra que em Castel o conceito de exclusão apresenta fragilidades quando pensado como categoria analítica. Castel (1999 apud FRIGOTTO, 2010) entende não só que o termo acaba englobando vários aspectos e fenômenos sociais, não dando conta das

especificidades de cada um, como também, que o termo *exclusão social* não daria conta de explicar e apreender as causas estruturais e globais das relações capitalistas. Logo, o combate aos seus efeitos se daria de forma precária. Essas observações não negariam a necessidade de políticas de inclusão, nem sua importância, mas refletiria uma alerta para questionar o lugar da questão social. As políticas de inclusão estavam cada vez mais sendo compreendidas numa dimensão puramente técnica.

O processo de mundialização do capital, de políticas neoliberais, de precarização do trabalho, do uso de novas tecnologias refletiu no aumento do desemprego, do crescimento de trabalhadores excedentes. Nesse contexto, as políticas sociais dão espaço a ações de filantropias e de programas de combate à pobreza, principalmente no capitalismo da periferia do sistema (ARRIGH, 1998 apud FRIGOTTO, 2010). Diante da crise do trabalho é importante entender que as políticas de inclusão estão cada vez mais degradadas, sendo necessário questionar o efeito e o sentido real delas.

À medida que aprofundamos a análise das contradições da forma capital, percebemos que o que se amplia é sua força destrutiva. Para manter-se, como demonstra Mészáros, vem destruindo todos os direitos que a classe trabalhadora conquistou nos últimos séculos. Por isso, no plano da luta política, o antônimo da exclusão não é a pura e simples inclusão, já que, como assinalamos acima, trata-se de uma inclusão cada vez mais degradada. O horizonte a perseguir é o da utopia da emancipação humana sob novas formas de relações sociais. Vale dizer, uma luta para ir além do capital (FRIGOTTO, 2010, p. 433).

Diante desse contexto, Frigotto fala da necessidade das esquerdas lutarem pela defesa dos direitos das classes trabalhadoras, dos direitos sociais e da necessidade de lutar por reformas estruturais, como a reforma agrária e taxaço de fortunas. Ele nos propõe olhar a exclusão social para além do conceito de antinomia e enxergar o campo das contradições e a partir disso, pensar não em políticas compensatórias de combate à pobreza, mas em políticas emancipadoras que visem também dotar a população ao emprego e renda. “Neste sentido, parece adequada, no caso brasileiro, a postura daqueles que lutam por reformas mais estruturais articuladas a políticas públicas de caráter distributivo e emancipatório” (FRIGOTTO, 2010 p. 435). Diante desse processo, a redefinição do Estado também teria importante papel. Essa perspectiva nos ajudará, neste estudo, a refletir sobre a aplicação das políticas sociais como mecanismo de inclusão social, porém, fazendo as devidas problematizações quanto a seus alcances e efeitos reais.

Partimos da compreensão de que, se por um lado, a análise da pobreza a partir da conceituação dos organismos internacionais que a associam ao nível de carência de renda e a

necessidades básicas não atendidas nos ajuda metodologicamente a mensurar os grupos sociais que vivem nessas condições ou estados, por outro, compreendemos que os indivíduos precisam ter garantidos não só renda, mas condições reais de melhorias de qualidade de vida. Aqui nos aproximamos da compreensão de Amartya Sen quando trata da necessidade de que o indivíduo possa dispor de um conjunto de capacidades e habilidades para como seres agentes possam ter garantidos melhorias reais das condições de vida.

1.3 Juventude, trabalho e vulnerabilidade social

A partir do debate sobre pobreza e exclusão social esperamos compreender com mais clareza as contradições existentes no território de análise desta pesquisa e a partir disso, refletir sobre as políticas de inclusão, a exemplo as políticas de qualificação profissional para jovens locais, realizadas no território de análise. Outro conceito que entendemos como relevante para discutir nesse quadro teórico é o conceito de juventude, sobretudo, juventude pobre periférica, tendo em vista a centralidade que esta categoria tem em nosso trabalho.

De acordo com Pais (1990) a sociologia da juventude, ao tentar explicar e dar conta dessa construção social que é a juventude, ela acaba fazendo, no mais das vezes, uso de duas correntes: a corrente geracional e a corrente classista. A primeira entende a juventude como um conjunto social que tem como característica principal: a fase da vida. Os indivíduos por estarem numa mesma faixa-etária, numa mesma fase da vida, eles compartilhariam aspirações, desejos, angústias com certa similaridade. Nessa corrente se busca aspectos mais uniformes de grupos de indivíduos que estejam na mesma faixa-etária, portanto a cultura juvenil é entendida a partir de aspectos de uma determinada geração. A segunda corrente, por sua vez, põe ênfase na ideia de juventude como um conjunto social que tem como principal recorte a questão de classe. Desse modo, mesmo que os indivíduos estejam numa mesma fase da vida, eles podem e devem sentir a juventude de maneira diferente, uma vez que, pertencem a classes sociais diferentes. Portanto, aqui falaríamos em culturas juvenis distintas a depender do contexto social de cada indivíduo.

O conceito de juventude carregaria em sua semântica a dimensão da unidade e da diversidade. A dimensão de unidade seria levada em consideração quando se define jovens como grupos de indivíduos que estejam numa mesma fase da vida, por outro lado, a dimensão da diversidade pode ser sentida quando se considera que questões como classe social pode fazer com que indivíduos de classes distintas sintam a experiência da juventude de maneiras diferentes. “Não há, de facto, um conceito único de juventude que possa abranger os campos

semânticos que lhe parecem associados” (PAIS, 1990, p. 151). Partindo desse pressuposto, o que há são maneiras distintas de olhar essas juventudes, de entendê-las e de tentar explicá-las, logo diferentes teorias aparecerão. Essas teorias podem ser agrupadas em duas principais correntes que já mencionamos anteriormente: corrente geracional e a corrente classista (Ibid.).

Diante do exposto, consideramos que há, de fato, formas distintas de se vivenciar e sentir a juventude. Portanto, aqui neste trabalho partimos da compreensão de que as características do território ao qual o jovem está inserido – no que diz respeito não só ao acesso a bens básicos como moradia, educação, emprego, saúde, renda, como também a outros fatores que possibilitam uma cidadania ativa, dentre outras variáveis - influencia na maneira do jovem sentir a experiência da juventude. Os aspectos socioeconômicos de um território, bem como o estrato social ao qual o jovem pertença acabam influenciando e/ ou determinando o seu campo de possibilidades durante sua trajetória de vida. “O estrato social ao qual pertence o jovem é importante definidor do tipo de trajetória de vida que construirá” (MENNELLA, 2009, p. 89). No que diz respeito à inserção de jovem no mercado de trabalho, segundo dados da pesquisa “Trabalho Decente e Juventude- América Latina” realizada pela Organização Internacional do Trabalho: “A pesquisa indica que na América Latina, dos 106 milhões de jovens, 48 milhões trabalhavam e 10 milhões estavam desempregados. Dentre os que trabalhavam, 17 milhões foram considerados não precários e 31 milhões eram precários” (OIT, 2007 apud MENNELLA 2009, p. 88).

A América Latina ainda se caracteriza como um território desigual, se pensarmos no Brasil, por exemplo, é um país da periferia do sistema capitalista que guarda características próprias de um território subdesenvolvido. Dentro do território nacional ao lançarmos o olhar para as regiões do país podemos pensar o nordeste brasileiro como a periferia da periferia ou numa linguagem utilizada atualmente com frequência, seria essa região, o Sul do Sul. A região nordeste do Brasil, nas últimas décadas, apresentou melhorias em seus indicadores sociais, entretanto ainda se constitui num território desigual possuindo, ainda, muitos desafios para diversos segmentos sociais incluindo a população jovem – grupo social fortemente vulnerável às contradições sociais.

De acordo com Abramo (2005) e Medeiros (2008) apud Santos (2011) o conceito de juventude é uma construção social moderna ocidental que caracteriza, delimita certa etapa da vida do ser humano. Num primeiro momento, os elementos que a definiam tinham aspectos cronológico, escolar, cultural/ lazer, conforme explica Santos (2011). O elemento cronológico é um dos elementos que tenta delimitar o intervalo da vida do ser humano que estaria ligado à juventude. Alguns pesquisadores utilizam o intervalo 15- 24 anos, outros

utilizam o intervalo de 15-29 anos, este último foi adotado como intervalo oficial na legislação brasileira, para determinar o que seria jovem. Dentre os elementos que definiriam juventude, destaca-se o elemento escolar, uma vez que, juventude pode ser entendida como a fase de preparação para a vida adulta, fase de preparação para exercer determinadas funções sociais na vida adulta, funções essas ligadas a produção, caracterizada pela entrada no mercado de trabalho e a função de reprodução, início da vida sexual. Segundo Abramo (2005) apud Santos (2011), os primeiros estudos consideravam a juventude unicamente como uma etapa de preparação do ser humano para a vida adulta. A escola teria importante papel de formação para que os jovens ingressassem na vida adulta. Um terceiro elemento que demarcaria a juventude seria a cultura/ lazer, pois por não possuírem responsabilidade de produção e reprodução, os jovens teriam tempo para se dedicar ao lazer e ao prazer.

Esses três elementos acima citados demarcaram o conceito de juventude nos primeiros trabalhos referentes ao tema, mas, com o passar do tempo esses três demarcadores de juventude se tornaram insuficientes. Uma das condições para isso foi o fato de que se consideramos que jovens são todos aqueles que têm a possibilidade de se dedicar ao prazer, que não tem responsabilidades de produção, portanto que não trabalham, estamos fazendo um recorte de classe e não estamos levando em consideração os indivíduos de mesma faixa etária 15-29 anos que trabalham, uma vez que necessitam do trabalho para se manterem materialmente. Assim, podemos inferir que há maneiras distintas de se sentir a experiência da juventude, além de que a categoria classe social seria válida para compreender a relação entre juventude e trabalho.

Várias são as motivações que levam os jovens a adentrar no mercado de trabalho. De maneira geral, na sociedade contemporânea criou-se a necessidade de que os jovens continuem os estudos para que possam ocupar cargos que os garanta certo prestígio numa hierarquia social ou que os jovens se insiram o quanto antes no mercado de trabalho. Além da questão do prestígio, há três razões pelas quais isso acontece, lembrando que as razões não são excludentes. Conforme explica Santos (2011), as razões seriam: 1) sobrevivência material básica (geralmente os jovens de classes sociais mais baixas tendem a ter essa necessidade); 2) atendimento de necessidades não básicas (diante de uma sociedade de consumo, algumas necessidades são criadas e certos produtos representam bens simbólicos que são desejados); 3) a necessidade de afirmação de individualidade.

A inserção do jovem no mercado de trabalho precocemente pode fazer com que haja um comprometimento do seu tempo para outras áreas de sua vida, como os estudos, comprometendo a mobilidade social dos que encontram essa dificuldade, geralmente os

jovens de classes sociais mais baixas, afirma Santos (2011). Os jovens, no início da sua vida profissional, não só se deparam com o desafio do novo, com suas perspectivas em relação ao futuro, mas também em paralelo tem que lidar com a realidade social que o circunda, realidade essa que pode influenciar no êxito ou não de sua inserção no mercado de trabalho, na sua futura vida profissional. “De um lado, a estrutura social do país, movida por enorme desigualdade econômica e marcada pelos indicadores de pobreza, analfabetismo e violência, transforma-se numa das fontes principais do enfraquecimento das expectativas de sucesso dos jovens do Brasil [...]” (POCHMANN, 2000 apud WIEDERKEHR; BONETI, 2009, p. 2730).

A formação escolar se constitui num aspecto importante quando se pensa no acesso ao mercado de trabalho pelo jovem. O saber, as instruções recebidas ao longo da formação escolar influenciam diretamente no processo de inserção do jovem no mercado de trabalho. Em territórios em que a desigualdade social é acentuada, onde o baixo nível de escolaridade potencializa essa desigualdade, os jovens encontram grandes desafios quanto sua inserção ao mundo laboral. O jovem da periferia do sistema capitalista está muito mais sujeito à vulnerabilidade social do que um jovem de um país de centro. Segundo Kliksberg (2002), os jovens formam um segmento particular de indivíduos que estão sujeitos à situação de pobreza na América Latina e Caribe, correndo grande risco de exclusão social. Isso preocupa não só pelo expoente crescimento desse segmento da população, como também pelo fato da América Latina e Caribe apresentarem grande crescimento na vulnerabilidade social nos anos 1990, uma vez que, a pobreza e a concentração de renda presentes nos países da periferia do sistema capitalista aumentavam diante da vulnerabilidade da região frente às medidas da política neoliberal.

É certo que o cenário de privatizações, de quebras de direitos sociais, ocorridos no Brasil, como de resto quase toda a América Latina, devido ao modelo neoliberal fortemente arraigado na década de 1990, estimulou uma reação por parte da sociedade regional que buscaram eleger políticos que estavam a defender mudanças, rumos e políticas sociais efetivas de combate à pobreza e seus efeitos. No que diz respeito ao segmento jovem da América Latina, de acordo com a Cepal os níveis de pobreza e indigência da região Ibero- América cresceram no início do século XXI, devido à estagnação econômica mundial e a crise econômica de 2001 e 2002 (CEPAL, 2008).

A pobreza e indigência juvenil aumentam, diante desse contexto. Mas, no período de 2002 a 2006, de acordo com a Cepal, houve uma melhora nesses indicadores sociais. A redução da pobreza e indigência na região durante esse período esteve relacionada com o

restabelecimento rápido de algumas economias e pelo estabelecimento de programas sociais voltados à diminuição da pobreza, a exemplo o Programa Bolsa Família, no Brasil.

Além disso, 2008 foi declarado o Ano Ibero-Americano da Juventude e o tema da Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo desse mesmo ano é juventude e desenvolvimento. Por outro lado, um número crescente de países ratificou a Convenção Ibero-Americana de Direitos dos Jovens, o principal instrumento ibero-americano para proteger e promover os direitos de quase 110 milhões de pessoas entre 15 e 24 anos de idade, distribuídas entre os 22 países da Ibero - América. Tal Convenção reconhece a juventude como sujeito de direito e como protagonista dos desafios do desenvolvimento econômico e social dos países ibero-americanos (CEPAL, 2008. p.6)

Segundo Kliksberg (2006), os jovens se constituem no segmento social que mais está propenso a contribuir para o coletivo e mais estimulados a promover mudanças sociais, entretanto, o autor alerta que a esse grupo social não se dá a devida importância, inclusive no que diz respeito à elaboração de políticas públicas. Muitas vezes, segundo Kliksberg, isso acontece por entenderem como uma fase transitória que não merece, por isso, muita dedicação, análise e promoção de políticas específicas.

Há diferenças significativas no modo em que se vivencia a juventude a depender do contexto social, político e econômico ao qual o jovem esteja inserido. De acordo com a Cepal (2008) a pobreza limita o acesso a determinadas possibilidades que direcionam a um maior bem-estar e a uma vida mais digna e livre. A pobreza e exclusão se relacionam intrinsecamente, de tal modo que, perpassam de geração a geração, não sendo fácil a quebra desse círculo vicioso, sendo comum o fato de um jovem pobre ter grandes chances de ter sido uma criança pobre e de se constituir num adulto pobre. Assim, “é o jovem que ‘leva’ a pobreza de uma geração a outra” (CEPAL, 2008, p. 32). A juventude, entendida como categoria social, ao ser analisada, deve ser compreendida a partir de suas demandas, contexto social, anseios, enfim, é válido levar em consideração essas variáveis que influenciam não só a maneira de se sentir a juventude, como também as possibilidades e oportunidades que se apresentam aos jovens.

Segundo Kliksberg (2006), em territórios desiguais como a América Latina, a mobilidade social se apresentava como objetivo difícil a se conquistar diante, dentre outros aspectos, da reprodução do ciclo de pobreza intergeracional. O jovem, diante dessa realidade, acaba na tentativa desenfreada de ajudar a família mantendo-se mais atento a essa questão do que a preocupação com sua vida individual e carreira profissional. Assim, muitos jovens terminam migrando para outras regiões ou mesmo interrompendo os estudos e começando a

vida laboral precocemente, pois se depara com o contexto de sua realidade e necessidade material de sua família. Ainda de acordo com o autor a questão educacional se coloca como um desafio para a região, entendendo-a como variável importante na trajetória de vida do jovem. Kliksberg (2006) alerta sobre a dificuldade de se romper o ciclo vicioso da pobreza. Ele afirma que a pobreza se propaga de geração a geração e mostrou a relação da pobreza com a educação, ou melhor, com o déficit em educação. O ciclo vicioso da pobreza precisa ser quebrado, mas ainda se mantinha como desafio a ser superado.

Apenas um de cada cinco jovens de pais que não completaram a educação primária consegue terminá-la; os outros quatro não. Reproduzem as carências dos pais. Isso vai pesar severamente no seu futuro. Calcula-se que entre 72% e 96% das famílias em situação de pobreza e pobreza extrema vêm de lares em que os pais tiveram menos de nove anos de estudo (KLIKSBERG, 2006, p. 932).

Diante da vulnerabilidade do jovem num território desigual como a Latino- América, políticas públicas sérias e focalizadas na população juvenil, bem como investimento em educação, redução da evasão escolar são ações fundamentais que devem ser voltadas a esse segmento populacional. Acrescenta-se a isso, a necessidade de um forte sistema de formação profissional, iniciativas de uma capacitação efetiva voltada para jovens pobres com vista a oferecer condições reais para que tenham uma boa oportunidade no início da vida laboral (CELADE-CEPAL, 2000 apud KLIKSBERG, 2006).

Diante do que foi exposto, entendemos como sendo fundamental para essa pesquisa partir do reconhecimento de que a juventude pobre e periférica possui demandas e desafios específicos que precisam ser levados em consideração para que não caiamos em análises superficiais e generalizantes. Entendendo educação e formação profissional como vetores importantes na construção de uma cidadania ativa e como elementos que podem reduzir as chances de que o início da vida laboral do jovem se dê por vias de um trabalho precarizado, neste trabalho procuramos compreender as políticas públicas de qualificação profissional destinadas aos jovens, desenvolvidas em Ipojuca, localidade selecionada para o presente estudo. O conceito de qualificação profissional e sua relação com as transformações produtivas serão discutidos a seguir.

1.4 Qualificação profissional em sociedades periféricas

As mudanças ocorridas no processo produtivo fizeram com que na década de 1980 o conceito de qualificação profissional fosse cada vez mais colocado na pauta das discussões

públicas. O estudo mais sistemático do tema aconteceu, de acordo com Vêras de Oliveria (2006), no pós-segunda guerra mundial num contexto de reestruturação das economias européias e do estabelecimento do modo de produção *fordista-taylorista* a partir dos EUA. O modo de produção *fordista-taylorista* que objetivou a maximização de lucros e a racionalização do processo produtivo, acentuando a divisão do trabalho, a mecanização e a especialização das atividades desempenhadas pelos trabalhadores imprimiu um novo ritmo ao processo de produção afetando diretamente o trabalhador em todas as suas dimensões, inclusive a sua subjetividade. Diante das mudanças que se processaram houve reações por parte da classe trabalhadora. Houve, no pós segunda guerra mundial, pressões e greves organizadas pelos trabalhadores e sindicatos que reivindicavam a padronização de salários para as mesmas categorias. Assim, buscava-se

[...] salários homogêneos para o mesmo tipo de trabalho, como expresso no slogan ‘para qualificações iguais, salários iguais. [...] Os trabalhadores vão se organizar e negociar normas de referência, primeiro no nível da empresa, depois da localidade e finalmente do ramo profissional. Essas normas constituem, pois, tentativas de padronização e objetivação dos modos de comparação de diferentes capacidades de trabalho, visando a torná-las relativamente independentes dos atributos individuais dos trabalhadores; melhor dizendo, visando a torná-las independentes da arbitragem do capital no julgamento desses atributos (CADRES, 1984 apud TARTUCE, 2004, p. 356).

A partir dessas normas surgiram classificações profissionais que, por sua vez, relacionou e pôs hierarquicamente a qualificação de um determinado grupo de pessoas através dos postos de trabalho e conseqüentemente fez com que fossem definidas as regras contratuais. Essas regras vão desde o recrutamento, passando pela questão do salário, dentre outras questões, definindo assim o percurso profissional desses trabalhadores assalariados (EYRAUD 1992; JOBERT, 1992; NEFFA, 1992; TANGUY, 1997 apud TARTUCE, 2004). No modo de produção *fordista-taylorista* é válido ressaltar que cada ocupação possui tarefas, atividades que lhe são específicas, portanto, pode-se pensar aqui em formação profissional específica.

De acordo com Dedecca (1998 apud VÉRAS DE OLIVEIRA, 2006) gradativamente a qualificação profissional se torna uma questão alvo de políticas públicas, e o Estado, por sua vez, um importante articulador e coordenador de políticas públicas - oferece cursos de formação profissional.

[...] é muito importante enfatizar que essas estabilidade e solidez presentes na estrutura profissional do chamado “modo de regulação fordista” implicavam certa maneira de compreender a qualificação: uma vez que as qualificações se referiam a uma hierarquização das profissões de cada ramo

específico, hierarquização esta estabelecida pelo tempo de formação; uma vez que, adquiridos o saber e o “saber-fazer” de uma dada categoria profissional, o trabalhador poderia ali permanecer de uma vez para sempre; uma vez que, portanto, apenas os conhecimentos explícitos eram codificados; a qualificação foi e ainda é assimilada, por muitos, a um estoque de saberes *especializados, formais e estáticos* (TARTUCE, 2004, p. 358, grifo do autor).

Braverman (1987) entendia que o capitalismo monopolista estava acentuando a separação entre concepção e execução do trabalho, ou seja, o processo de divisão do trabalho e a inserção de novas tecnologias estariam levando a uma crescente desqualificação do trabalhador do operário. Ele entende que a separação do trabalho intelectual e manual se fazia crescente refletindo por um lado numa massa de trabalhadores desqualificados que executavam de maneira repetitiva uma determinada atividade. Para o autor, há uma “[...] desumanização do processo de trabalho, na qual os trabalhadores ficam reduzidos quase que ao nível de trabalho em sua forma animal” (BRAVERMAN, 1987, p. 104). Por outro lado, a acentuação do processo acima - processo de mecanização e inserção de novas tecnologias, acentuando a divisão do trabalho- também gerou um grupo de trabalhadores super qualificados, a exemplo dos quadros gerenciais das empresas.

De acordo com Hirata (1994), na década de 1970, a tese da polarização da qualificação ganha escopo a partir do debate iniciado por Braverman sobre a desqualificação decorrente da intensidade e aprofundamento do processo de divisão do trabalho no capitalismo.

Para o trabalhador, o conceito de qualificação está ligado tradicionalmente ao domínio do ofício - Isto é, à combinação de conhecimentos materiais e processos com as habilidades manuais exigidas para desempenho de determinado ramo da produção. O parcelamento das funções e a reconstrução da produção como um processo coletivo ou social destruíram o conceito tradicional de qualificação e inauguraram apenas um modo para domínio do processo de trabalho a ser feito mediante e com o conhecimento científico, técnico e de engenharia do trabalho. Mas a extrema concentração desse conhecimento nas mãos da administração e suas organizações de equipes associadas fecharam essa via de acesso à população trabalhadora. O que se deixa aos trabalhadores é um conceito reinterpretado e dolorosamente inadequado de qualificação: uma habilidade específica, uma operação limitada e repetitiva, ‘a velocidade como qualificação’ etc. (BRAVERMAN, 1987, p. 375).

Nos anos de 1980 houve uma ruptura do paradigma da polarização das qualificações, emergindo nesse momento a tese da requalificação dos operadores. Isso porque o processo de acumulação flexível ao inserir a micro tecnologia e ao ratificar o processo de automatização, fez com que as empresas demandassem um trabalhador com um perfil diferente dos exigidos

no modo de produção *fordista-taylorista*. Assim, essas mudanças do processo produtivo abriram espaço para o modelo de competência. Se é verdade que se exige do trabalhador pós *fordista-taylorista*, uma participação maior na produção, no envolvimento com a equipe, no controle de qualidade e uma maior habilidade diante das imprevisibilidades que possam ocorrer no processo produtivo, não menos verdadeiro é o fato de que essas novas exigências ao trabalhador não vieram acompanhadas de uma compensação salarial (HIRATA, 1994).

A crise do modo de regulação fordista coloca em questão certa estabilidade, como já mencionamos anteriormente, fazendo com que o próprio conceito de qualificação seja questionado e paulatinamente substituído pelo conceito de competência. O modelo *fordista-taylorista* entra em colapso em 1973, e na década de 1980 percebe-se o modelo de acumulação flexível se estabelecendo a partir de então, a exemplo, o modo de produção iniciado no Japão denominado Toyotismo. Houve, nesse momento, crescente inserção da microeletrônica, robótica, no mundo fabril, o que gerou um processo de desemprego estrutural.

De acordo com Vasconcelos e Lima Filho (s/d) no modelo de acumulação flexível, diferentemente do fordismo, houve uma horizontalização no processo, envolvendo os trabalhadores e exigindo deles também uma maior participação no controle de qualidade. O perfil do trabalhador varia de um trabalhador especializado numa determinada função para um que pudesse dar conta de qualquer imprevisto que viesse a ocorrer durante o processo de produção. Assim exigia-se do trabalhador mais do que conhecimentos específicos de uma determinada atividade, era necessário um tipo de comportamento mais dinâmico, pró-ativo, criativo diante do processo. Desse modo, buscava-se não um trabalhador especializado, mas que fosse polivalente, ou seja, um trabalhador entendido como mais preparado para dar conta das imprevisibilidades do processo de produção.

A partir da ideia ou conceito de polivalência se origina a discussão em torno do conceito de competência que cada vez mais aparece em substituição ao termo de *qualificação*. A *qualificação* surge em meio a um contexto de modo de produção *fordista-taylorista* em que este conceito foi pensado a partir das atividades específicas desempenhadas em cada função. Entretanto, com a crise desse modo de produção e ascensão do modo de acumulação flexível se exigiu do trabalhador um envolvimento maior no processo produtivo. Além de que, nesse momento, o trabalhador teria que estar sempre atento utilizando não só seus conhecimentos específicos como também suas habilidades cognitivas para corrigir qualquer falha que pudesse vir a ocorrer no processo de produção. Assim, exigia-se não só o “saber fazer” como também o “saber ser” e o “saber agir” (ZARIFIAN, 1995 apud VÉRAS DE OLIVEIRA,

2006). Segundo Tartuce (2004) essa nova forma de produzir resultou numa alteração da dinâmica do trabalho valorando aspectos e habilidades individuais, subjetivas, o que promoveu mudanças no conteúdo da qualificação, portanto, mudança no próprio conceito. Não por acaso o conceito de competência cada vez mais se sobrepunha ao conceito de *qualificação*.

A década de 1970 foi marcada pelas transformações produtivas e pela crise do Estado Bem-feitor ou, nas palavras de Frigotto (1999), houve a crise da “sociedade salarial”. Essas transformações refletiram num aumento do desemprego, crescimento do trabalho informal, no aumento das terceirizações, no trabalho por tempo parcial ou determinado.

Na Europa central, no período de 1975 a 1996, as taxas de emprego baixaram de 64,2% para 60,3%; o emprego industrial caiu de 39,5 % para 29,8%; as taxas de desocupados subiram de 3,7% para 10,8%. A base de trabalho industrial transferiu-se para o setor de serviço, que, por sua vez, passou de 49,4% para 65,1% dos ocupados (PIETRO, 1999 apud PRESTES, 2006, p .112-113).

No final da década de 1980, diante da crise do trabalho, a educação e a qualificação profissional são entendidas como variáveis importantes para promoção da inclusão social. Se por um lado na Europa houve um crescente número de programas e incentivos para o fomento da qualificação³, por outro lado, nos países pobres como os da América Latina, o debate sobre qualificação dividiu opiniões entre aqueles que conseguiam enxergar possibilidades, na qualificação, para diminuição de desigualdades sociais e os que a colocavam em questão por partirem da ideia de que a qualificação seria insuficiente para resolver problemas mais macroestruturais (PRESTES, 2006).

Na década de 1990, em meio as medidas neoliberais e seus efeitos perversos diante dos direitos dos trabalhadores, o clima de instabilidade e insegurança aumentou, quando os trabalhadores tem sua estabilidade ameaçada e são expostos a vulnerabilidade social. Foi diante desse cenário que cresceu mundialmente o debate em torno da qualificação profissional como alternativa à crise do trabalho e como combate a pobreza e exclusão social. A partir do crescimento da pobreza e exclusão social, reflexo da crise do trabalho e do aumento do desemprego, várias instituições internacionais como a UNESCO, BID, dentre outras, buscaram estabelecer planos de ações e diretrizes de combate à pobreza sendo esta uma questão social que se colocou, nesse momento, como uma questão política de maneira

³ Projetos como “Observación de innovación en la formación Profesional” organizado pelo Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP), no ano 2000” (PRESTES, 2006, p. 115).

imperativa (PRESTES, 2006). Os trabalhadores desempregados que se encontravam em países do centro do sistema capitalista podiam ainda contar com uma rede de proteção social, mas nos países em desenvolvimento, diante das demissões, raramente os trabalhadores desempregados podiam contar com iniciativas, políticas de proteção social. Assim, diante disso, cresce a vulnerabilidade social e o aumento de problemas sociais como violência, evasão escolar, já que muitos pais acabam retirando os filhos da escola para que possam tentar ter uma vida laboral mais cedo com vistas a contribuir na renda familiar (STIGLITZ, 2003 apud PRESTES, 2006).

De acordo com Frigotto (1999), compreender a quebra da sociedade salarial e consequentemente a perda de direitos importantes, na década de 1990, em meio a diretrizes neoliberais, ou seja, entender esse cenário é necessário para se pensar na questão do emprego, da formação profissional e da crescente utilização da palavra empregabilidade – reflexo do lugar da educação, da formação profissional diante de uma sociedade de mercado. A formação profissional, em um contexto de globalização e reestruturação produtiva, foi pensada de forma a garantir a “empregabilidade” - termo amplamente utilizado nos anos 1990 em meio a um contexto de globalização, políticas neoliberais e precarização do trabalho.

A empregabilidade é um conceito mais rico do que a simples busca ou mesmo a certeza de emprego. Ela é o conjunto de competências que você comprovadamente possui ou pode desenvolver – dentro ou fora da empresa. É a condição de se sentir vivo, capaz, produtivo. Ela diz respeito a você como indivíduo e não mais à situação, boa ou ruim da empresa – ou do país. É o oposto ao antigo sonho da relação vitalícia com a empresa. Hoje, a única relação vitalícia deve ser com o conteúdo do que você sabe e pode fazer (MORAES, 1998 apud FRIGOTTO, 1999, s/p).

De acordo com Frigotto (1999), esse conceito de *empregabilidade* demonstra o senso comum que tem se firmado em relação à concepção deste termo, bem como, torna claro seu alto grau de mistificação. O autor aponta que na sociedade salarial houve conquistas de importantes direitos sociais como o emprego, que uma vez entendido como um direito de se integrar ao consumo e de alcançar certa estabilidade, o Estado teria a responsabilidade de fazê-lo.

O Brasil, país de capitalismo tardio, não chegou a vivenciar o Estado de Bem Estar Social aos moldes das economias de centro, mas contou com importante atuação do Estado como indutor e coordenador de políticas desenvolvimentistas no século XX, a exemplo o Estado Nacional- desenvolvimentista. Houve no Brasil dos anos 1930 a 1980, certa segurança e estabilidade ao trabalhador – mesmo durante os períodos ditatoriais. “*Antes do golpe civil-*

militar de 64, o empregado que atingisse 10 anos de emprego ganhava estabilidade. O custo da demissão era altíssimo” (FRIGOTTO, 1999, s/p). Essa certa segurança e estabilidade são ameaçadas com o desmonte da sociedade salarial e o desemprego estrutural. Em meio ao desmonte da sociedade salarial, vários grupos sociais, inclusive os jovens começando a vida profissional, se deparam com esse cenário de incertezas, ficando vulneráveis diante da precarização do trabalho e instabilidade, agora estes careciam manter-se atentos a uma oportunidade que lhes sinalizasse alguma segurança.

De acordo com Boaventura de Souza Santos (1999) apud Frigotto(1999), esse contexto é propício para a venda do que chama “ilusões de segurança”. Não por acaso, cresce a venda de planos privados de seguros de saúde e no mesmo sentido - de uma falácia de segurança- emerge o conceito de *empregabilidade*. Diante da nova dinâmica impressa pelo processo de globalização, a busca por uma integração que abarque a todos é assim suplantada por uma nova lógica.

A novidade, diferente da perspectiva ideológica da teoria do capital humano dos anos 60/70 é que o objetivo não é de integrar a todos, mas apenas aqueles que adquirirem "habilidades básicas" que geram "competências" reconhecidas pelo mercado. Competências e habilidades para garantir não mais o posto de trabalho e ascensão numa determinada carreira, mas da empregabilidade. O ideário das novas habilidades – de conhecimento, de valores e de gestão, – e, portanto, de novas competências para a empregabilidade apagam o horizonte da educação e formação técnico-profissional como um direito subjetivo de todos. Trata-se, agora, de serviços ou bens a serem adquiridos para competir no mercado produtivo – uma perspectiva educativa produtivista, mercadológica, pragmática e, portanto, desintegradora (FRIGOTTO, 1999, s/p).

As noções de *empregabilidade, trabalhabilidade ou laborabilidade*, afirma Frigotto (1999), ao serem confrontadas com a realidade apresentam todo seu cinismo. Ele afirma que a educação está cada vez mais pensada em termos mercadológicos e que é fundamental pensá-la como um direito subjetivo de todos e como uma variável importante na constituição de um projeto alternativo de desenvolvimento. Assim, entende que o exercício de uma cidadania ativa passa por uma educação básica não produtivista e pragmática, ou seja, a educação não deve estar embasada nos interesses imediatistas do mercado que cada vez mais foca no discurso da competência, visando uma tal empregabilidade.

Vincular a política de formação profissional a um projeto de desenvolvimento centrado nas necessidades da população brasileira significa, ao contrário da perspectiva de transformar as instituições de formação profissional em unidades privadas de negócio, a necessidade de dilatar sua função pública. Com efeito, a breve análise que empreendemos nos evidencia que a tese de diminuição do *Custo Brasil* e a perspectiva de,

em nome disto, acabar como o imposto compulsório e transformar o sistema de formação profissional em unidades de negócios é anacrônica e antidemocrática (FRIGOTTO, 1999, s/p).

A discussão em torno dos conceitos de qualificação, competência e empregabilidade são, para nós, fundamentais nesse trabalho, uma vez que entendemos que muitos desses conceitos fizeram e fazem parte do processo de construção de políticas públicas de qualificação profissional no Brasil. Diante do exposto, neste trabalho partimos da ideia de que o conceito de *empregabilidade* precisa ser questionado, para que se possa visualizar perspectivas mais democráticas e emancipadoras da educação e formação profissional. Assim, consideramos importante apresentar a discussão em torno desses conceitos para que possamos refletir sobre as políticas públicas em qualificação profissional no Brasil a partir da década de 1990.

O emprego dos anos 90 tem um novo conceito: a empregabilidade, conjunto de conhecimentos, habilidades, comportamentos e relações que tornam o profissional necessário não apenas para uma, mas para toda organização. Hoje mais importante do que apenas obter um emprego é tornar-se empregável, manter-se competitivo em um mercado em mutação. Preparar-se, inclusive para várias carreiras e diferentes trabalhos- às vezes, até simultâneos (MTB/SEFOR, 1995, p.12 apud VÉRAS DE OLIVEIRA, 2006, p.19).

De acordo com Vêras de Oliveira (2006), no Brasil, nos anos 1990, as políticas públicas de qualificação profissional estiveram embasadas no conceito de competência, empregabilidade e parceria – a exemplo do Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR). A política pública de qualificação ganha outros rumos em 2003, no Brasil, com a substituição do PLANFOR, pelo Plano Nacional de qualificação – PNQ, que colocou em questão o termo *empregabilidade* questionando todo discurso derivado dele. Nesse sentido, Vêras de Oliveira (Ibid.) destaca que o PNQ buscou colocar a política de qualificação profissional na dimensão dos direitos sociais. No seio das políticas sociais, respaldadas pelo novo desenvolvimentismo, política econômica iniciada no governo Lula em 2003, encontram-se as políticas de qualificação profissional que serão discutidas no capítulo que se segue.

CAPÍTULO 2. NOVO DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL E AS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS

2.1. O desemprego juvenil no contexto dos limites do desenvolvimento capitalista

O Processo de reestruturação produtiva não é um fato isolado do século XX, sabemos que o processo de crise é inerente ao sistema capitalista e que a reestruturação produtiva é algo constante.

As crises cíclicas nada mais são que expressão (causa e efeito) desse mesmo movimento contraditório de acumulação e expansão contínua das forças produtivas capitalistas em suas várias etapas de desenvolvimento e têm representado, sempre, momentos de reajuste da economia mundial dada essas necessidades (MELLO, 2004, p. 8).

Ao analisarmos, porém, a reestruturação produtiva ocorrida nas economias capitalistas do centro do sistema percebemos que, na década de 1970, ocorreu um processo que acarretou em mudanças não só na produtividade como também nas relações de trabalho. Nesse contexto, o modelo de produção fordista, que se instaurou no mundo capitalista no início do século XX, entrou em colapso a partir de 1973.

Segundo Antunes (2002) a década de 1980 foi marcada por mudanças estruturais nas economias capitalistas avançadas, a inserção no mundo fabril de novas tecnologias, a robotização, dentre outros aspectos da nova era que se instaurava naquela década, acarretou mudanças na produtividade, nas relações de trabalho, fazendo com que a classe-que-vive-do-trabalho passasse por crises que atingiu até mesmo sua subjetividade. Além disso, todas essas mudanças fizeram emergir novos processos produtivos que se mesclaram ao fordismo-keynesiano, tendo destaque para o modelo Japonês ou Toyotismo.

O processo Fordista caracterizado pela produção em massa, pela linha de montagem de produtos numa produção em série, abre espaço para o surgimento de processos produtivos caracterizados pela flexibilização da produção, a exemplo, temos o Toyotismo. Ainda sobre a acumulação flexível:

Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, [...]e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais

completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas... (HARVEY, 1992 apud ANTUNES, 2002, p. 28).

O trabalhador aqui, diferente do que ocorria no modelo Fordista, agora é “polivalente” atuando em várias máquinas no processo produtivo. De acordo com Antunes (2002), a flexibilização da produtividade é possível devido à flexibilização dos trabalhadores, ou seja, fez-se necessário, no Toyotismo, direitos flexíveis para poder fazer uso da força de trabalho em função daquilo que o mercado consumidor fosse necessitar. Para o autor, a descentralização produtiva, o avanço do trabalho e a sua fragmentação pode refletir numa maior exploração da força de trabalho, além de dificultar a coesão de setores dos trabalhadores.

Na América Latina o processo de reestruturação acompanhado pelo modelo econômico neoliberal trouxe sérias consequências para o campo do trabalho, inclusive afetando muitos direitos sociais conquistados ao longo dos anos.

No caso da América Latina, em que pesem as diferenças históricas específicas de cada país, tais reformas envolvem a descentralização de ações governamentais, com redução da abrangência e submissão do conteúdo das políticas sociais aos resultados das políticas econômicas” (PINTO; KEMMELMEIER, 2011, p. 109).

Os anos de 1990 marcaram a terceira grande fase do desenvolvimento brasileiro, sob a ótica da questão regional, sendo essa fase caracterizada pela liberdade do mercado diante do processo. “Aqui, os próprios conceitos de pessoas, lugares, e setores desaparecem no altar do conceito abstrato de mercado. Ora, a realidade é feita de pessoas, lugares e base produtiva instalada” (ARAÚJO, 1998, p.171). Ao analisar o Brasil no conjunto de suas regiões, esse processo de acumulação flexível associado ao modelo neoliberal acarretou em consequências perversas para o país, sobretudo para a região nordeste, já que as políticas regionais para diminuição das assimetrias regionais - empreendidas pela Sudene- passavam por um momento de crise até a extinção da Sudene em 2001 no governo Fernando Henrique Cardoso.

Ao atuar livremente, o mercado não levou em consideração as diferenças regionais. Ele atuou nos territórios e áreas mais dinâmicas das regiões do Brasil, pois ele segue sua própria lógica: a maximização do lucro. Logo, o mercado não estava interessado em entender as demandas nacionais, nem mesmo os objetivos nacionais que contemplassem a sociedade brasileira e a pluralidade das regiões do país com suas demandas. Nesse período, a integração produtiva vinha se desmontando. Na década de 1990 cada polo dinâmico, ou nas palavras da professora Araújo (1998), as “ilhas de excelência” se articulavam para fora, sendo ligadas ao mercado global e as áreas que não passavam por processos dinâmicos iam sendo esquecidas

tanto pelo mercado quanto pelo Estado. O Estado vinha na direção do mercado, ao invés de procurar dinamizar os espaços não competitivos e isso trouxe consequências graves para política regional que cada vez mais se enfraquecia até a extinção da Sudene em 2001.

O Estado nos anos de 1990 era deficitário, portanto, não foi um Estado promotor de políticas desenvolvimentistas. A responsabilidade de atrair investimentos para os estados nordestinos estava cada vez mais nas mãos dos governos de cada unidade federativa da região. Não por acaso, esse período foi caracterizado também pela “guerra fiscal”. De acordo com Bento (2014), não havia políticas, como outrora, que contemplassem a região de forma holística. Os programas do governo federal, nesse período, eram programas nacionais que não atentavam para a questão dos desníveis regionais: o “Avança Brasil” e o “Brasil em ação” são exemplos disso. Os estados entravam em ferrenha disputa para conseguir atrair investimentos e na região nordeste isso acontecia de maneira mais dramática. Diante de um contexto de crise não se podia perder nenhuma oportunidade, dessa forma, os estados da região se digladiavam para receber os projetos e nessa disputa muitas vezes o estado fazia concessões para as empresas, além do que podia oferecer arcando com alguns ônus, alguns dos quais, recaiam para o trabalhador como a flexibilização da legislação trabalhista.

No Nordeste, o novo proletariado é formado por trabalhadores que circulam entre cooperativas e unidades industriais, em suas distintas formas - unidades fabris, empresas terceirizadas, cooperativas- tem significado a inclusão de partes da população, que vivia numa economia de subsistência, à produção capitalista e ao consumo, a partir de ganhos monetários relativamente regulares. Todavia, a inclusão insere-se num contexto de flexibilização da produção e das relações de trabalho, o que resulta em formas precarizadas de assalariamento- com direitos restritos ou sem direito nenhum (LIMA, 2002 apud VÉRAS DE OLIVEIRA, 2014, p.91).

Nos anos 2000, o capitalismo mostrou mais uma vez seus limites refletindo no aumento de desigualdades e em crises, como a crise financeira internacional de 2008. A crise do *Subprime* que expressou os limites da ideologia de mercado, iniciou-se em 2007 nos Estados Unidos, provocando a retração da economia mundial e impactou de maneiras distintas as diversas economias do globo que vinham numa crescente desde o início do novo milênio. No que diz respeito ao comércio internacional, a China se colocou de forma assertiva na disputa mundial, passou a se constituir cada vez mais como líder, tendo de acordo com Munhoz (2009), importante papel na alavancagem da economia mundial. O ritmo do crescimento chinês se deu de forma acelerada e sua economia se destacou, no início do novo milênio, alavancando a economia mundial e ultrapassando até mesmo as taxas de

crescimentos de países de centro como os Estados Unidos da América. Este cenário trouxe consequências para o comércio internacional (ver tabela 2.1).

Tabela 2.1 – Crescimento da Economia Mundial – 2000 a 2007 (%)

Anos	África	Ásia	América Latina	Leste Europeu	Zona do Euro	Reino Unido	Japão	Estados Unidos	China
2000	3,6	6,9	3,9	7,2	4,0	3,8	2,8	3,7	8,4
2001	4,4	6,1	0,6	2,2	3,9	2,4	0,2	0,8	8,3
2002	3,3	6,8	(-) 0,1	25,7	0,9	2,1	0,3	1,6	9,1
2003	4,5	8,1	2,1	6,0	0,8	2,8	1,5	2,5	10,0
2004	14,6	8,2	6,2	7,0	1,8	3,3	2,7	3,6	10,1
2005	14,9	8,7	4,8	6,0	1,7	1,8	1,9	3,1	10,4
2006	5,6	9,3	5,5	7,0	2,9	2,8	2,4	2,8	11,6
2007	6,2	10,6	5,7	7,3	2,7	2,6	2,3	2,0	13,0

Fonte: Fundo Monetário Internacional: International Financial Statistics Yearbook, 2008; e World Economic Outlook Update, July 8, 2009

Fonte: MUNHOZ, 2009, p.75.

As exportações e importações chinesas cresciam vertiginosamente e se analisarmos dados referentes ao período de 2000 a 2007,

[...] o valor e o volume das exportações chinesas aumentaram perto de 390% (ou seja, quase quintuplicaram), tendo registrado ainda algum recuo nos preços médios. E, paralelamente, as importações chinesas mais que quadruplicaram no período (aumento de 321%) (MUNHOZ, 2009, p. 76).

A China continuou se destacando no comércio internacional se compararmos aos países de centro, por exemplo, mesmo depois da crise de 2008 se tornando o principal parceiro do Brasil. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no que diz respeito a balança comercial entre o Brasil e a China no período 2000-2010,

[...] os superávits são crescentes nos produtos primários e nas manufaturas intensivas em recursos naturais, no entanto, para as demais categorias (baixa, média e alta tecnologia) ocorre um aprofundamento do déficit comercial, particularmente para no caso dos produtos de mais alta intensidade tecnológica (ACIOLY; PINTO; CINTRA, s/d, p. 30).

Se por um lado esse tipo de troca no comércio internacional, em que nossas exportações se destacavam em *commodities* e importações em produtos de maior valor agregado, estava gerando uma relação assimétrica em detrimento do Brasil. Por outro lado, a crescente demanda por nossas commodities - por países asiáticos como China e Índia que demonstravam grande interesse nesses produtos - representou um dos fatores que permitiram

manter nossa economia diante da vulnerabilidade externa. “*O contínuo aumento da demanda por commodities e a elevação de seus preços desde 2002 ajudaram a dinamizar a economia e a controlar a vulnerabilidade externa*” (IPEA, 2010, p. 28). Diante da crise internacional de 2008, o Brasil reage de maneira distinta de muitos países do centro do sistema.

No grupo de países mais avançados, 2009 passou a ser visto como o ano da “Grande Recessão”, a crise econômica mais grave desde a “Grande Depressão” dos anos de 1930. Embora a recuperação em 2010 tenha sido mais forte do que inicialmente previsto, a crise da dívida soberana e as várias medidas de austeridade que a acompanharam levaram a uma desaceleração significativa do crescimento subsequente, especialmente na Europa. O grupo de países emergentes e em desenvolvimento, pelo contrário, evitou uma recessão generalizada e conseguiu manter taxas de crescimento superiores às dos países avançados desde o ano 2000 (COSTA LIMA, 2014, p. 67-68).

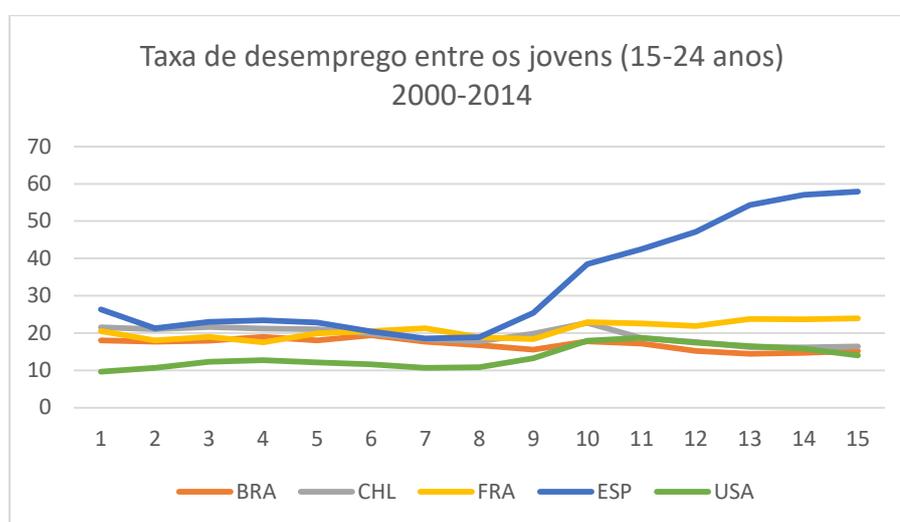
Stiglitz (2012) afirma que o mercado não é eficiente, nem mesmo estável, como afirmam os seus defensores e apologistas. A crise financeira internacional demonstra essa instabilidade com consequências graves e o desemprego, ainda segundo o economista, se revela como uma das falhas do mercado e uma das causas da desigualdade social. A desigualdade, que por sua vez, vem aumentando nos últimos anos e demonstra como o sistema econômico não está beneficiando a maioria da população - Stiglitz toma os EUA como território de análise. Na verdade, a desigualdade vem crescendo mundialmente a exemplo da enorme concentração de renda nas mãos de uma parcela ínfima da população.

No que diz respeito ao desemprego, Stiglitz (2012, p. 26) afirma que nos Estados Unidos “a fecha de marzo de 2012, aproximadamente 24 millones de estadounidenses que querían tener un empleo a tiempo completo no eran capaces de encontrarlo”. Além do sistema econômico, o sistema político também apresenta seus limites ao não controlar a desigualdade, ao não atender os direitos da maioria, tendo em vista que vem privilegiando uma parte da população, um pequeno grupo, enfim, o sistema político não se apresenta verdadeiramente democrático, pois ao invés de corrigir, acaba reforçando as falhas do mercado. “Parece que el sistema político está fallando em la misma medida que el sistema económico. Teniendo em cuenta el alto índice de desempleo juvenil que hay em todo el mundo- cerca de un 50 por ciento em España, y un 18 por ciento em Estados Unidos”⁴(STIGLITZ, 2012, p. 35).

⁴ A fecha de agosto de 2011, para jóvenes de entre 16 y 24 años de edad. Véase el ciber sitio del Bureau of Labor Statistics, <http://www.bls.gov/news.release/youth.nr0.htm> (visitado el 25 de junio de 2012). (STIGLITZ, 2012, p.431)

Em 2008, devido à crise financeira internacional iniciada nos Estados Unidos, as diversas economias do globo foram impactadas, embora de distintas formas. O número de desemprego total e desemprego juvenil cresceram mundialmente, no pós 2008. Entretanto, como os dados apresentados abaixo demonstram, os países do centro do sistema foram mais impactados. O Gráfico 2.1 demonstra como o desemprego juvenil se coloca em alguns países do globo, seja ele de centro ou periférico, ao longo do período de 2000 a 2014.

Gráfico 2.1 – Taxa de desemprego juvenil (15-24 anos) no Brasil, Chile, França, Espanha e Estados Unidos (2000- 2014)



Fonte: Base de dados do World Bank (Elaboração própria)

Nota: No eixo horizontal do gráfico, o Ano 1 corresponde a 2000, Ano 2 a 2001 e assim consecutivamente até Ano 15 correspondente a 2014.

No Brasil, a taxa de desemprego total em 2009 foi de 8,3% enquanto na Espanha essa taxa era de 18,1% (tabela 2.2). No início dos anos 2000, o Brasil possuía uma taxa de desemprego juvenil de 18%, enquanto o Chile possuía 21,5%, a França 20,5%, a Espanha 26,3% e os Estados Unidos 9,6% (tabela 2.3). Analisando o percentual de desemprego juvenil nos anos de 2008 e 2009, em um conjunto de países, percebemos que as taxas variaram de forma desigual: no Brasil de 15,5% para 17,8%; no Chile de 19,8% para 22,7%; na França de 18,4% para 22,9%; na Espanha de 25,4% para 38,5% e, nos EUA, de 13,2% para 17,9%. Em 2010, no pós-*Subprime*, a taxa de desemprego juvenil nos EUA aumenta para 18,7%, mas, a partir de 2011 começa a decair, chegando a 14% em 2014. A taxa de desemprego juvenil no Brasil que era de 17,8%, em 2009, decresceu chegando a 14,4% em 2012, voltando a crescer em 2013 e atingiu 15,2% em 2014. Em 2014, no conjunto de países apresentados, a França e a

Espanha possuíam as mais altas taxas de desemprego juvenil: 23,9% e 57,9%, respectivamente.

Tabela 2.2. Taxa de desemprego total no Brasil, Chile, França, Espanha e Estados Unidos (2000- 2014)

Países	Taxa de Desemprego Total (% da força de trabalho)*															Taxa anual média de crescimento(%)	
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014		
Brasil	9,5	9,3	9,1	9,7	8,9	9,3	8,4	8,1	7,1	8,3	7,9	6,7	6,1	6,5	6,8	-	2,20
Chile	9,2	9,1	8,9	8,5	8,8	8	7,7	7,1	7,8	9,7	8,1	7,1	6,4	6	6,4	-	2,39
França	10,2	8,6	8,7	8,6	9,2	8,9	8,8	8	7,4	9,1	9,3	9,2	9,9	10,4	9,9	-	0,20
Espanha	14,2	10,7	11,6	11,5	11,2	9,3	8,6	8,4	11,5	18,1	20,2	21,7	25,2	26,3	24,7		3,76
EUA	4,1	4,8	5,9	6,1	5,6	5,2	4,7	4,7	5,9	9,4	9,7	9	8,2	7,4	6,2		2,80

Fonte: Worldbank. Elaboração própria da autora.

*(modeled ILO estimate)

Tabela 2.3. Taxa de desemprego juvenil (15-24 anos) no Brasil, Chile, França, Espanha e Estados Unidos (2000- 2014)

País	Taxa de desemprego*(% da força de trabalho entre 15-24anos)															Taxa anual média de crescimento(%)	
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014		
Brasil	18	17,7	17,9	19	18	19,4	17,7	16,7	15,5	17,8	17,2	15,2	14,4	14,7	15,2	-	1,12
Chile	21,5	21	21,6	21,2	21	19,8	18,4	17,8	19,8	22,7	18,6	17,6	16,2	16,1	16,4	-	1,79
França	20,5	18	19	17,5	19,9	20,5	21,3	18,9	18,4	22,9	22,6	21,9	23,8	23,7	23,9		1,03
Espanha	26,3	21,3	23	23,4	22,8	20,4	18,5	18,9	25,4	38,5	42,5	47,1	54,3	57,1	57,9		5,40
EUA	9,6	10,7	12,3	12,7	12,1	11,6	10,7	10,8	13,2	17,9	18,7	17,4	16,5	15,8	14		2,55

Fonte: Worldbank. Elaboração própria da autora.

*(modeled ILO estimate)

Se analisarmos a taxa média anual de crescimento de desemprego juvenil no período de 2000 a 2014 notamos que a taxa média anual de crescimento de desemprego juvenil no Brasil era de - 1,12 %, enquanto que países do centro do sistema apresentam taxa média anual de crescimento de desemprego juvenil maiores, como a dos EUA que era de 2,55% e Espanha de 5,40% como podemos observar na tabela 2.4. A partir dos dados aqui apresentados podemos perceber que o Brasil também sentiu os efeitos da crise internacional, o aumento da taxa de desemprego total e da taxa do desemprego juvenil nos cinco países analisados em 2009, portanto, pós crise internacional, deixa isso claro. Entretanto, não menos verdadeiro é o fato de que no Brasil tanto a taxa de desemprego total quanto a de desemprego juvenil

decreceram no período de 2010 a 2014, diferente do que ocorreu em países de centro como França e Espanha.

Tabela 2.4. Taxa (%) média anual de crescimento de Desemprego Total e de Desemprego Juvenil (2000 a 2014)

País	Total	Jovens (15-24 anos)
BRA	- 2,20	- 1,12
CHL	- 2,39	- 1,79
FRA	- 0,20	1,03
ESP	3,76	5,40
USA	2,80	2,55

Fonte: Base de dados do World Bank (Elaboração própria)

Diante dos dados apresentados, pode-se considerar que o índice de desemprego juvenil no Brasil não chegou a patamares mais alarmantes como os países de centro, devido, entre outros aspectos, a retomada do papel do Estado como sujeito ativo e possuindo importante papel no estabelecimento de diretrizes e na direção dos investimentos em políticas sociais a partir do Governo Lula no bojo do novo desenvolvimentismo.

2.2. As condições sociais dos jovens que nem estudam nem trabalham na Europa e no Brasil

De acordo com Cardoso (2013) o percentual dos jovens europeus⁵ que nem estudam e nem trabalham os chamados “nem nem”, sempre teve proporções consideráveis em gerações sucessivas ao longo do tempo, mas, os indicadores se elevaram pós-2008, ou seja, pós crise internacional. Cardoso, em sua análise dos 21 países da União Europeia, no recorte temporal de 1997 a 2010, constatou o considerável aumento no desemprego juvenil após 2008 com consequências para o crescimento da condição “nem nem”. Portanto, o aumento dos jovens “nem nem” na Europa, se deu pelo acentuado desemprego juvenil que atingiu os jovens que já haviam saído da escola para a vida laboral e não estavam conseguindo encontrar trabalho devido à retração no mercado de trabalho ou mesmo os que acabaram decidindo esperar uma oportunidade profissional melhor mais adiante. Nesses casos, os jovens contariam com a

⁵ Os dados que Cardoso (2013) trabalha para tratar dos jovens europeus são dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que entende como jovens indivíduos da faixa-etária de 15 a 29 anos.

ajuda familiar ou com alguma proteção de resquícios de um Estado de Bem Estar social europeu. Uma pequena parte dos jovens que foram afetados pela crise resolveu voltar à escola, assim como outra ínfima parte resolveu permanecer na escola. “Mas proporção elevada dos jovens europeus (mais de 18% dos jovens de 20 a 29 anos, valor que chegou a 22% na Grécia e 28% na Espanha em 2010 [...] simplesmente não tinha emprego para si, já tendo abandonado a escola” (CARDOSO, 2013, p. 296).

Ao tratar do Brasil, ainda utilizando a faixa etária de 15 a 29 anos como forma de comparar com os dados europeus disponibilizados pela OCDE, Cardoso (2013) afirma que, assim como na Europa, o Brasil passou por um processo de desemprego juvenil e aumento da proporção “nem nem”, mas que, no caso brasileiro, o processo se deu de maneira menos abrupta, diferente da Europa que logo se viu num contexto de crise social. Ainda de acordo com o sociólogo, a partir dos dados de PNADs, no ano de 1999, 30,5% das jovens entre 15 e 29 anos estavam como jovens “nem nem”. Essa porcentagem variou, chegando a pouco menos de 27% no ano de 2008 e aumentando um ponto percentual daí a 2011.

No que diz respeito aos homens jovens na faixa-etária de 15 a 29 anos, ele afirma que a partir de 2008 houve um aumento de 10,8% para 11,9%, mas esse pequeno crescimento não representou o caos como na Europa. Assim, diferente da Europa, no Brasil não podemos falar em uma “geração nem nem” ou de uma determinada faixa-etária específica e fortemente atingida pela crise de 2008. Na Europa, ainda pode-se falar numa geração “nem nem”, geração de jovens que teve marcado na sua trajetória de vida um contexto de privação ao mercado de trabalho e inserção no sistema educacional num momento crucial de suas vidas.

Na tentativa de uma análise mais apurada sobre a realidade dos jovens brasileiros na condição “nem nem”, Cardoso (2013) delimitou a faixa etária de jovens, num segundo momento, para 18 a 25 anos, pois partiu do pressuposto que a faixa de 15 a 29 anos trabalhada pela OCDE demarcava períodos muito diferentes da vida dos jovens. A partir desse recorte de idade e trabalhando com dados do IBGE, o autor afirma que a proporção destes “nem nem” no ano 2000 para 2010 variou de 5,5 milhões para 5,3 milhões, como podemos perceber na Tabela 2.5. Entretanto, quando se faz um recorte por sexo, a taxa de jovens mulheres “nem nem” teve redução considerável ao longo do período analisado. “Havia 4 milhões de mulheres “nem nem” em 2000 [as mulheres representavam 72% do total dos “nem nem”], e 3,5 milhões em 2010, enquanto eles subiram de 1,5 para 1,8 milhão de excluídos (CARDOSO, 2013, p. 302). Decerto, o número de mulheres “nem nem” ainda era alto, mas sofreu redução considerável nesse intervalo de tempo.

Tabela 2.5. Proporção de jovens homens e mulheres de 18 a 25 anos que eram “nem nem” nas datas dos censos demográficos. Brasil

Ano	Homens	Mulheres	Total	N
2000	11,5	30,4	20,9	5.514.606
2010	13,1	26,0	19,5	5.329.799

Fonte: Censos Demográficos do IBGE apud CARDOSO, 2013, p. 302

A taxa “nem nem” revela, segundo Cardoso, seu caráter estrutural. Seu estudo revelou que um dos motivos que fez com que não houvesse um efeito caótico no Brasil, como aconteceu na Europa com a crise social que se estabeleceu gerando protestos de toda parte, foi o fato de que a condição de jovem “nem nem” no Brasil afeta sobretudo os grupos familiares mais pobres, transmitindo de uma geração a outra e atingindo sobretudo as regiões e municípios mais pobres⁶. Outro motivo que impediu o boom social no Brasil, como se deu na Europa, foi que no Brasil o contexto em 2010 era bem mais favorável em relação aos anos 2000, pois houve melhorias sociais em educação e no mercado de trabalho.

A hipótese, aqui, é a de que a melhoria das condições materiais de vida, ao se disseminar pelo país, contribuiu para reduzir a percepção de clausura das condições de mobilidade social, ampliando o horizonte de expectativas de inclusão dos jovens “nem nem”, em especial as mulheres. Ao contrário, pois, de aparecer como deterioração de condições antes favoráveis e, portanto, como frustração de suas expectativas, como é hoje o caso de vários países europeus (CARDOSO, 2013, p. 312).

A condição “nem nem” na Europa que atingiu aos jovens teve um recorte de classe, quando os jovens de classe média foram os mais impactados (CARDOSO, 2013). Esses jovens foram traídos pela ideologia de mercado que falhou ao não evitar o desemprego estrutural e as crises cíclicas do capitalismo, como ocorreu em 2008. Sabemos que mesmo diante da crise de 2008 o Brasil continuou a investir maciçamente no estímulo ao crescimento, no desenvolvimento regional – os investimentos do Programa de aceleração de crescimento (PAC) implementado em 2007, e a ampliação dos recursos previstos pelo PAC, devido à crise, como forma de política anticíclica; bem como investimentos em políticas sociais demonstraram que o Brasil teve uma reação diferenciada, diante da crise internacional. O Brasil, portanto, não reagiu estabelecendo políticas contencionistas como ocorreu em alguns

⁶Cardoso (2013) trabalhou com um modelo de análise para a condição “nem nem” com indicadores multivariados que faziam referência ao contexto seja ele familiar ou de município bem como indicadores ligados a trajetória de vida, isso porque entende que contexto e trajetória de vida estão diretamente vinculados a condição de jovens “nem nem”.

países. Essa reação brasileira amorteceu os efeitos da crise em nossa economia, principalmente nos primeiros anos pós *Subprime*.

No início de 2009 alguns benefícios sociais foram realizados no intuito de conter os efeitos da crise, como a manutenção da política nacional de elevação do valor real do salário mínimo – “o que pode ter alcançado até 22 milhões de trabalhadores ativos, formais e informais, além de 18 milhões de beneficiários da previdência e assistência” (IPEA, 2010, p.65). Além dessa medida, foram feitas mudanças visando à entrada de novos beneficiados ao *Programa Bolsa Família*, investimentos em programas habitacionais, a exemplo do anúncio do *Programa Minha Casa Minha Vida*, por fim, outro benefício social foi a concessão das parcelas extras do seguro desemprego. Podemos acrescentar a essas medidas, as políticas sociais em qualificação, como a expansão e interiorização do ensino superior público com a criação de novas universidades e Institutos Federais.

A ideologia de mercado tem mostrado seus limites e o desemprego estrutural é um reflexo dessas medidas em vários países europeus e nos Estados Unidos, em que não só o número de desempregados é alarmante como também o tempo que o indivíduo pode passar sem conseguir emprego que varia, principalmente a depender da faixa de idade a qual se encontra, podendo muitas vezes chegar a um ano sem conseguir trabalho, alerta Stiglitz (2012). Decerto, a desigualdade não é algo recente, que tenha se iniciado em 2008 com a crise internacional, diante da *Subprime*, ela na verdade, se agrava. Stiglitz alerta para o aumento da desigualdade que vem numa crescente nos últimos 30 anos. Ele mostra como o capitalismo está gerando crescente desemprego, problemas ambientais e causando grandes desigualdades que só tendem a aumentar mundialmente fazendo com que os ricos se tornem cada vez mais ricos em detrimento de grande parte da população.

Suranjit Saha (2013) comunga da crítica feita por Stiglitz ao capitalismo como gerador de desigualdades e concentrador de renda. Ao analisar o Brasil, o geógrafo Indiano afirma que embora o salário mínimo tenha sido elevado, nos últimos tempos em nosso país, um terço da população ainda vive com menos de US\$ 300 por mês. Além disso, a partir de dados da edição *The World's Billionaires 2013*, publicada pela Forbes, afirma-se que 46 famílias brasileiras possuem 6,2% do Produto interno Bruto do país. O Brasil, portanto, embora tenha passado por melhorias em seus indicadores sociais ainda é um território de acentuada concentração de renda e que possui sérios desafios a serem enfrentados na busca por equidade social.

Cabe destacar que o Brasil, embora ainda se constitua num território de acentuada desigualdade, nos últimos anos vem tomando medidas e realizando políticas sociais com vistas a reduzir os índices de desigualdade. De acordo com Stiglitz (2012, p. 57),

Con el presidente Luiz Inácio Lula da Silva hubo gastos sociales para reducir el hambre y la pobreza. Se redujo la desigualdad, aumento el crecimiento y la sociedad se hizo más estable. Brasil sigue teniendo más desigualdad que Estados Unidos, pero mientras que Brasil ha luchado, con bastante éxito, para mejorar las condiciones de vida de los pobres y reducir las diferencias de renta entre ricos y pobres, Estados Unidos ha permitido que crezca la desigualdad y aumente la pobreza.

As considerações feitas ao longo deste capítulo sobre o processo de desemprego, sobretudo nos países de centro como os países europeus e os Estados Unidos, foram tocadas não para um efeito de análise apurada sobre as realidades sociais dessas economias, mas como forma de sinalizar que a desigualdade, as falhas do mercado, da ideologia de mercado, o desemprego como questão social, são questões cada vez mais imperativas no mundo contemporâneo atingindo diversas economias inclusive as do centro do sistema. A partir desse contexto de insegurança e crise gostaríamos aqui de pensar como o Brasil se colocou diante desse cenário.

2.3. Políticas sociais no contexto do novo desenvolvimentismo no Brasil

Desde os anos 1930, o Estado brasileiro assumiu uma estratégia nacional desenvolvimentista ou desenvolvimentismo que entendia a industrialização como uma via para a promoção do desenvolvimento da economia brasileira e para melhoria dos indicadores socioeconômicos. Nesse momento o nacionalismo crescia e a ideia de que os distintos setores sociais teriam que de alguma forma se unir para um bem maior, para alcançar objetivos que fossem nacionais, era crescente.

A política desenvolvimentista, que se instaurou de 1930 a 1980, entendia que o Estado tinha um papel importante na articulação com os diferentes setores sociais e como coordenador de políticas econômicas. Entretanto, no início dos anos 1980 com a crise e o fortalecimento da ideologia neoliberal e das diretrizes estabelecidas por Washington, através do Consenso de Washington, aos países periféricos como os países latino-americanos, uma política econômica conservadora ganhou espaço podendo ser chamada de Ortodoxia convencional. “A ortodoxia convencional, que então substituiu o nacional-desenvolvimentismo, não havia sido elaborada no país e não refletia as preocupações nem os

interesses nacionais, mas as visões e os objetivos dos países ricos” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 9). A política neoliberal entendia que o mercado ao atuar livremente traria respostas mais efetivas diante dos processos econômicos e que o Estado teria que ser reduzido diante desse processo.

De acordo com Bresser-Pereira (2006), o novo desenvolvimentismo surge como uma terceira via ou “terceiro discurso” entre o nacional desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. O novo desenvolvimentismo se aproximaria do Nacional- desenvolvimentismo, pois ambos têm o nacionalismo e com ele a ideia de que os diversos setores e classes sociais, embora tenham suas divergências, entendem que faz-se necessário objetivos nacionais e que as políticas econômicas atendam a interesses nacionais.

Esse nacionalismo não visa dotar a nação de um Estado, mas tornar o Estado já existente um instrumento efetivo de ação coletiva da nação, que permita a nações modernas, vivendo no início do século XXI, buscarem, de forma consistente, seus objetivos políticos de desenvolvimento econômico, justiça social e liberdade, em um quadro internacional de competição, mas também de paz e colaboração (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.11).

Se por um lado, o novo desenvolvimentismo se aproxima do Nacional- desenvolvimentismo ao ter como base o nacionalismo e ao entender a importância de ratificar o Estado- nação, por outro, ele se afasta da política anterior pelo fato de não ser protecionista. De acordo com Bresser-Pereira (2006) as indústrias têm de buscar serem competitivas em todos os setores e que, em determinados setores, possam ser verdadeiramente competitivas para que possam exportar. Entende, portanto, que os países em desenvolvimento devem realizar exportações baseadas em produtos de maior valor agregado ou manufaturadas.

A perspectiva do novo desenvolvimentismo embora não rompa definitivamente com o modelo neoliberal, ela entende que o crescimento econômico é necessário e associado a ele que haja transferência de renda. Segundo Boito Júnior (2012), os governos Lula e Dilma buscaram fazer uso de elementos da política econômica e social que estavam ausentes no governo Fernando Henrique Cardoso, na tentativa de promover crescimento econômico, a exemplo desses elementos:

a) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo; (DALLA COSTA, 2012 apud BOITO JÚNIOR, 2012 s/p.) [...] d) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica e) incremento do investimento estatal em infraestrutura (BOITO JÚNIOR, 2012, s/p.).

Crescimento econômico associado a políticas sociais são, portanto, entendidos como eixos importantes do novo desenvolvimentismo para a diminuição de desigualdades de um determinado território. A referida perspectiva entende, assim, que gastos sociais precisam ser feitos e a transferência de renda atua nesse sentido, sejam no programa Bolsa Família, projetos habitacionais, dentre outros.

As políticas sociais e educacionais são fundamentais para a inclusão econômica formal de segmentos da população com baixíssimos rendimentos e para a melhoria na distribuição de renda. Todavia, qualificação sem crescimento produzirá, por exemplo, uma gama de trabalhadores bem-educados subempregados ou desempregados (SISCÚ; PAULA; MICHEL, 2005, p.6).

O debate sobre o novo desenvolvimentismo torna-se fundamental nesta pesquisa, pois o território de análise deste trabalho foi alvo de diversas políticas desenvolvimentistas nos mais distintos ramos: infraestrutura, indústria, qualificação profissional, dentre outros. Portanto entendemos que este conceito nos ajudará a aclarar sobre as transformações socioeconômicas desse cenário, bem como essas mudanças possam ter refletido no campo de possibilidades dos jovens locais em relação a suas expectativas de futuro.

A seguir serão discutidos os investimentos em políticas sociais como forma de inclusão e proposta de diminuição de desigualdades sociais e regionais - aplicadas a partir do governo Lula num contexto do novo desenvolvimentismo - como uma das medidas tomadas para minimizar os efeitos da crise externa de 2008 e de dinamizar o crescimento econômico. Decerto, no novo desenvolvimentismo, o Estado assume papel importante nos processos econômicos, entendendo a necessidade de dinamizar a economia e como agente fundamental na resolução de obstáculos estruturais, que nem o mercado, nem ação individual dão conta de resolver, se aproximando aqui do velho desenvolvimentismo. Entretanto, de acordo com Cepêda (2012), o novo desenvolvimentismo, traz de novo o foco na distribuição de renda e equidade social se ancorando no processo de inclusão social, enquanto o velho desenvolvimentismo focava no estrangulamento do mundo da produção e a industrialização pesada como via de saída. Portanto, no velho desenvolvimentismo o aumento do bem-estar estaria num segundo plano.

De acordo com o IPEA (2010), o Brasil em 2009, atingido pela crise financeira internacional, reage de maneira diferente demonstrando mudança em seu modelo econômico no período de 2006 a 2010, se comparado ao período de 1995 a 2003. Diante da crise, o país ao invés de aumentar as taxas de juros básicas da economia, ainda que com atraso, o Banco

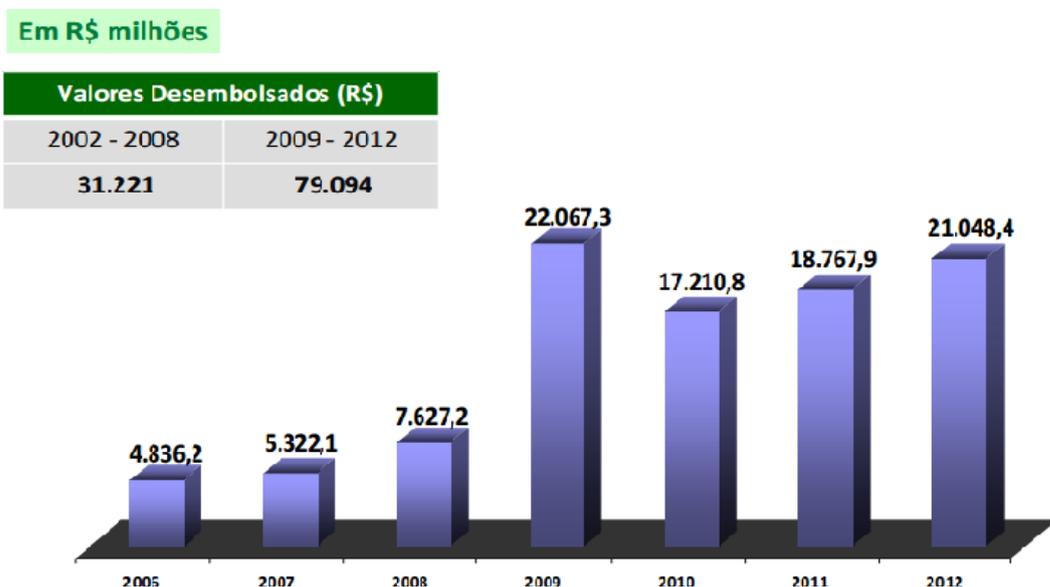
Central promoveu a sua redução. Além disso, ao invés de adotar medidas contencionistas, o que houve foi uma intervenção por parte do Estado que entendeu a importância do fomento a política de inclusão social direcionada para a sustentação do emprego e na luta contra a pobreza. Nesse período os bancos públicos tiveram importante papel, uma das ações fundamentais desses bancos, foi quanto à ampliação da oferta do crédito e no estímulo ao desenvolvimento.

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) teve importante atuação no desenvolvimento e no desenvolvimento regional (IPEA, 2010), passando por transformações estratégicas. Estas se deram principalmente devido a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007 quando somou esforços para o apoio dos investimentos em infraestrutura articulados pelo referido programa. “Suas operações, ao contarem com recursos do FAT, permitem o financiamento de longo prazo para o aumento da capacidade produtiva e para infraestrutura em setores estratégicos” (IPEA, 2010, p.43).

Durante a crise internacional de 2008, o BNDES - diferente dos bancos privados que declina o crédito industrial - continuou fomentando o desenvolvimento e adotando medidas anticíclicas. Não por acaso, ampliou em 53% o seu saldo de empréstimos e financiamento destinados a indústria no período de agosto de 2008 a agosto de 2009 (IPEA, 2010). A redução das desigualdades regionais estiveram na pauta das discussões e ações do Governo Federal, isso fica claro se pensarmos nos investimentos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) no nordeste em grandes projetos e na atuação dos bancos públicos como o BNDES destinando recursos como forma de estímulo a região (gráfico 2.2).

Ao analisarmos o quadro 2.1 percebemos que nos desembolsos realizados pelo BNDES, no período de 2006 a 2012 no nordeste, Pernambuco se destaca tendo em vista que estes representam 29,6% do desembolso feito pelo BNDES no Nordeste no período referido. Os valores demonstram os investimentos do BNDES na região nordeste em projetos estruturantes como refinarias (PE e CE), estaleiros (PE, AL, BA e MA), siderúrgicas (MA e CE), Indústria automotiva e petroquímica (PE), indústrias de celulose (MA e BA), plantas de energia eólica (BA, PI, CE e RN), entre outros. A localização dos projetos estruturantes pode ser observada no Mapa 2.1.

Gráfico 2.2. Desembolsos do BNDES no Nordeste (2005-2012)



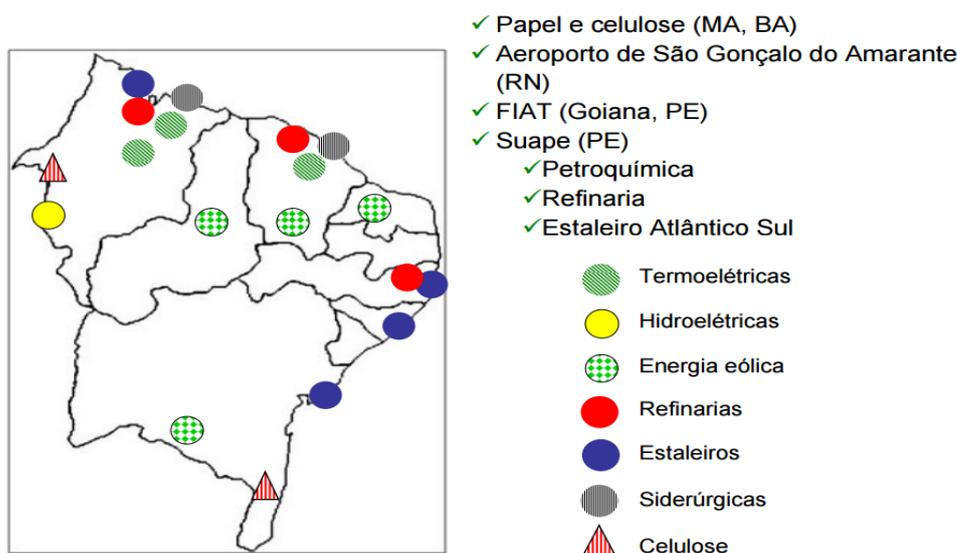
Fonte: BNDES, 2013

Quadro 2.1. Desembolsos do BNDES no Nordeste, por Estados (2006-2012).

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	SOMA POR UF	PART UF
AL	76	89	151	261	588	860	518	2.542	2,6%
BA	2.918	2.760	3.150	3.366	4.799	4.978	5.731	27.703	28,6%
CE	539	448	961	1.969	3.592	2.489	3.009	13.006	13,4%
MA	143	293	1.092	1.599	1.327	2.702	3.772	10.929	11,3%
PB	112	107	279	370	482	727	589	2.665	2,8%
PE	602	1.320	1.647	13.026	4.245	4.601	3.208	28.648	29,6%
PI	45	171	77	820	697	379	785	2.974	3,1%
RN	246	91	186	347	806	1.471	2.813	5.960	6,2%
SE	155	44	83	308	675	563	625	2.452	2,5%
REGIÃO NE	4.836	5.322	7.627	22.067	17.211	18.768	21.048	96.880	100%

Fonte: BNDES, 2013

Mapa 2.1 - Projetos estruturantes no Nordeste



Fonte: BNDES, 2013

A atuação do Estado na promoção do crescimento e na direção dos investimentos ganha corpo com as medidas do Programa de Aceleração do crescimento (PAC) em 2007, no Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com o IPEA (2010), diante do cenário de crise, em 2008, o PAC ampliou seus investimentos para reduzir os impactos da crise externa sobre a economia brasileira, assim os recursos previstos pelo programa eram de R\$ 656,6 bilhões sendo investidos até maio de 2010 o montante de R\$ 463,9. O PAC teve como prioridade o investimento em infraestrutura, além de ter se voltado também na promoção de empregos e atentado para questão do desenvolvimento regional. Não por acaso, no bojo dos investimentos do PAC, a região nordeste recebeu uma gama de recursos a exemplo dos investimentos destinados a criação da indústria naval no estado de Pernambuco no Complexo Industrial Portuário de Suape. Decerto, o PAC não se constituiu numa política regional, mas dinamizou a região nordeste e alavancou a economia regional.

No PAC 2 o foco foi dado à logística, energia e na área social urbana. Recentemente, no ano de 2015 já no Governo da presidente Dilma Rouseff, de acordo com dados do 2º balanço do PAC do período de 2015 a 2018 (Ano1) mesmo com a situação mundial e internacional não estando muito favorável, o PAC investiu em 2015 R\$ 251,7 bilhões, ou seja, 24,2% do total previsto para o período de 2015 a 2018 (BRASIL, 2016).

Consolidado já nos três primeiros anos, o PAC ajudou a elevar o patamar de expansão do PIB, a forjar um novo padrão de crescimento mais vigoroso e de qualidade, contribuiu para a promoção de um autêntico choque de crédito na economia, ensejou as condições para o aumento real do salário mínimo,

expandido consumo, dinamizou o poder de investimento das estatais e tornou possível a superação da crise vinda de fora (IPEA, 2010, p.48).

De acordo com Araújo (2014) uma resultante do padrão de crescimento foi sua capacidade de criar empregos formais. De fato, quando analisamos a Tabela 2.6, notamos que a taxa de crescimento média anual do estoque total de empregos formais no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no período de 2002 a 2014, respectivamente, foi de 6,63%, 5,40% e 5,25%. Enquanto que o Sudeste e o Sul, para o mesmo período, possuíam uma taxa de crescimento média anual de estoque total de empregos formais de 4,20% e 4,44% respectivamente.

A Tabela 2.7 trata dos estoques de Empregos Formais de Jovens de 15-29 anos por Região e como podemos perceber, os estoques dos empregos formais de jovens das regiões brasileiras cresceram se analisarmos os anos de 2002, 2010 e 2014. Aqui, mais uma vez as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste se destacam quando analisamos a taxa de crescimento média anual de 2002 a 2014, agora referente aos estoques de empregos formais de jovens de 15 a 29 anos no período de 2002 a 2014.

Tabela 2.6. Brasil e grandes regiões: estoque total de empregos formais (2002, 2010 e 2014)

UF	2002	2010	2014	Taxa de crescimento média anual (%)
Brasil (N)	28.683.913	44.068.355	49.571.510	
Brasil	100	100	100	4,66
Norte	4,52	5	6	6,63
Nordeste	16,94	18	18	5,4
Sudeste	52,74	51	50	4,2
Sul	17,70	17	17	4,44
Centro-Oeste	8,10	8	9	5,25

Fonte: Dados do RAIS/MTE Elaboração própria

Tabela 2.7. Estoques de Empregos Formais de Jovens de 15-29 anos por Região brasileira

UF	2002	2010	2014	Taxa de crescimento média anual (%)
Brasil (N)	10.499.381	15.540.106	15.951.491	
Brasil	100	100	100	3,55
Norte	4	5	5	5,85
Nordeste	15	17	17	4,73
Sudeste	53	51	50	2,93
Sul	19	18	18	3,33
Centro-Oeste	9	9	9	4,19

Fonte: RAIS/ TEM. Elaboração própria

O investimento em políticas sociais e o programa do governo Federal de estímulo ao crescimento – PAC refletiu na geração de empregos no país, na alavancagem da economia regional e no aumento da taxa de crescimento média anual do estoque total de empregos formais, sobretudo, nas regiões menos avançadas do país como Norte, Nordeste e Centro-Oeste representando um movimento interessante nos últimos anos.

Quando tratamos do novo desenvolvimentismo no Brasil, afirmamos que no centro de seu discurso estavam às políticas sociais como foco. As políticas sociais representam um determinado segmento de políticas públicas que têm o intuito de atender as demandas e os direitos entendidos como sociais. De acordo com Cepêda (2014), no cenário das políticas sociais atuais, sobretudo após a constituição federal de 1988, houve uma divisão funcional no seio das políticas sociais que passam a variar o foco da proteção para o foco da promoção. Esse movimento estaria atrelado, dentre outros fatores, a um novo significado para o conceito de desenvolvimento que cada vez mais passa a ser entendido de forma mais ampla, sendo pensado e mensurado a partir de elementos como desenvolvimento humano, questões sociais, ambientais, ou seja, não se restringindo ao aspecto econômico.

Reafirmando o compromisso do 3º artigo da Constituição de 1988 de "I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação", o tema da inclusão e da equidade ganharam destaque no conjunto dos documentos e cartas de intenção do governo federal em suas ações recentes, incluindo o atual slogan do governo: "Brasil – país rico é país sem pobreza"(CEPÊDA, 2012, p. 84).

As políticas recentes de expansão do ensino superior público federal, por exemplo, podem ser entendidas como políticas de promoção social. Se para alguns, essa políticas podem ser entendidas como gastos, para outros elas podem ser pensadas como investimentos. Ainda sobre investimentos em políticas educacionais:

Observa-se que no que tange ao multiplicador do PIB, o gasto social em educação tem o maior multiplicador dentre os agregados que se investigou [...] ao gastar R\$ 1,00 em educação pública, o PIB aumentará em R\$ 1,85, pelo simples processo de multiplicação de renda que esta atividade propicia. Enquanto isso, R\$ 1,00 de produtos agropecuários ou oriundos da indústria extrativa de minérios que são exportados gera R\$ 1,4 de PIB para o país (IPEA, 2011 apud CEPÊDA, 2014, p. 383).

Nos governos de Lula e Dilma houve a ampliação da oferta de vagas na educação superior com o REUNI e Pós-REUNI e a ampliação no número de vagas em universidades

2.4. Políticas de Qualificação Profissional no Brasil

As políticas de trabalho e emprego baseadas na formação profissional surgem mundialmente, a partir das orientações e diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no final da década de 1930, centrando na questão da aprendizagem. Nas décadas de 1980 e 1990 em meio a crises nas economias latino-americanas e as altas taxas de desemprego, as políticas de qualificação foram apontadas pela OIT como vias para dotar as populações de potencial para que a empregabilidade fosse garantida. No caso do Brasil, as políticas públicas em qualificação são iniciativas recentes, nesse sentido, só em 1963 foi implementado o primeiro programa governamental de qualificação profissional denominado Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO). Na década de 1990 foi implementado o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e a criação do Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT), num cenário em que por um lado, não havia uma efetiva responsabilização do Estado frente às políticas sociais, por outro, havia uma crescente iniciativa da sociedade civil na luta pela participação na elaboração de políticas públicas (PRESTES; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2009).

No Brasil da década de 1990, em meio ao aumento do desemprego, “a População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil, compreendendo cerca de 79,3 milhões de pessoas, apresentava, aproximadamente 8,6 milhões de desempregados, cerca de 10% da totalidade” (MTE, 1997 apud PRESTES, 2006, p.116). No governo Fernando Henrique Cardoso, foi criado em 1995 o Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR)⁷ com vistas a garantir a “empregabilidade” e a qualificação ou requalificação por ano de cerca de 20% da PEA, principalmente de trabalhadores com baixo nível de escolaridade, de acordo com dados do MTE (1995 apud Prestes, 2006).

É válido ressaltar que, no Brasil, a reestruturação produtiva ganha fôlego na década de 1990 em meio às privatizações, flexibilização das relações de trabalhos, dentre outras questões. No Brasil da década de 1990, em que a crise do trabalho refletia em condições de trabalho precárias, frágeis relações contratuais, crescimento de empresas terceirizadas; o trabalho informal também esteve numa crescente tendo em vista a necessidade de milhares de trabalhadores desempregados tentarem se manterem materialmente.

⁷ O PLANFOR foi criado através de recursos do FAT e esteve sob a coordenação do Ministério do Trabalho (MTb), atualmente denominado de Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os programas do PLANFOR foram executados através de parcerias, um dos parceiros, foi o “Sistema S” e o seu público alvo eram pessoas de baixa escolaridade (PRESTES; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2009).

No Brasil, no período entre janeiro de 1990 e dezembro de 1995, dados do Ministério do Trabalho indicavam que “cerca de 2,1 milhões de empregos protegidos por contratos de trabalho e pelos estatutos públicos haviam sido eliminados” (PRESTES, 2006, p.118). Em meio à discussão de “empregabilidade” e exclusão social disseminada com veemência na década de 1990, o PLANFOR, segundo Prestes (Ibid.), teve como atividades de qualificação, voltadas para o mercado informal ou para aquelas que exigiam baixa escolaridade como cabeleireiro, cozinheiro, dentre outras ocupações. O PLANFOR sofreu duras críticas como: a de representar um custo alto para os próprios trabalhadores já que utilizava recursos do FAT “Fundo de Amparo dos trabalhadores”, outra crítica quanto à qualificação do PLANFOR se sustentava no fato de que a qualificação pensada com vistas a uma “empregabilidade” não permite refletividade do trabalhador diante do processo produtivo. Outra crítica ao PLANFOR foi em relação à qualificação elaborada por esse plano que não atendia a contento nem mesmo as necessidades do mercado já que os cursos oferecidos não se adequavam a nova realidade produtiva.

A reforma do ensino técnico, operada em consonância com a nova Lei de Diretrizes e Bases – LDB, através do Decreto Lei 2208/97, configurou uma nova institucionalidade para a educação profissional no país, tornando mais enfática a separação entre formação geral e formação tecnológico-profissionalizante. Além da educação tecnológica e da educação técnica, o novo modelo prevê a educação profissional básica - voltada, sobretudo, aos desescolarizados e desempregados -, que passou a ser operacionalizada fundamentalmente através do PLANFOR (VÉRAS DE OLIVEIRA et al., 2007. p.151).

Os programas que fizeram parte do PLANFOR, no período da implantação até sua extinção, ou seja de 1995 a 2002, foram colocados em prática através de parcerias com terceiros: “sistema S”, ONGs, dentre outros. Nesse sentido, “enquanto as Escolas Técnicas contaram com 700 mil alunos, em 1996, o “Sistema S” atingiu 3 milhões e o PLANFOR, 1,1 milhão” (VÉRAS DE OLIVEIRA, et al., 2007. p.151). Ora, diante do que foi exposto acima sobre os programas de qualificação profissional que compuseram o PLANFOR cabe questionar: Essas políticas atenderam as necessidades, aos anseios da população ou se colocaram simplesmente como políticas compensatórias? O combate à pobreza e exclusão social no Brasil da década de 1990 estariam mais próximos de uma perspectiva Simmeliana que entende da necessidade da assistência, desde que não se exceda do dever de assistir oferecendo aos pobres o “mínimo” apenas como forma de manter a coesão social?

No caminho para responder a essas questões nos deparamos com um cenário em que o Estado elabora políticas de qualificação profissional através dos programas do PLANFOR,

que não atendiam a necessidade do trabalhador desempregado, mas que uma vez ofertado os cursos, o Estado entendia que seu papel havia sido cumprido.

Assim, o Estado, o empresariado e a sociedade civil, via ONGs, dão respostas ao desemprego oferecendo cursos de formação. Ora, de um lado, isso parece muito interessante, porque afinal de contas pode revelar certa preocupação social. Mas, com o que se oferece em boa parte desses cursos, os indivíduos pouco escolarizados e subempregados ou desempregados dificilmente conseguirão situar-se consistentemente no mercado. Além disso, tal tipo de estratégia tende a transferir às pessoas a culpa por não terem emprego, ao deixar subentendida a mensagem de que, se apesar de todo o empenho do Estado, da sociedade civil e dos empresários, nada resultou, então a responsabilidade não é social, mas individual (FERRETTI, 1999, p. 13 apud VÉRAS DE OLIVEIRA et al., 2007, p.151).

O PLANFOR foi elaborado a partir dos conceitos de Competência, empregabilidade e parceria. No que diz respeito à questão da qualificação, o PLANFOR entendeu qualificação pensada a partir do conceito de competência. Sabemos que com o conceito de competência está atrelado ao modo de acumulação flexível que passou a exigir do trabalhador além do saber “fazer” (próprio do regime fordista), o saber “ser” e saber “agir”, exigindo outra postura e características dos trabalhadores frente aos processos produtivos.

A noção de competência foi o elemento de referência que imprimiu um determinado sentido à ideia de qualificação adotada conceitualmente no âmbito do PLANFOR. Entretanto, não significou, isso, que tal noção tenha informado os conteúdos dos programas – em geral, voltados para aqueles segmentos colocados fora do núcleo mais restrito do mercado de trabalho (VÉRAS DE OLIVEIRA, et al., 2007, p. 154).

A ideia de *competência* esteve lado a lado com o conceito de *empregabilidade*. Diante de um cenário crescente de trabalho informal, desemprego, dentre outras questões; a responsabilidade da empregabilidade estaria muito mais vinculada ao sujeito do que ao Estado. Ao Estado coube oferecer as políticas de emprego, ao trabalhador caberia, portanto, sua qualificação ou requalificação para se inserir no mercado de trabalho, explica Vérias de Oliveira et al. (2007).

O problema do emprego/desemprego foi, assim, formulado essencialmente, não como uma “questão social” (Castel, 1998), mas como uma questão de natureza técnico-administrativa, remetida ao plano individual, cabendo ao trabalhador individualmente, através da requalificação profissional, adequar-se às exigências do mercado e, com isso, tornar-se “empregável”. Ao Estado caberia, nessa equação, tão somente oferecer oportunidades a cada um, através, sobretudo, de programas de educação profissional (VÉRAS DE OLIVEIRA et al., 2007, p 153).

A ideia de *parceria* agregou-se aos conceitos de *competência* e *empregabilidade* sustentando as diretrizes do PLANFOR. O Estado brasileiro na década de 1990 delegava cada vez mais ao terceiro setor a execução de serviços sociais como o educacional, explica Vêras de Oliveira et al.(2007). “As instituições não estatais passaram a ser solicitadas a participarem da execução de serviços sociais, em um contexto de crescente retração do Estado no que concerne a financiamento e a gestão dos serviços públicos” (DAIN; SOARES, 1998 apud VÉRAS DE OLIVEIRA et al. 2007, p.154).

O PLANFOR sofreu duras críticas feitas no Governo Lula, uma delas foi que o PLANFOR não promovia a formação integral do trabalhador, outras críticas que se estenderam ao PLANFOR:

[...] 3) baixa participação da sociedade civil na elaboração, fiscalização e condução das políticas Públicas de Qualificação[...] 5) ênfase do PLANFOR nos cursos de curta duração voltados ao tratamento fundamentalmente das “habilidades específicas” comprometendo com isso uma ação educativa de caráter mais integral (MTE, 2003, p.19 apud TOLEDO;RUMMERT, 2009,p.12-13).

Em 2003, foi estabelecido o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) em substituição ao PLANFOR. O PNQ, que foi colocado em prática através dos Planos Territoriais de Qualificação (PLANTEQs) e dos Projetos Especiais de Qualificação (PROESQs), colocou a qualificação como um direito social atribuindo maior ênfase ao controle social. Ao ser vista como um direito social, o entendimento de qualificação estaria para além de uma educação técnica formativa que tivesse como objetivo apenas o foco na integração produtiva, mas que agora deveria ser pensada como uma inclusão cidadã.

Com a adoção desse novo Plano, a discussão pública ganhou novos contornos[...] Sobretudo, realçou a noção de qualificação como construção social, questionou o discurso da “empregabilidade” e buscou centrar o entendimento da política pública de qualificação profissional na perspectiva dos *direitos sociais*, devendo, nesses termos, ser objeto de uma política nacionalmente articulada, controlada socialmente, sustentada publicamente e orientada para o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a consolidação da cidadania (PRESTES; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2009, p. 56).

A questão do emprego é vista como uma questão social quando o desemprego foi agravado, tendo em vista a política de estabilização iniciada em 1994, que esteve embasada na abertura econômica gerando consequências perversas ao mercado de trabalho brasileiro. O PNQ foi elaborado em concordância com o Plano Plurianual (PPA 2004-2007)

O PPA articula-se em torno de três mega-objetivos: a) inclusão social e redução das desigualdades sociais; b) crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais; e c) promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia (MTE, 2003, p. 15).

O Plano Nacional de qualificação (PNQ) embora entendesse a qualificação como algo para além da pura integração produtiva, acabou esbarrando e encontrando obstáculos na herança deixada pelo PLANFOR que, mesmo já extinto, ainda se apresentava de forma incisiva nas falas de muitos gestores que ainda reproduziam o discurso do mito da empregabilidade e da qualificação pensando de maneira puramente técnica (COSTA, 2006).

2.5. Educação profissional no Brasil

Ao pensarmos o Brasil na década de 1990, entendemos que as políticas estabelecidas no período possuíam forte recorte neoliberal tendo em vista a política econômica da época em um contexto em que o Estado vinha se deteriorando e política de mercado orientando muitas vezes as ações Estatais. O ideário neoliberal atinge diversos campos sendo o campo educacional um deles, que obteve novos contornos, significados e funções.

Os governos liberais passaram a intervir no sistema educacional consorciados com as empresas privadas. Buscou-se fazer isto de duas formas: direcionou-se a formação para atender aos objetivos da produção capitalista, preparando pessoas para o trabalho, com uma visão meramente tecnológica e, por outro lado, usou-se também a educação como meio para a difusão do liberalismo como a única forma de organização social por meio da livre iniciativa e do livre mercado (OLIVEIRA; CARNEIRO, 2012, p. 4).

O mercado passa a ter forte influência no sistema educacional nos anos 1990, a reforma da educação profissional no Brasil ocorrida nas instituições federais de ensino a partir de 1996 é reflexo desse momento. Segundo Oliveira e Carneiro (2012), a reforma foi implantada e respaldada pelo argumento de que seria importante, uma vez que, promoveria não só a inclusão de jovens e adultos trabalhadores pelas vias da profissionalização média, como também seria fundamental para prepará-los para o mundo do trabalho, correspondendo assim às exigências do modelo político e econômico instalado.

Na década de 1990, através da análise de alguns documentos oficiais do governo, fica claro o alinhamento das políticas educacionais às propostas neoliberais. Esses documentos: “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, o Programa Brasil em Ação de 1998, a Emenda Constitucional nº 14 que criou o Fundef e o Plano Nacional da Educação – Lei nº 10.174/01” (OLIVEIRA; CARNEIRO, 2012, p.5), demonstraram as

diretrizes neoliberais na educação através das privatizações, descentralização ou mesmo em relação aos gastos públicos.

No final da década de 1990 foi estabelecido o Decreto nº 2.208 de 17/04/97 separando o nível médio e técnico. De acordo com Oliveira e Carneiro (2012), essa medida refletiu na separação entre formação profissional e formação geral nos cursos técnicos e, na prática, essa cisão tinha o intuito de fomentar uma formação restrita e voltada para o mercado de trabalho. Diante de um cenário de incertezas que a nova ordem global colocava as várias dimensões da vida social, a educação se distanciava da concepção da emancipação humana se aproximando de um caráter mercadológico.

A Portaria MEC nº 646, de 14/05/1997 regulamentou a implantação do Decreto nº 2.208/97, na Rede Federal de Educação Tecnológica, para se adequar às novas deliberações, no prazo de até quatro anos, ou seja, até o ano de 2001. A educação profissional em nível técnico passou a ter caráter de terminalidade, oferecida de forma concomitante ou sequencial ao ensino médio. [...] Já a Lei Federal nº 9.649 de 27/05/98 vinculou a expansão da oferta de educação profissional a convênios com estados, municípios, distrito federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, deixando clara a redução do papel do Estado (OLIVEIRA; CARNEIRO, 2012, p.6).

De acordo com Oliveira e Carneiro (2012) a Lei 9.649/1998, colocava apenas os parceiros na condição de responsáveis pela gestão das escolas:

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

§ 7º É a União autorizada a realizar investimentos em obras e equipamentos, mediante repasses financeiros para a execução de projetos a serem realizados em consonância ao disposto no parágrafo anterior, obrigando-se o beneficiário a prestar contas dos valores recebidos e, caso seja modificada a finalidade para a qual se destinarem tais recursos, deles ressarcirá a União, em sua integralidade, com os acréscimos legais, sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis.

§ 8º O Poder Executivo regulamentará a aplicação do disposto no § 5º nos casos das escolas técnicas e agrotécnicas federais que não tenham sido implantadas até 17 de março de 1997 (BRASIL, 1998 apud OLIVEIRA; CARNEIRO, 2012, p.6-7).

O governo Federal criou o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) para garantir a realização da reforma da educação profissional nessas instituições. Os recursos do PROEP garantiriam a construção dos laboratórios, cabendo as entidades privadas e demais parceiros como estados, municípios, dentre outros, a contratação de pessoal e o desenrolar do

processo educacional (OLIVEIRA; CARNEIRO, 2012). Diante disso vê-se que o Estado não assume o compromisso de sujeito ativo quanto à organização da educação.

No governo Lula, diante da maior ingerência do Estado como planejador e articulador a exemplo dos investimentos do Programa de aceleração de crescimento, da valorização do salário mínimo; nesse período, houve o estímulo ao consumo e a ampliação das políticas sociais inclusive voltadas ao emprego e renda. Diante desse cenário, o governo fez uma mudança na Rede Federal de Ensino com a publicação do Decreto 5.154, de 23/07/04 revogando o Decreto 2.208/97. Assim, dava-se início a Expansão da Educação Profissional e Tecnológica.

De acordo com Moreira e Farias (2013), diante desse contexto a educação profissional abarcou uma série de programas focais, como Programa Escola de Fábrica (um modelo restrito a aprendizagem profissional), o PROEJA⁸, o de inclusão de jovens (PROJOVEM). Ainda sobre a educação profissional, no ano de 2005 foi editada a Portaria nº 2.080, que regulamentou os artigos 3 e 4 do Decreto 5.154/04 colocando na responsabilidade dos

Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, as diretrizes para a oferta de cursos de educação profissional de forma integrada aos cursos de ensino médio na modalidade PROEJA (OLIVEIRA; CARNEIRO, 2012, p.10).

Dessa forma, para a Rede Federal, a junção ensino médio e técnico foi obrigatória, enquanto para outras instituições representou uma possibilidade. Posteriormente o PROEJA pode ser executado por instituições estaduais, municipais e Sistema “S” (OLIVEIRA; CARNEIRO, 2012).

O PROJOVEM se constituiu em outro programa voltado para educação profissional sendo estabelecido no Governo Lula por via da Medida Provisória nº 238, de 1º de fevereiro de 2005. Esse programa foi gestado pela Secretaria Geral da Presidência da República tendo como parceiros os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O programa fornecia uma ajuda de custo aos jovens através de uma bolsa mensal e buscava promover a elevação do grau de escolaridade, no que diz respeito à conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional, “voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade,

⁸Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) foi instituído pelo Governo Federal em 2005. Em 2006 introduz novas diretrizes que ampliam a sua abrangência com a inclusão da oferta de cursos PROEJA para o público do ensino fundamental tendo como perspectiva a proposta de integração da educação profissional à educação básica (<http://portal.mec.gov.br/proeja>).

exercício da cidadania e intervenção na realidade local” (BRASIL, 2005 apud OLIVEIRA; CARNEIRO, 2012, p.11).

Diante das políticas desenvolvimentistas iniciadas no governo Lula, mas que tiveram continuidade no Governo da Presidente Dilma, principalmente se pensamos nos investimentos em projetos estruturantes como o complexo Industrial Portuário de Suape, o debate sobre qualificação profissional ganha força.

Dentro desta preocupação com a formação e a qualificação o PAC reservou um investimento significativo para a criação de política pública voltada para jovens em situação de vulnerabilidade social - PROJOVEM que, com seus cursos e ações vem viabilizando a inserção no mercado de trabalho desses jovens, capacitando-os ao enfrentamento dos novos desafios do mercado de trabalho (MOREIRA; FARIAS, 2013, p. 8).

Uma das particularidades do PROJOVEM está no foco dado à população jovem. Sabemos que a juventude representa um segmento social constituído por indivíduos, que via de regra, estão começando ou vão começar a vida laboral sendo sua trajetória de vida e o contexto social o qual estão inseridos, aspectos relevantes que acabam influenciando nas suas perspectivas de futuro e oportunidades. Políticas públicas voltadas a esse segmento social se constituem, portanto, em ordem do dia. Porém, no Brasil, nem sempre se deu a devida atenção a esse segmento social e ainda hoje ainda há muito a ser feito.

[...] o examinar, sobretudo no nível federal, as políticas setoriais de educação, saúde e trabalho, Rua constata que nenhuma delas estava, naquela conjuntura, contemplando ações especialmente voltadas para os jovens: no Brasil os jovens são abrangidos por políticas sociais destinadas a todas as demais faixas etárias, e tais políticas não estariam sendo orientadas pela ideia de que os jovens representariam o futuro em uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações (SPOSITO; CARRANO, 2003, p.17).

Na década de 1990, programas criados destinados aos jovens, como programas de emprego e esportivo, tinham o objetivo de controlar o tempo livre dos jovens, que eram entendidos como um segmento de risco social. Muitas das concepções da condição juvenil, a entendiam como algo problemático em si, necessitando de ações que se voltassem aos “problemas da juventude”, conforme ressaltado abaixo.

De qualquer modo, mesmo que não se possa falar na esfera federal de políticas estratégicas orientadas para os jovens brasileiros, algumas propostas foram executadas, sobretudo com base na ideia de prevenção, de controle ou de efeito compensatório de problemas que atingem a juventude,

transformada, em algumas situações, num problema para a sociedade. (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 21).

No período de 1995 a 1998, primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, foram criados seis programas, dentre eles, o PLANFOR (atrelado ao Ministério do Trabalho e Emprego), programa que ao longo deste trabalho já foi discutido. Neste trabalho não se pretende fazer uma análise de cada programa destinado aos jovens desenvolvidos no governo Fernando Henrique Cardoso, mas consideramos interessante citar o programa ligado ao Ministério de Emprego e Renda que foi o “Jovem empreendedor”. Este programa foi destinado à capacitação profissional e logo em seguida ao financiamento de jovens em via de conclusão do ensino técnico ou que tivessem se formado há pouco tempo na faixa etária de 18 a 29 anos e que quisessem abrir seu próprio negócio. O referido projeto tinha um recorte regional destinado às áreas de atuação do Banco do Nordeste, instituição responsável pelo seu desenvolvimento, ou seja, o projeto era destinado ao norte do Espírito Santo, aos estados do Nordeste e Minas Gerais. Mas,

[...] segundo avaliação de macroobjetivos do Plano Plurianual (PPA) pelo Ministério do Planejamento, o programa teve um desempenho nulo, pois não houve a execução financeira prevista, nem tampouco realização de metas físicas que dispensassem recursos (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 26).

Ao analisar no período de 1997 a 2002, os programas federais destinados à juventude, Sposito e Carrano (2003), falam da dificuldade em se encontrar registros das avaliações e o acompanhamento gerencial das políticas. Assim, entendem que havia uma reduzida coordenação do governo Federal, nesse sentido. Neste período havia 30 programas/projetos destinados ao público jovem: faixa etária de adolescentes de 15 a 19 anos e jovens de 20 a 25 anos. No que se refere a análise do público atendido por esses programas, os focos variam:

a) o foco dirige-se explicitamente a adolescentes e/ou jovens (18 programas ou projetos); b) o foco é difuso entre crianças e adolescentes ou jovens e adultos (10 programas); e c) o foco dirige-se à população jovem apenas de modo incidental (cinco programas). A classificação acima permite intuir, também, a falta de consenso, no âmbito federal, sobre a necessidade da definição de políticas específicas e coordenadas para a juventude (SPOSITO; CARRANO, 2003, p.23).

O desemprego juvenil se acentuava no final da década de 1990 e a necessidade de políticas de inclusão se fazia presente. A análise dos programas, ligados aos diversos Ministérios, demonstrou que “as ações desarticuladas e a superposição de projetos com

objetivos, clientela e área geográfica de atuação comuns, exprimem a frágil institucionalidade das políticas federais de juventude” (SPOSITO; CARRANO, 2003, p.30).

De acordo com Sposito e Carrano (2003) os conceitos de *protagonismo juvenil e jovens em situação de risco social* estiveram fortemente presentes e atrelados aos programas voltados a juventude. Segundo esses autores, esses conceitos tinham muito mais um apelo social do que expressavam conceitos embasados em reflexões e diagnóstico sociais sobre a temática da juventude. A tentativa de dirigir projetos e programas para jovens carentes ou em situação de risco acarretou em políticas focalizadas de combate à pobreza, ao invés de políticas de caráter universal.

No primeiro mandato do ex-presidente Lula (2003 a 2006) foram instituídas importantes ações de envergadura nacional que pautaram o debate sobre as políticas de juventude e foram importantes para implementação da Política Nacional de Juventude no Brasil. Foram elas: “a criação da Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude na Câmara dos Deputados, o Grupo Interministerial, a criação do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ)” (MELO, 2014, p. 39). Acrescento a essas iniciativas, a implementação do Estatuto da Juventude, em 2013, já no governo da presidente Dilma Rousseff, pela Lei 12.852 de 5 de agosto de 2013, que define como jovens pessoas de 15 a 29 anos.

Segundo Moreira e Farias (2013), o PROJOVEM foi pensado como parte da Política Nacional de Juventude apresentada no ano de 2005- sendo transformado na Lei 11.129 de 30 de junho de 2005- e posteriormente institucionalizado pelo Decreto 11.629 de 04/11/2008, demonstrando como finalidade “executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros reintegração ao processo educacional, qualificação profissional em nível de formação inicial e desenvolvimento humano” (BRASIL, 2008, s/p.). O novo PROJOVEM integrado abarcou quatro áreas de atuação: O Projovem urbano, Projovem campo, Projovem trabalhador e Projovem adolescente.

Diante do exposto, pode-se perceber que as políticas de educação profissional não rompem totalmente com diretrizes estabelecidas do governo anterior ao governo Lula. Entretanto, cabe considerar que uma das pautas da agenda desenvolvimentista de seu governo foi à questão da qualificação profissional, que ganhou novos contornos. O texto tratou de projetos estruturantes, a exemplo, os projetos instalados no nordeste brasileiro como refinarias, siderurgias, estaleiros, dentre outros projetos implementados dentro do guarda-chuva desenvolvimentista e que refletiram para suas localidades não só geração de emprego e renda, mas também o desafio da qualificação da mão de obra local. Nesse sentido, programas

como PROJOVEM, PROEJA, ou mesmo a expansão das universidades públicas e institutos federais demonstram à ação do governo voltadas a qualificação profissional e a atuação de um Estado como sujeito ativo fomentando políticas para atender a essas novas demandas. Entendemos aqui que a articulação dos diversos sujeitos sociais, dentre eles o governo federal, estadual e municipal, é fundamental para que a política pública reverbere de maneira propositiva nas localidades a que são destinadas.

CAPÍTULO 3. O COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE (CIPS) E SEUS REFLEXOS NO MUNICÍPIO DE IPOJUCA

3.1. Suape no contexto das políticas de desenvolvimento regional

O Complexo Industrial Portuário de Suape se caracteriza como um dos projetos estruturantes, que recebeu no governo do ex- presidente Lula vultosos recursos do Programa de aceleração de crescimento – PAC. Os recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) são exemplos disso. Entretanto, a criação do Complexo Industrial Portuário de Suape não é algo recente. O projeto Suape data da década de 1950, com o projeto do padre Louis Joseph Lebret, quando foram realizados estudos organizados pela Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (CODEPE)⁹ com o intuito de estabelecer vias de saída para o desenvolvimento do Estado de Pernambuco em conjunto com o da Região Nordeste¹⁰. O “*Estudo sobre Desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste*”, de 1955, elaborado por Lebret, bem como, o Estudo do Francisco de Oliveira, do ano de 1959, “*Problemas de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco*” estavam inclusos nessas séries de pesquisa. Lebret afirmava que a base das ações do plano de desenvolvimento para Pernambuco estava atrelada à infraestrutura básica, com destaque na energia elétrica. Posteriormente a essa fase, o incentivo às indústrias de base faria com que se criasse sinergia na economia (GUMIERO, 2015). Lebret defendia que

[...] o futuro de Pernambuco deveria partir da criação de um pólo industrial portuário na região de Cabo de Santo Agostinho, que concentrasse indústrias motrizes e, ao seu redor, empreendimentos de logística e indústrias subsidiárias e de serviços assessoriais. [...] A ideia do clérigo envolvia a criação de uma refinaria de petróleo, de um grande estaleiro, de indústrias química, petroquímica, farmacêutica, [...]. Ao redor destas, seriam estimuladas indústrias de bens duráveis e de consumo. Seria preciso, entretanto, reservar grandes terrenos ao redor do porto para a instalação das indústrias, assim como espaços verdes. Para Lebret seria fundamental planejar adequadamente a migração e a ocupação do território de forma a equilibrar o crescimento industrial com a equidade e o bem estar social (GODOY, 2014, p. 7-8).

⁹A título de esclarecimento, a CODEPE não é mesma coisa que CONDEPE. Esta última é a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – intitulada anteriormente de “Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco” autarquia que surge em 1964. A agência CONDEPE em 2003 se funde à Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM) através da lei nº 049, de 31 de janeiro de 2003, no Governo de Jarbas Vasconcelos. Atualmente, a elaboração do Plano Diretor do Território Estratégico de Suape é de responsabilidade da agência CONDEPE/FIDEM (GUMIERO, 2015).

¹⁰A CODEPE seccionou toda a produção em distintas séries temáticas, foram elas: “Série Problemas Populacionais; Série Política Econômica; Série Planificação Econômica; Série Localização Industrial e Urbanismo e Série problemas de Região” (GUMIERO, 2015, p. 133).

Em seus estudos Lebret também abordou a questão da qualificação profissional, ao entender que a região não possuía mão de obra qualificada, necessitando, portanto, da criação de cursos técnicos e superiores, cabendo ao governo do Estado de Pernambuco a criação destes cursos. Godoy (2014) afirma que Lebret também tratou da questão da mobilidade urbana ao propor um sistema de transporte que garantisse a mobilidade dos trabalhadores, bem como a utilização e aproveitamento do sistema ferroviário que já existia, mas que deveria ser ampliado para promover a interligação entre a área portuária aos outros polos econômicos do estado e com estados próximos.

A ideia de Lebret se espelhava no conceito de integração porto-indústria, adotado nos portos de Marseille-Fos, na França, que teve sua reconstrução após a II Guerra planejada por uma equipe de urbanistas coordenados pelo padre dominicano, e de Kashima, no Japão (GODOY, 2014, p. 8).

A criação da Sudene no final da década de 1950, bem como a criação da CODEVASF e do Banco do Nordeste (BNB) foi fundamental para que projetos de grande envergadura fossem discutidos e aperfeiçoados. É válido lembrar que o ideário da década de 1950, que refletiu na criação da Sudene, foi o do Nacional Desenvolvimentismo. Neste capítulo será discutido o contexto social, político e econômico da época, tendo em vista que as ações e diretrizes voltadas ao Complexo Industrial Portuário de Suape, bem como, o “desdobramento de programas e planos diretores organizados pelas instituições estatais para Suape esteve alinhado às fases das políticas de desenvolvimento regional no Brasil” (GUMIERO, 2015, p.131).

Na década de 1950, o mundo tentava justificar o baixo nível de industrialização e alto nível de pobreza de regiões periféricas como a América Latina. No Brasil, as assimetrias regionais se acentuaram com o processo de industrialização do início do século XX, tendo destaque para o dinamismo do estado de São Paulo e para região Sudeste - no processo em que a industrialização se deu de maneira muito concentrada privilegiando essas áreas. Por outro lado, a economia brasileira revelava que o setor exportador não era suficiente para dinamizar a região nordeste e muito vulnerável a condicionantes externas. Nesse período, não nos esqueçamos que já havia ocorrido as duas grandes guerras mundiais, bem como a Grande Depressão de 1929, que mostraram dentre outras questões, os limites do sistema capitalista.

No Brasil, no início do século XX, com a integração econômica nacional as “ilhas regionais” passaram a ter um contato maior. Isso porque a partir do momento em que se lançavam pontes entre as “ilhas regionais” ocorria um processo de “articulação comercial” e o mercado interno ganhava força. Entretanto, diante deste cenário, houve a princípio um

mecanismo perverso em detrimento de regiões menos dinâmicas do Brasil, como o Nordeste brasileiro, isso porque os produtos produzidos nas regiões mais dinâmicas chegavam às áreas menos dinâmicas provocando uma acirrada competição. Por outro lado, o setor exportador já havia demonstrado seus limites para dinamizar a região. Era necessário dinamizar a região Nordeste para que as assimetrias regionais não aumentassem e o setor público não compensava o baixo dinamismo do setor exportador (ARAÚJO, 1998, 2000).

Tradicionalmente a discussão sobre o atraso socioeconômico do Nordeste brasileiro esteve atrelado à questão da seca, assim, era como se devido à seca estivéssemos fadados ao atraso. Nesse sentido, o setor público investia principalmente em gastos emergenciais e, se pensarmos nas secas de 1952 e 1958, era possível constatar que esses investimentos públicos na construção de açudes privilegiava, sobretudo, uma parte da população, enquanto mantinha os tradicionais níveis baixos de consumo dos sertanejos, ratificando uma estrutura socioeconômica perversa no semiárido nordestino. O Setor público, portanto, não possuía um papel transformador da realidade da região Nordeste e não investia na ampliação da capacidade produtiva da região. A região Centro-Sul recebia mais recursos financeiros do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) já que essa região, se comparada ao Nordeste, possuía projetos de maior envergadura atendendo assim aos critérios do referido banco (ARAÚJO, 2000).

No governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956 - 1961) houve um ímpeto de se estimular o desenvolvimento econômico e social do país, quando o governo instituiu o plano "*Cinquenta anos em cinco*". O estabelecimento do *Plano de Metas* do governo federal, que focava principalmente em infraestrutura econômica - energia, transporte e indústria de base - refletia esse momento marcado pelo desenvolvimentismo. Durante o período houve um fortalecimento do poder executivo e a criação de grupos de trabalhos e grupos executivos buscando acelerar a aprovação das matérias econômicas.

O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), constituído em 1956, apresentava propostas reformistas e desenvolvimentistas para região nordeste. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) foi criada em 1959 como uma das proposições do GTDN. A autarquia que contou, nos primeiros anos, com Celso Furtado como superintendente, entendia a necessidade de se realizar uma industrialização na região que utilizasse matérias primas locais e que fosse criada uma burguesia industrial local – que não fosse ligada as oligarquias tradicionais - e que viesse a liderar o processo de industrialização no Nordeste. Era uma substituição de importações a nível regional. Celso Furtado entendia a necessidade de se tocar na questão regional brasileira e da implementação

de ações para que o fosso entre as regiões não aumentasse. A Sudene funcionou nos primeiros anos como uma correia de repasse de capital das áreas mais dinâmicas para a região Nordeste. As propostas do GTDN estavam num bojo de um projeto desenvolvimentista, uma vez que o Estado desempenhava importante papel na coordenação das políticas regionais, tendo a Sudene, como autarquia, liberdade de ação e coordenação diante das unidades federativas da região. A expectativa era que o processo de industrialização faria com que a população urbana crescesse e necessitasse de uma maior quantidade de produção de alimentos, sendo defendida a necessidade da diversificação da pauta de produtos alimentícios cultiváveis em detrimento da monocultura da cana-de-açúcar. Também se diagnosticou que o semiárido possuía um contingente populacional maior do que o território podia suportar e, diante disso, foi proposto o deslocamento de parte da população do semiárido para outras áreas cultiváveis. Se estimulou, assim, a abertura das frentes de colonização no Maranhão, por exemplo, convergindo com a proposta de diversificação da produção agrícola de alimentos.

O golpe militar de 1964 mantém o caráter desenvolvimentista da Sudene, mas rompe com o seu aspecto reformista, tendo em vista que a modernização que ocorreu nesse período foi uma modernização conservadora. Nesse momento entende-se que era preciso seguir com o projeto “*Brasil grande potência*”, enfatizando-se a necessidade do crescimento econômico. Quando o ex-ministro Delfim Neto falou na necessidade de crescer o “bolo” para só depois dividi-lo, ficou claro que a distribuição de renda não tinha caráter prioritário nesse período de crescimento econômico e, ao mesmo tempo, de grande concentração de renda.

Com o golpe militar foi engavetado o plano trienal do Governo de João Goulart (1961-1963), que foi elaborado sob a coordenação de Celso Furtado, o qual apresentava propostas mais próximas com as estabelecidas pelo GTDN do que com as diretrizes estabelecidas pelos governos militares. A modernização conservadora não tocou na questão da reforma agrária brasileira e, no Nordeste, ela não levou adiante o projeto do estabelecimento de uma policultura alimentar. A década de 1970 foi marcada pela crise do petróleo e o álcool foi entendido como energia alternativa que enfrentaria esse momento de crise, com a ampliação da produção da cana-de-açúcar, ratificando seu monopólio e a extensão da sua produção não se restringiu a zona da mata. A proposta da Sudene, em seus anos iniciais, de povoação do Maranhão através da entrada de nordestinos vindos do semiárido para plantar e estabelecer ali uma policultura, também foi engavetada. A fronteira agrícola (Oeste baiano, Piauí, Maranhão) não foi ocupada por nordestinos, mas por capitalistas vindos do Sul e Sudeste do país que passaram a produzir nessa região grãos para exportação, recebendo para isso, investimentos do governo federal (ARAÚJO, 2000).

No que diz respeito à industrialização, nas décadas de 1960 e 1970, se é verdade que houve determinado dinamismo na região Nordeste com o processo de industrialização, também é correto afirmar que essa industrialização se distanciou bastante daquela pensada pelo GTDN e pelos primeiros anos de Sudene que enfatizava uma industrialização na região utilizando produtos locais e comandada por nordestinos. De acordo com Araújo (2000) nesse período polos dinâmicos conviviam ao lado de tradicionais estruturas produtivas.

É válido lembrar que foi no pós 1970 que projetos como polo petroquímico na Bahia e o cloroquímico em Alagoas foram implantados. A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto do Nordeste no período acompanhava a taxa do país. Ou seja, o crescimento regional acompanhava o crescimento do país. Entretanto, as desigualdades aumentavam vertiginosamente – a desigualdade cresceu principalmente nas áreas dos polos dinâmicos- e essa dívida social crescia pelo fato do governo militar não ter tocado em questões fundamentais como a reforma agrária e educacional ou em questões sociais como investimentos necessários em saúde, habitações populares, por exemplo. Do mesmo modo, o Estado apoiava a instalação de filiais de oligopólios industriais na região, mas não dava apoio necessário às pequenas empresas da região.

O projeto Suape foi incluído no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) de 1974, que “previa a formação de complexos industriais integrados vertical e espacialmente, destacando a intenção de implantar no Nordeste cadeias produtivas complementares àquelas já desenvolvidas no Sudeste” (GARCIA, 2011 apud (GODOY, 2014, p.8). Entretanto, os recursos previstos para o projeto foram cancelados devido a questões macroestruturais como o fim do “*milagre econômico*” e a crise do petróleo em 1973, que fizeram com que o Estado diminuísse os recursos previstos para industrialização no Nordeste, privilegiando assim alguns núcleos, dentre eles, o Polo de Camaçari na Bahia.

Entre 1973 e 1975, o governo de Pernambuco definiu um Plano Diretor que orientou os esforços para a implantação do Complexo Industrial Portuário de Suape. Neste primeiro Plano Diretor previa-se a implantação de polos industriais de fertilizantes, minerais não metálicos, petroquímico, sucroquímico, metal-mecânico e ainda a criação de indústrias elétricas, eletrônicas e de comunicações. Objetivava-se também a utilização do porto para tancagens de álcool, melão, produtos químicos líquidos e ainda trigo e açúcar (SILVA, 1992 apud GODOY, 2014, p. 9).

Em 1977, entre os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca foram desapropriados 13,5 mil hectares devido à implantação do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS). Assim, teve início às obras de infraestrutura abarcando a construção do porto e sistema viário, energia elétrica, dentre outros. Posteriormente, no final de 1978, foi criada a

empresa Suape Complexo Industrial e Portuário através da Lei 7.763/78. Entretanto, Suape só começa a funcionar em 1983 tendo como primeira empresa instalada a Petrobrás e, em 1984 foi, construído o Píer de Granéis Líquidos (PGL). Anos depois, devido a um incêndio no Porto do Recife as empresas de combustíveis ali instaladas foram transferidas para Suape. No final da década de 1980 teve início a construção do Cais de Múltiplos Usos (CMU) que iniciaria suas atividades no ano de 1991. Suape, na década de 1990, passa a ser um porto “concentrador de cargas”, além claro, de ser um “porto industrial”. Em 1996, o projeto Suape foi incluído no programa do Governo Federal “Brasil em Ação”, garantindo-se financiamento para a construção do “porto interno”, inaugurado em 1999 (GODOY, 2014).

Em 2004 teve início às atividades do Centro de Treinamento de Suape, para atender populações locais e trabalhadores do referido complexo. Em 2005, durante o primeiro mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi estabelecido um acordo entre a Petróleos de Venezuela (PDVSA)¹¹ e a Petrobrás para darem início à construção de uma refinaria na região. Refinaria essa intitulada de José Ignacio Abreu e Lima – nome sugerido pelo presidente venezuelano Hugo Chávez, uma vez que Abreu e Lima foi um general socialista brasileiro que ao lado de Simon Bolívar pelejou contra os ditames coloniais na Latino-américa.

A obra da Refinaria General José Ignacio Abreu e Lima foi iniciada em 2007, após cerca de 40 anos sem investimentos em refinarias no país. Em 2013, o Conselho de Administração da Petrobras decidiu incorporar integralmente o consórcio de construção da refinaria, descartando definitivamente a participação da PDVSA. Desde então a estatal assumiu 100% dos ativos da refinaria (GODOY, 2014, p.11).

No governo Lula, houve certo redirecionamento do Estado com relação a uma maior presença deste, praticando políticas industriais ativas e atentando para o problema dos desníveis regionais. A criação do programa de aceleração do crescimento (PAC), em 2007, se apresentou como uma ação que refletiu essa retomada do Estado na condução e direção do desenvolvimento do país. Neste mesmo ano, os recursos do PAC a serem investidos em obras de infraestrutura logística, social, urbana e energética foram de R\$ 503,9 bilhões. Em 2011, já no governo da presidenta Dilma Rousseff, o PAC 2 para o período de 2011-2014 previu a aplicação de R\$955 bilhões para todo o país (MONTEIRO NETO; VERGOLINO; SANTOS, 2015).

¹¹ Empresa estatal venezuelana, fundada em 1976, que se dedica a exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo.

No que diz respeito ao montante destinado a Pernambuco, para a primeira fase do programa, no período de 2007-2010, foram previstos a aplicação de R\$ 33,6 bilhões e, para o período pós-2010, o montante de R\$32,00 bilhões. Para o período 2011-2014 foi planejado para o estado o montante de R\$ 55,62 bilhões e R\$15,77 bilhões pós-2014. Segundo Monteiro Neto, Vergolino e Santos (2015, p. 127), “tanto na primeira quanto na segunda fase do PAC, o setor de energia foi aquele em que mais recursos foram planejados para Pernambuco. Foram R\$ 12,1 bilhões inicialmente entre 2007-2010 e mais R\$ 31,1 bilhões para o horizonte do PAC-2”. Cabe lembrar que é no eixo energético que se reúne os empreendimentos estruturadores de grande porte da economia do estado de Pernambuco¹².

O BNDES teve papel ativo no financiamento de empreendimentos de grande porte de Suape, com a participação de 71% dos investimentos do Estaleiro Atlântico Sul, 49% na Refinaria Abreu e Lima e 60% na Petroquímica Suape. No que diz respeito aos recursos privados,

[...] até 2006 haviam sido instaladas em Suape 81 empresas, totalizando investimentos da ordem de US\$ 2,2 bilhões. Entre 2007 e 2010, 37 novas empresas foram ali instaladas, envolvendo investimentos de magnitude muito superior: US\$ 17 bilhões. Benefícios fiscais oferecidos pelo Estado de Pernambuco, com a redução de 75% nos impostos federais (Sudene), e 50% nos municipais, foram também fortes atrativos para a implantação das indústrias em Suape (CAVALCANTI; GODOY; ROCHA, 2015, p.63).

A magnitude dos investimentos que estavam sendo aplicado em Suape é evidenciada pela quantidade de empreendimentos já instalados ou que estavam em fase de implantação ou negociação em 2008, conforme apresentado nas tabelas 3.1, 3.2 e 3.3. Os investimentos realizados em Suape demonstravam o alinhamento das políticas do Governo Federal - do presidente Luiz Inácio Lula da Silva - com o governador de Pernambuco Eduardo Campos (que teve dois mandatos (2007- 2010 e 2010-2013). Conforme aponta matéria do jornal Diário de Pernambuco, “a viabilização de estaleiro simboliza afinidade entre governador e presidente” (ELETROBRAS, 2007, s/p). Nas palavras do então presidente Lula, “Quando o prefeito, o governador e o presidente trabalham juntos como uma orquestra, quem ganha é o povo” (AGÊNCIA ESTADO, 2010, s/p). O governador Eduardo Campos apresentava em seu

¹² Suape concentra hoje mais de 100 empresas nos ramos de petróleo e gás (Refinaria Abreu e Lima); petroquímico, têxtil sintético e de resinas plásticas (Petroquímica Suape, Citepe, Mossi&Guisolf, Cristal Pet, Brasalpa e Lorempet); naval (Estaleiro Atlântico Sul, Estaleiro Promar e Estaleiro CMO); de energia eólica (Impsa Wind Power Eólica e RM Eólica); de siderurgia (Companhia Siderúrgica Suape); de alimentos e bebidas (Bunge, Pepsico, Rexan, Pernod Ricardo, Campari, Coca-Cola e Cereser); de cerâmica (Duratex, Pamesa e Thor); de graneis de líquidos e gases (Decal, Tequimar, GLP, Brasilgas, Petrobras, Ultracargo, Pandenor, Temape e Pool Petrobras/Shell/Esso/Ipiranga/Texaco); de logística (Cone Suape); de distribuição (CD GM); de contêineres (TECON); termelétrico (Energética Suape); e de cimento (Cimento Brasil) (GODOY, 2014, p12).

discurso um alinhamento com as diretrizes presentes no projeto desenvolvimentista, quando falava sobre a necessidade de crescer sem reproduzir desigualdades sociais e a necessidade de se investir em políticas sociais, conforme afirmou em entrevista cedida por ele ao Jornal do Comércio:

Cresce na nossa consciência a importância de planejar a expansão dessa região. Não queremos repetir desigualdades que se arrastam por quatro séculos de história. Porque de desigualdade esse território de Suape entende. São marcas muito profundas, que começaram com a exploração dos índios e dos escravos, e não poderão se repetir nesse novo ciclo de desenvolvimento” (MOREIRA, 2011, p. 2).

Tabela 3.1. Principais Empreendimentos instalados ou em fase de implantação em Suape

I - EMPREENDIMENTOS INSTALADOS ATÉ 2006								
EMPRESAS	ATIVIDADES	INVESTIMENTOS (US\$ x 1.000)		EMPREGOS DIRETOS				
QUANTITATIVO GERAL = 81	Terminal de contêineres, terminal de fluidos, pólo de alimentos, produtos cerâmicos, cimento etc.	2,18 bilhões		6.600				
II - EMPREENDIMENTOS ESTRUTURADORES EM FASE DE IMPLANTAÇÃO								
EMPRESA	ATIVIDADES	ÁREA (HA)	SITUAÇÃO ATUAL	INVESTIMENTOS (US\$ x 1.000) (*)	EMPREGOS NA CONSTRUÇÃO (*)	EMPREGOS NA OPERAÇÃO(*)		
						DIRETOS	INDIRETOS	
1	Petrobras / PDVSA	Refinaria de petróleo	630,0	Em obras	4.000.000	15.000	1.500	130.000
2	Petroquímica Suape	Fábrica de PTA	16,0	Em obras	632.000	16.200	500	16.900
3	Citepe	Fábrica de POY	39,0	A ser iniciada	320.000	6.500	1.000	26.000
4	Estaleiro Atlântico Sul	Estaleiro	156,0	Em obras	670.000	2.000	5.000	25.000
Subtotal					5.622.000	39.700	8.000	197.900

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco. Maio/2008.

Fonte: PERNAMBUCO, 2008, p. 18.

Tabela 3.2. Outros empreendimentos instalados ou em fase de implantação em Suape

III - DEMAIS EMPREENDIMENTOS IMPLANTADOS EM 2007 OU EM FASE DE IMPLANTAÇÃO								
EMPRESA	ATIVIDADES	ÁREA (HA)	SITUAÇÃO ATUAL	INVESTIMENTOS (US\$ x 1.000) (*)	EMPREGOS NA CONSTRUÇÃO(*)	EMPREGOS NA OPERAÇÃO (*)		
						DIRETOS	INDIRETO	
5	Bünge	Moinho de Trigo	15,0	Em obras	70.000	2.000	220	1.000
6	Arcor	Guloseimas	25,5	Concluída	32.000	---	400	2.000
7	Máquinas Piratininga	Metal-mecânica	7,0	Em obras	13.000	120	200	800
8	Impsa	Geradores eólicos	26,5	Em obras	80.000	270	1.500	300
9	Nutrinor	Alimentos desidratados	3,0	A ser iniciada	7.700	30	130	100
10	Condor Nordeste	Higiene pessoal	4,0	Concluída	5.000	---	150	100
11	Fasal	Metal-mecânica	6,0	Em obras	4.800	120	50	160
12	Terranor	Materiais Gráficos	3,0	Concluída	4.300	---	50	100
13	Sapeka	Fraldas descartáveis	4,0	Concluída	4.500	---	180	150
14	Enertec	Logística industrial	2,5	A ser iniciada	200	30	120	40
15	Plastipak	Sopradora plástica	6,0	Concluída	6.000	---	55	45
16	Urbano Agroindustrial	Beneficiamento de arroz	2,0	Em obras	14.500	40	32	130
17	Multifarinha do Brasil	Trigo para mistura	2,8	A ser iniciada	1.000	50	100	50
18	Suata II (Ampliação)	Movimentação de Contêineres	2,1	Concluída	2.500	---	30	100
19	Suata III (Suata Log)	Armazenagem de Contêineres	8,5	A ser iniciada	13.800	100	100	200
21	Arclima	Peças p/ ar-condicionado	2,5	Em obras	2.600	100	100	50
22	Medabil	Metalurgia	15,0	A ser iniciada	40.000	350	250	300
23	UTE Suape II	Usina Térmica 350 MW	50,0	A ser iniciada	300.000	600	120	350
24	Campari	Bebidas	7,2	A ser iniciada	24.000	50	40	30
Subtotal					630.735	3.930	3.877	6.255
Total Geral					6.252.735	43.630	11.877	204.155

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco, Maio/2008

(*) Estimado

Fonte: PERNAMBUCO, 2008, p. 19.

Tabela 3.3. Empreendimentos em negociação para instalação em Suape

EMPREENDIMENTOS EM NEGOCIAÇÃO	
ATIVIDADES	INVESTIMENTOS (US\$ x 1.000) (*)
Terminal de açúcar	53.000
Terminal de grãos	60.000
Terminal de minérios	150.000
Siderúrgica	400.000
Terminal de regaseificação	400.000
Centro Logístico de Distribuição de Veículos	16.700
Centro de Distribuição de peças	6.700
Montadoras de automóveis	2.000.000
3 novas Usinas Termelétricas (2x350MW e 1x700MW)	1.600.000
1 nova Usina Termelétrica 600 MW	1.000.000
Unidade de calcinação de coque de petróleo	150.000
Unidade de produção de tintas marítimas e industriais	30.600
Unidade de produção de ETBE	580.000
Processadora de Celulose	2.500.000
Plantas de gases	400.000
Novo terminal de contêineres	150.000
Moinho de Trigo e indústria de massas	100.000
Indústria de massas	58.000
Unidade produtora de pás para turbinas eólicas	200.000
Total	9.855.000

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco, Maio/2008. / (*) Estimado

Fonte: PERNAMBUCO, 2008, p. 19.

A partir desse alinhamento entre as esferas estatais, o Complexo Industrial e Portuário de Suape foi ganhando notoriedade e recebendo investimentos públicos e privados que alteraram a realidade local, gerando promessas de dias melhores para os pernambucanos. “Da Letargia à Revolução”, “Nosso eldorado”, “É o passaporte de Pernambuco para o Futuro” (MOREIRA, 2011), “É uma China dentro do Brasil”(AMORIM, 2010). Foi assim que Suape foi retratado pela mídia local e nacional, ou seja, como um território que inaugurava amplas perspectivas e possibilidades, visto na ocasião como uma terra prometida.

Diante desse contexto, várias pessoas foram atraídas para o território estratégico de Suape provocando desde uma migração da população da zona rural para os centros urbanos da Área de influência de Suape (AIS),¹³ como também a migração de população vinda de fora do estado de Pernambuco e até mesmo de fora do Nordeste e do Brasil, atraídos pela abertura de novas frentes de trabalho. A nova dinâmica desse território provocou o surgimento de novas demandas sociais que se colocavam de maneira imperativa ao território como a qualificação profissional, infraestrutura, melhores condições em educação e saúde, dentre outras questões.

Sob a coordenação da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco CONDEPE/FIDEM em parceria com distintos agentes federais e estaduais, bem como secretaria e prefeitura dos cinco municípios que então compunham o Território estratégico de Suape (Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada), foi elaborado o documento *Território Estratégico de Suape Diretrizes para uma Ocupação Sustentável* cuja versão final foi de outubro de 2008. Nesse sentido cabe destacar que o município do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca são territórios de influência direta de Suape enquanto que Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada são constituídos como territórios de influência indireta estando num raio de 40 Km do Porto (PERNAMBUCO, 2008).

Dentre os municípios que hoje compõem a Área de Influência direta de Suape, o município do Ipojuca se destaca, por um lado pela riqueza gerada em seu território, mas, por outro lado, por ser palco de profundas desigualdades sociais. A seguir será apresentada uma análise deste município, selecionado como local de estudo neste trabalho, buscando compreender as iniciativas dos diversos agentes estatais na promoção de políticas públicas em qualificação profissional destinadas aos jovens locais. No caminho para responder as questões da pesquisa, entendemos como pertinente uma caracterização do território estudado porque o contexto social, político e econômico influencia no campo de possibilidades desses jovens.

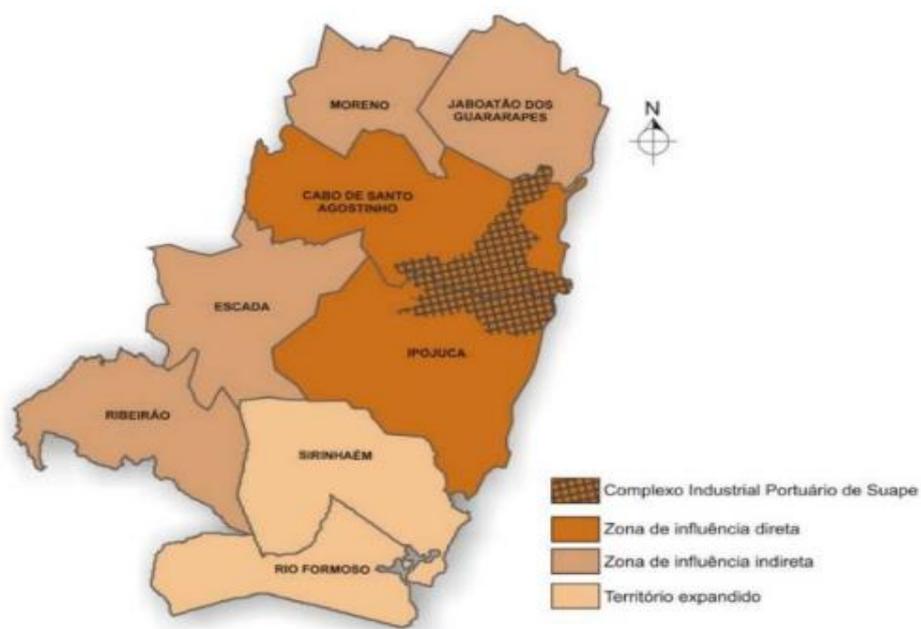
¹³ Neste trabalho, Área de influência de Suape e Território Estratégico de Suape são sinônimos. Portanto, ambos tratam do mesmo território.

Figura 3.1. Localização do Território Estratégico de Suape



Fonte: PERNAMBUCO, 2008

Figura 3.2. Configuração atual do Território Estratégico de Suape



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão/Agência Condepe/Fidem apud CAVALCANTI; ROCHA 2015, p. 71.

3.2. Caracterização do município de Ipojuca (PE)

O município do Ipojuca faz parte da Região metropolitana do Recife distando 46 km da capital Pernambucana. De acordo com Santos (2015), inicialmente Ipojuca esteve ligada a cidade do Cabo de Santo Agostinho compondo um mesmo território denominado de *Arraial do Cabo de Santo Agostinho*. Nessa região havia terras férteis às margens do rio Ipojuca, terras essas utilizadas para plantação da cana - de- açúcar, entendida pelos colonos portugueses como um produto de boa qualidade.

Através do rio Ipojuca se fazia o escoamento do açúcar ali produzido, além do escoamento do pau Brasil até o ancoradouro ¹⁴de Suape. Ainda de acordo com o autor, o nome Ipojuca está atrelado a sua localização na Várzea deste rio, além disso, o território do que hoje conhecemos como município de Ipojuca esteve ligado ao Cabo de Santo Agostinho até o ano de 1608 quando foram separados formando o distrito de Nossa Senhora do Ó (IBGE, 2013 apud SANTOS, 2015). Atualmente o município do Ipojuca é composto por 3 distritos são eles: Nossa Senhora do Ó, Ipojuca Sede e Camela, bem como possui 61 engenhos e um belo litoral.

Santos (2015) afirma que esta ligação inicial de Ipojuca com Cabo de Santo Agostinho explica a similitude entre esses territórios em termos socioeconômicos e culturais, sobretudo, do período colonial até a década de 1970. O processo de distinção desses territórios começa a se acentuar com o processo de industrialização da década de 1990¹⁵, iniciado primeiramente na cidade do Cabo de Santo Agostinho. Diante do exposto, podemos perceber que Ipojuca, devido ao seu processo de formação econômica, tinha a sua economia voltada para o setor exportador, se constituindo como um território subdesenvolvido e que ainda hoje apresenta fortes características rurais. O município de Ipojuca se constitui como uma região de profundas desigualdades sociais, entretanto nos últimos anos com o reavivamento do parque industrial na região, o município passou por intensas mudanças populacionais, econômicas, sociais, alterando a realidade local e apresentando novas demandas ao poder público local.

¹⁴Segundo Vainsencher (2013apud Santos, 2015, p. 139),“ancoradouro é uma espécie de porto natural, formado por uma barreira de arrecifes de arenito, que ao se estenderem pela costa marítima, formam uma espécie de baía que impede a passagem das fortes ondas das águas de mar aberto, tendo sido por isso mesmo largamente utilizado para abrigar os navios no período da colonização e que, posteriormente, daria origem ao atual porto de Suape”.

¹⁵ Cabo de Santo Agostinho e o município do Ipojuca vivenciaram a industrialização e urbanização extensiva na década de 1970. Entretanto, antes disso, já havia certo parque industrial agrocanavieiro, algumas indústrias têxteis. No Cabo de Santo Agostinho, na década de 1950, como política regional da SUDENE foi implantado uma fábrica de borracha sintética, a COPERBO (SANTOS, 2015).

O *boom* de Suape ocorrido devido aos investimentos maciços realizados no CIPS e seu entorno acarretou num processo de crescimento populacional, principalmente nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, por serem territórios de influência direta. No caso do município do Ipojuca de acordo com dados do IBGE, a população cresceu consideravelmente em apenas 10 anos. A população do referido município em 2000 era de 59.281 habitantes passando para 80.637 habitantes em 2010. Se analisarmos a população jovem do município, entendendo aqui jovem como indivíduo na faixa etária de 15- 29 anos - percebemos que, em 2000, havia 18.709 jovens em Ipojuca e que esse número cresceu em 2010, quando a população jovem no município passou a ser de 24.711, conforme dados apresentados na tabela 3.4.

Tabela 3.4. Ipojuca - Distribuição da População Total por Faixas Etárias - 2000 e 2010

Faixas Etárias	2000		2010	
	N	%	N	%
Até 14 anos	20570	34,7	23732	29,4
De 15 a 19 anos	7094	12,0	8423	10,4
De 20 a 24 anos	6391	10,8	8168	10,1
De 25 a 29 anos	5224	8,8	8120	10,1
30 e mais anos	20002	33,7	32194	39,9
Total	59281	100,0	80637	100,0

Fonte: Microdados do censo demográfico do IBGE 2000 e 2010 (Elaboração própria).

Em 2000, conforme dados apresentados na tabela 3.5, havia no município 14.305 migrantes, 32% desse total se encontrava na faixa etária de 15 a 29 anos. No ano de 2010 o total de migrantes era de 29.817, estando 31,2% na faixa etária de 15 a 29 anos. No ano de 2010, o maior número de migrantes se encontrava na faixa etária 30 ou mais anos, representando 45,7% dos migrantes.

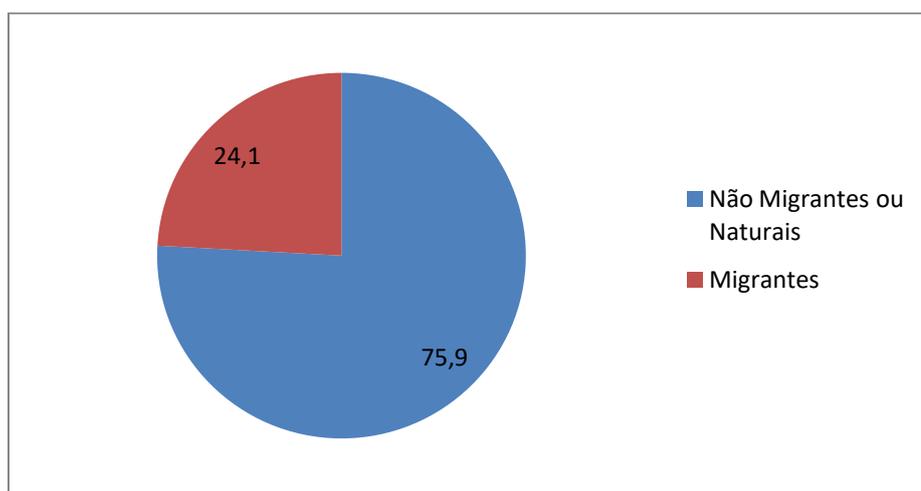
Tabela 3.5. Ipojuca - Distribuição dos Migrantes por Faixas Etárias - 2000 e 2010

Faixas Etárias	2000		2010	
	N	%	N	%
Até 14 anos	2555	17,9	6881	23,1
De 15 a 19 anos	1382	9,7	2721	9,1
De 20 a 24 anos	1759	12,3	3170	10,6
De 25 a 29 anos	1426	10,0	3433	11,5
30 e mais anos	7183	50,2	13611	45,7
Total	14305	100,0	29817	100,0

Fonte: Microdados do censo demográfico do IBGE 2000 e 2010 (Elaboração própria).

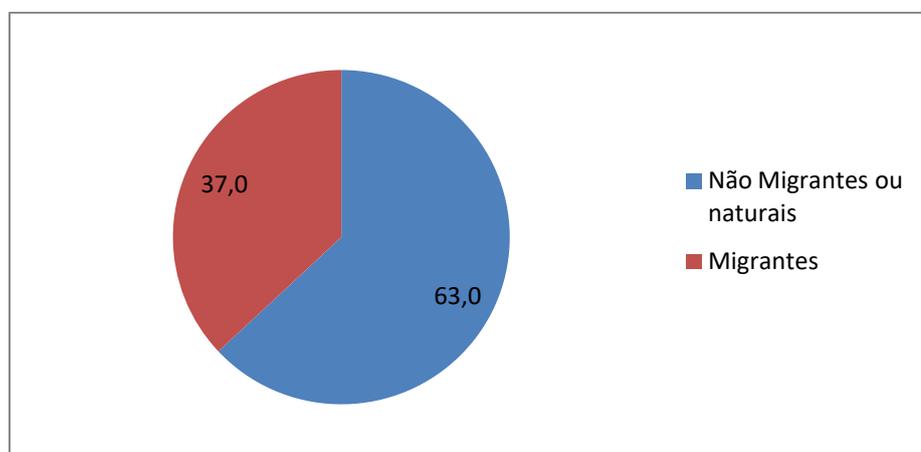
A taxa de urbanização do município, em 2000, era de 68% passando para 74,06% em 2010, segundo dados do IBGE. Esses números refletem o processo migratório ocorrido na região. Houve a chegada de migrantes vindos da área rural das regiões da AIS, bem como migrantes de outras localidades do estado de Pernambuco ou mesmo de fora do Nordeste ou do país- é válido lembrar que chegavam na região mão de obra qualificada advinda de outras regiões, atraídas pelas oportunidades que se abriam no estado. Em 2000, como podemos perceber no gráfico 3.1, 24,1% da população do município do Ipojuca era considerada *migrante*, enquanto que a categoria *não migrante ou naturais* representava naquele ano 75,9%. No Gráfico 3.2, podemos observar que no ano de 2010 o percentual da população migrante aumenta representando 37% da população de Ipojuca, enquanto que 63% da população era formada *por não migrantes ou naturais*.

Gráfico 3.1. Distribuição da população de Ipojuca segundo Status Migratório – 2000



Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE 2000 (Elaboração Própria).

Gráfico 3.2. Distribuição da população de Ipojuca segundo Status Migratório – 2010



Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE 2010 (Elaboração Própria).

O crescimento da cidade não aconteceu de maneira ordenada e muito da mão de obra vinda de fora da região ocupava pousadas do litoral cabense e ipojucano. Além disso, os problemas ambientais se agravavam, bem como problemas sociais como o índice de prostituição, gravidez na adolescência, além de conflitos entre a população migrante e os locais. O conflito entre trabalhadores da região e trabalhadores vindo de fora, como os baianos, são exemplos disso como podemos perceber a partir do trabalho de Rodrigues (2012). Por outro lado, se analisarmos o aspecto econômico, o Estado de Pernambuco, a AIS e principalmente o município do Ipojuca se destaca pelo crescimento de sua economia conforme podemos observar na tabela 3.6.

Tabela 3.6. – Participação Relativa (%) de Pernambuco no PIB do Brasil e dos municípios da AIS em Pernambuco – 2000/2010

Região Geográfica	2000	2010
1.Participação Relativa de Pernambuco no PIB do Brasil		
Brasil	100,0	100,0
%Pernambuco/Brasil	2,3	2,5
2.Participação Relativa dos municípios da AIS no PIB de Pernambuco		
Pernambuco	100,0	100,0
% AIS/PE	19,4	24,1
% Cabo de Santo Agostinho/PE	4,6	4,7
% Escada/PE	0,5	0,5
% Ipojuca/PE	5,1	9,7
% Jaboatão dos Guararapes/PE	8,0	8,1
% Moreno/PE	0,3	0,3
% Ribeirão/PE	0,3	0,3
% Rio Formoso/PE	0,2	0,2
% Sirinhaém/PE	0,3	0,3

Fonte: Contas Regionais/IBGE

Nota: A preços de 2010 deflacionados pelo Deflator implícito do PIB série encadeada

A participação relativa dos municípios da AIS no PIB de Pernambuco cresce no período 2000-2010 de 19,4% para 24,1%. Dentre os oito municípios que compõe a AIS se destaca Ipojuca que quase duplica sua participação no PIB estadual, de 5,1% em 2000 para 9,7% em 2010. Os investimentos realizados no território com a criação de empresas de grande porte como a refinaria Abreu e Lima, a construção de um estaleiro na região, bem como de uma petroquímica, além das médias e pequenas empresas instaladas ao seu redor que

provocaram o dinamismo econômico vivenciado na região refletindo no aumento de seu crescimento econômico.

Ainda sob o aspecto econômico, podemos constatar a partir dos dados da tabela 3.7 que o PIB nacional no decênio 2000-2010 cresceu à taxa média anual de 3,61% e que Pernambuco supera o crescimento no Brasil no mesmo período alcançando 4,65%, fortemente influenciado pelo desempenho da Área de Influência de Suape. No decênio, a AIS alcançou a taxa média anual de crescimento do PIB em 6,94% e Ipojuca, um dos municípios de influência direta do Complexo Industrial e Portuário de Suape, foi o que apresentou o maior crescimento médio, 11,52%, superando o crescimento estadual e nacional.

Tabela 3.7. Produto Interno Bruto a preços constantes (em R\$ milhões), Brasil, Pernambuco, AIS e municípios – 2000/2010

Região Geográfica	2000	2010	Taxa Média Anual de Crescimento (%)
Brasil	2.643.465	3.770.085	3,61
Pernambuco	60.421	95.187	4,65
AIS	11.725	22.931	6,94
Cabo de Santo Agostinho - PE	2.774	4.521	5,01
Escada - PE	316	476	4,17
Ipojuca - PE	3.093	9.204	11,52
Jaboatão dos Guararapes - PE	4.857	7.691	4,70
Moreno - PE	200	307	4,38
Ribeirão - PE	166	257	4,44
Rio Formoso - PE	147	156	0,66
Sirinhaém - PE	171	320	6,45

Fonte: Contas Regionais/IBGE

Nota: Apreços de 2010 deflacionados pelo Defletor implícito do PIB série encantada

O momento vivenciado pelo território, tendo em vista a aplicação de uma gama de investimentos na região, sobretudo nos primeiros anos - com criação de novas indústrias sejam elas de grande, médio ou pequeno porte, bem como a chegada de capital privado e público gerando a dinamização do setor industrial na região –refletiu na abertura de novas frentes de trabalho e transformou Suape num grande canteiro de obras. A indústria da construção civil teve importante participação na criação dos novos empregos gerados e no crescimento do emprego formal na região Nordeste do país. Segundo Araújo (2012), no Nordeste, no período de 2000 a 2010, a participação do setor da construção civil no emprego formal variou no decênio de 4,8% para 7,1%, enquanto que outros setores no mesmo período

não tiveram o mesmo desempenho como o setor de serviços que variou de 26,9% para 27, 2% ou mesmo a indústria de transformação que variou de 13,4% para 13,1% para o mesmo período. A taxa de crescimento média anual do estoque de emprego formal do Nordeste, no período de 2000 a 2010, foi de 6,2%, ultrapassando média a nacional que foi de 5,3%. A região Nordeste também ultrapassou as taxas das regiões Sul e Sudeste, que representam os núcleos dinâmicos do país. A taxa de crescimento média anual do estoque de emprego formal no período de 2000-2010 para a região Sul e Sudeste foram respectivamente 5,0% e 4,8%, a partir de dados da RAIS/TEM (ARAÚJO, 2012).

No que diz respeito à fase da construção da refinaria Abreu e Lima e da Petroquímica de Suape, tendo sido o período de efervescência entre os anos de 2009 e 2013, quando a construção civil atingiu o número de 50 mil trabalhadores. Diante desse cenário,

Em termos da distribuição da população ocupada, o setor da Construção Civil na RMR ganhou crescente participação, diante de estoques de ocupação cada vez maiores. [...] Passou de 5,7%, em fevereiro de 2005, para 7,6%, em fevereiro de 2007 e 7,8%, em fevereiro de 2013. Entre fevereiro de 2005 e de 2013, os *empregados com carteira de trabalho assinado no setor privado* tiveram aumento expressivo, passando de 24,7% para 42,5% do total de ocupados no setor, respectivamente. Isso, enquanto *os empregados sem carteira de trabalho assinado no setor privado* passaram de 24,9% para 13,5% e os “por conta própria”, de 43,9% para 37,2% (IBGE/PME, 2005, 2007 e 2013) apud (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015, p. 125, grifos do autor).

Os empregos formais cresceram não só em Pernambuco, como também na Área de Influência de Suape (AIS) e no município do Ipojuca. Assim, como podemos observar nas tabelas 3.8 e 3.9, no período de 2000 a 2010 os empregos formais variaram de 38% (994.525) para 45%(1.522.395) em Pernambuco, no mesmo período a AIS passou de 54%(159.341) para 61%(257.808) e o município do Ipojuca, que em 2000 possuía 55% (8.440) de empregos formais, passa a ter em 2010 60% (16. 852)

Sem dúvida, o crescimento do emprego formal se constitui num aspecto positivo para o trabalhador tendo em vista a garantia de direitos a ele destinado. Entretanto, quais os empregos ocupados pela população local? A população local ocupava cargos que exigiam maior qualificação ou ocupavam postos de trabalho que exigiam baixa qualificação e consequentemente baixa remuneração? Na tentativa de responder a essas questões, ao analisarmos a Tabela 3.10, notamos que em 2010, 53% da população ocupada na AIS se encontrava na categoria: Sem instrução e fundamental incompleto.

Tabela 3.8 – População Ocupada Formalmente e Informalmente no Brasil, Pernambuco, Ipojuca e AIS – 2000/2010.

Formal/informal	Brasil		Pernambuco		Ipojuca		AIS3	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Formal ¹	32.317.736	49.783.354	994.525	1.522.395	8.440	16.852	159.341	257.808
Informal ²	33.312.156	36.570.485	1.653.656	1.881.478	6.985	11.277	133.292	163.986
Total	65.629.892	86.353.839	2.648.181	3.403.873	15.425	28.129	292.633	421.794

Fonte: Censo/ IBGE

Tabela 3.9 População Ocupada Formalmente e Informalmente no Brasil, Pernambuco, Ipojuca e AIS – 2000/2010 (%)

Formal/Informal	Brasil		Pernambuco		AIS ³		Ipojuca	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Total (N)	65.629.892	86.353.839	2.648.181	3.403.873	292.633	421.794	15.425	28.129
Total	100	100	100	100	100	100	100	100
Formal ¹	49	58	38	45	54	61	55	60
Informal ²	51	42	62	55	46	39	45	40

Fonte: Censo/IBGE

Nota 1: Formal: empregado com carteira + funcionário público e militar + conta própria e empregado com cobertura previdenciária.

Nota 2: Informal: Empregado sem carteira + conta própria e empregado sem cobertura na previdência + trabalhador na produção para o próprio consumo.

Nota 3: AIS-Área de influência de Suape

Tabela 3.10. População ocupada por nível de instrução (%), Brasil, Pernambuco e Área de Influência de Suape – 2010

Região Geográfica	Total	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado
Brasil	100	50	17	23	8	1
Pernambuco	100	58	15	21	6	1
AIS ²	100	53	17	25	4	1
Cabo de Santo Agostinho - PE	100	53	16	27	3	1
Escada - PE	100	62	16	20	2	1
Ipojuca - PE	100	65	15	17	2	1
Jaboatão dos Guararapes - PE	100	48	18	28	6	1
Moreno - PE	100	60	16	20	3	1
Ribeirão - PE	100	64	15	18	3	0
Rio Formoso - PE	100	66	14	18	2	0
Sirinhaém - PE	100	68	14	15	2	0

Fonte: Censo/IBGE

Nota 1: População Ocupada são as pessoas de 10 anos ou mais, economicamente ativas e ocupadas na semana de referência.

Nota 2: Área de influência de Suape engloba os oito municípios: Cabo, Escada, Ipojuca, Jaboatão, Moreno, Ribeirão, Rio Formoso, Sirinhaém.

Em Ipojuca, 65% da população ocupada se encontrava na categoria: sem instrução e fundamental incompleto; 15% da população ocupada se encontrava na categoria: fundamental completo e médio incompleto; 17% estava inserida na categoria: médio completo e superior incompleto e apenas 2% possuía superior completo. Esses dados demonstram o baixo nível de instrução da população local e sinalizam que os empregos que ocupam são os que exigem baixa qualificação, portanto, os que possuem baixa remuneração. Nesse sentido, achamos pertinente analisar também o salário médio mensal do município do Ipojuca, cujos dados são apresentados na tabela 3.11.

Tabela 3.11. Salário Médio Mensal Municípios do TES

Municípios do TES	Salário Médio Mensal (2007 a 2011)				
	2007	2008	2009	2010	2011
Cabo de Sto. Agostinho	2,3	2,4	2,6	2,4	2,8
Escada	1,8	1,9	1,6	2,1	2,1
Ipojuca	2,7	3,0	3,4	3,8	4,3
Jaboatão dos Guararapes	2,2	2,2	2,4	2,3	2,3
Moreno	1,7	1,7	1,9	1,8	1,9
Ribeirão	1,3	1,6	1,4	2,1	2,1
Rio Formoso	1,5	1,4	1,9	1,8	1,3
Sirinhaém	1,3	1,3	1,8	1,5	1,6

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório/PE/ Laept/UFPB, 2013 apud CAVALCANTI; GODOY; ROCHA, 2015).

No período de 2007 a 2011, portanto, no período de maior dinamismo da região, ao analisarmos o salário médio mensal dos municípios que compõe a área de influência de Suape (AIS) notamos que com exceção do município de Rio Formoso, todos os outros municípios da AIS obtiveram crescimento do salário médio mensal. Os municípios de influência direta do Complexo Industrial Portuário de Suape: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca obtiveram elevação do salário médio mensal com destaque para o município de Ipojuca que, em 2007, o salário médio mensal era de 2,7 salários mínimos passando, em 2011, para 4,3 salários mínimos. Assim, podemos inferir que o impacto do Complexo Industrial Portuário de Suape sobre o município de Ipojuca reverberou de maneira positiva no que diz respeito ao salário médio mensal no período analisado, tendo em vista seu aumento no período.

Em Ipojuca, 61% da população assalariada recebia em 2010 menos de dois salários mínimos, indicador semelhante ao de Cabo de Santo Agostinho, que concentrou 57% de sua população com rendimentos nesta mesma faixa. Os dados apresentados são compatíveis com a média estadual, de 60% da população com salários até dois mínimos (CAVALCANTI; GODOY; ROCHA, 2015, p. 79).

Sob a ótica dos empregos formais por faixa de remuneração média (SM), numa análise do horizonte temporal de 2002 a 2014, há uma maior concentração dos empregos formais não só de Ipojuca, mas no território da AIS que se dá na faixa até dois salários mínimos. Há um movimento desconcentração dos empregos formais da faixa de até 2 SM, a partir de 2009, migrando para faixas salariais um pouco maiores, mas, ainda assim, a maior parte dos empregos formais se encontra na faixa salarial de até dois salários mínimos conforme Tabela 3.12.

Tabela 3.12 – Empregos formais (%) em Ipojuca e AIS por faixa de remuneração média (SM) 2002-2014

Faixa Remuneração Média (SM)	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Ipojuca													
Até 2 SM	61,06	61,71	59,66	62,79	61,93	59,67	52,83	60,29	45,37	38,98	36,90	35,38	40,40
2,01 SM a 3 SM	15,89	14,73	17,36	15,13	15,78	17,68	20,94	17,01	24,29	22,98	23,98	21,94	18,87
3,01 SM a 4 SM	7,50	7,56	8,01	6,94	7,03	7,30	8,53	6,14	10,80	14,37	15,99	15,37	12,85
4,01 SM a 5SM	3,97	4,77	5,13	4,66	4,79	4,28	4,92	3,37	4,58	6,25	6,24	7,61	8,15
5,01 SM a 10 SM	7,15	6,72	6,27	6,60	6,78	7,82	8,43	7,25	8,85	10,73	10,22	11,91	11,49
10,01 a 15,00	2,50	2,58	2,12	2,55	2,26	2,02	2,93	3,73	3,95	4,42	4,22	5,08	4,66
Mais de 20,00	1,38	1,20	0,97	1,01	0,78	0,86	1,03	1,56	1,65	1,83	1,66	1,77	1,84
{ñ class}	0,55	0,72	0,49	0,33	0,65	0,38	0,39	0,66	0,52	0,44	0,80	0,94	1,76
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
AIS													
Até 2 SM	61,57	63,99	63,78	66,96	69,41	69,34	68,70	70,75	65,99	59,21	59,95	59,69	63,15
2,01 SM a 3 SM	16,88	15,34	16,28	14,71	13,81	14,23	14,31	13,11	15,64	17,74	16,99	16,44	15,56
3,01 SM a 4 SM	7,94	7,95	7,69	7,11	6,61	6,28	6,32	5,55	6,73	8,67	9,00	8,64	7,53
4,01 SM a 5SM	4,22	3,87	3,97	3,51	2,84	2,84	3,05	2,78	3,09	4,02	3,86	4,25	3,82
5,01 SM a 10 SM	6,36	5,97	5,43	4,94	4,72	4,76	4,79	4,56	5,03	6,34	6,28	6,75	5,89
10,01 a 15,00	2,09	1,98	1,89	1,70	1,43	1,34	1,47	1,67	1,77	2,25	2,07	2,26	1,87
Mais de 20,00	0,67	0,55	0,51	0,41	0,34	0,33	0,36	0,44	0,54	0,74	0,67	0,69	0,60
{ñ class}	0,26	0,35	0,46	0,65	0,84	0,87	0,99	1,13	1,20	1,03	1,19	1,30	1,58
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Rais/M.T.E. Elaboração própria da autora

Nota:*SM corresponde ao salário mínimo do ano vigente.

A partir dos dados apresentados, podemos inferir que houve no território uma concentração de renda; além de que, ao analisarmos as faixas de remuneração média (SM), referentes aos empregos formais gerados, podemos notar uma maior concentração dos empregos formais em Ipojuca na faixa de até dois salários mínimos o que corrobora com a nossa hipótese de que a maioria dos empregos formais gerados em Ipojuca eram de baixa remuneração. Em 2007, 59,67% dos empregos formais em Ipojuca estavam na faixa de até dois salários mínimos, em 2009 esse percentual varia, chegando a 60,29%. Posteriormente, se olharmos em anos mais recentes, como 2014, o percentual de empregos formais na faixa

salarial de até dois salários mínimos decresce, mas ainda assim é expressiva, representando naquele momento 40,40%. De todo modo, houve em Ipojuca, assim como na AIS e em Pernambuco um crescimento expressivo do emprego formal.

Em entrevista na Revista Exame, no ano de 2010, Marcelo Odebrechet, presidente do grupo que carrega seu nome, afirma: “a falta de gente qualificada é uma de nossas piores fraquezas, pois impede que o país cresça por vários anos seguidos”, órgãos da mídia em tom mais dramático falavam em “apagão da mão de obra” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015, p. 124). De todo modo, essas falas refletiam a disritmia entre mão de obra qualificada e crescimento econômico vivenciado na região.

Em meio ao déficit em mão de obra qualificada na região, a população local foi se inserindo em alguns postos de trabalho abertos em Suape, muitas vezes, passando por treinamentos, cursos intensivos de duração de alguns meses, oferecidos por empresas de Suape ou poder público. Foi assim que comerciantes, agricultores, dentre outros, migraram para o trabalho na indústria. Casos como o retratado pelo Jornal do Comércio em 2012, citado abaixo, sobre jovem local de 20 anos de idade que passa a trabalhar na indústria com o *boom* de Suape, se tornava rotineiro na localidade.

[...] não entendia nada sobre sistemas elétricos. Estava acostumado à dinâmica do varejo, onde trabalhava como caixa de supermercado. Foi ouvindo a conversa de seu pai sobre as oportunidades em Suape, que se interessou pelo complexo. Conseguiu uma vaga de ajudante de eletricista da Odebrecht na obra da Petroquímica Suape. Migrou do comércio para a construção civil, com ganho de salário, benefícios e perspectiva de crescimento profissional (GUARDA, 2012, s/p.)

Algumas iniciativas foram realizadas pelo governo Federal, governo do estado de Pernambuco e do município do Ipojuca em termos de qualificação profissional no referido município. No ano de 2007, no início do *boom* de Suape, foi implantado em Ipojuca, através da iniciativa do governo federal, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFET) no distrito Ipojuca sede. A princípio, num espaço provisório, o CEFET Ipojuca oferecia três cursos técnicos voltados para a indústria: química, automação industrial e segurança do trabalho. Posteriormente, em 2009, já sob a denominação de Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) campus Ipojuca, as aulas passaram a acontecer em um novo prédio localizado na PE-60, km 14, no bairro de Califórnia, em Ipojuca.

A partir de entrevistas realizadas em 2011 com representante da Secretaria de Educação do município, mais especificamente com o diretor de ensino do município da época,

Bento (2014) relata que em Ipojuca havia 80 escolas municipais e que naquele momento estava sendo desenvolvido pelo município alguns programas voltados para redução da distorção idade e série, como o “Se Liga” e “Acelera”, desenvolvidos em parceria com o instituto Ayrton Senna. De acordo com dados do IBGE, em Ipojuca a taxa de analfabetismo em 2000 era cerca de 30% e a média dos anos de estudo correspondia há 3,66 anos, ambos dados relacionados para faixa-etária de 25 anos de idade ou mais. De acordo com o relatório municipal Ipojuca (2014), a partir de dados da DATASUS, 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais era de 20,3%. Na área urbana, a referida taxa era de 16,7% e na zona rural de 31,1%. O município, portanto, ainda apresenta grande desafio na área educacional.

A prefeitura do Ipojuca bem como o governo estadual atuou na qualificação profissional com vista a capacitar a população local. Com a vinda do Estaleiro Atlântico Sul para a região, foi realizada uma parceria público - privado com o governo estadual, municipal e a empresa Estaleiro Atlântico Sul, tendo em vista a necessidade de mão de obra que pudesse atuar no CPIS. Assim, o então diretor de ensino de Ipojuca afirmou que, na parceria, coube ao Estaleiro Atlântico Sul a revitalização do espaço cedido pela prefeitura para realização das aulas. O espaço utilizado ficava na rodovia PE-60 próximo ao rio Ipojuca, local onde anteriormente funcionava um matadouro. Posteriormente, o município do Ipojuca manteve o espaço com recursos próprios. Os cursos oferecidos no espaço que após revitalização passou a ser chamado de “*Nascedouro de Talentos*” tinham duração de três meses e eram voltados para as necessidades do CIPS e do Setor de Turismo do município, afirma diretor de ensino. Foram oferecidos cursos de solda, recepcionista, secretariado, tendo uma duração média de três a quatro meses (BENTO,2014).

No início do boom de Suape, o poder público se deparou com o desafio de atender a demanda do setor industrial por mão de obra qualificada, tendo que capacitar uma população que vinha com níveis baixos de escolaridade. Mas que mesmo assim, de alguma forma, foram inseridas nas frentes de trabalho abertas em Suape. A partir do exposto podemos perceber que algumas iniciativas foram tomadas, embora ainda muito incipientes diante da demanda por qualificação profissional, naquele momento. Além disso, no que diz respeito à população jovem local, nenhuma dessas iniciativas se destinava especificamente ao segmento jovem. Eram iniciativas emergenciais, e por isso mesmo, mais generalizante.

Posteriormente já sob um contexto de crise política e econômica, o território de Suape passa da situação de pleno emprego para o processo de demissões em massa, quando o Brasil parece sentir mais fortemente a crise na segunda década do século XXI. Em 2012, a

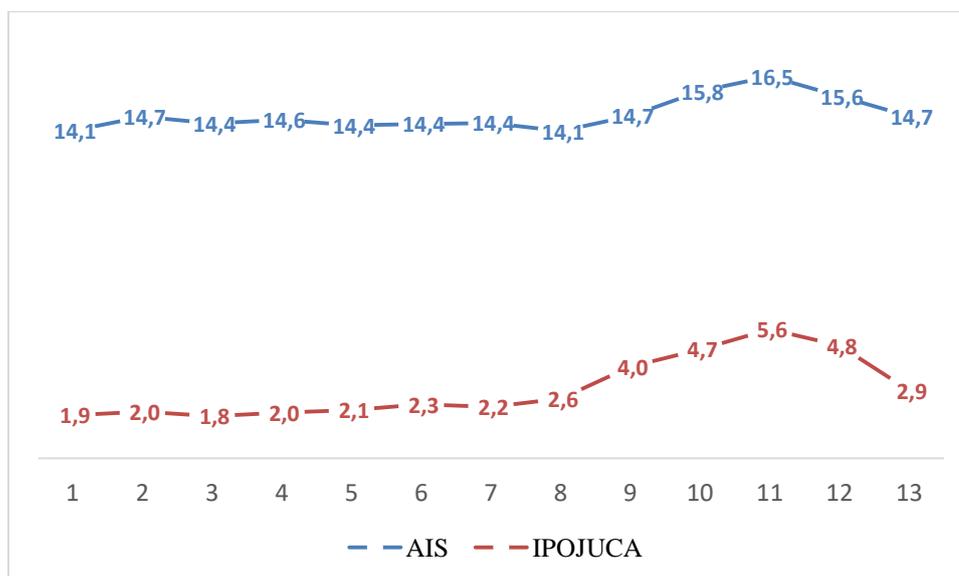
presidenta Dilma Rousseff se pronuncia sobre a crise internacional fazendo um alerta sobre suas consequências no país. Em 2013, os efeitos da crise ainda se fazem sentir, sobretudo, nos países de Centro com o processo de desemprego estrutural que levou milhares de pessoas a ruas. Em 2013, a China passa por um processo de desaceleração e isso sinalizava para o Brasil como algo preocupante tendo em vista que a China se constituía numa importante compradora de nossas *commodities*.

Nos anos de 2014 e 2015, a crise persiste no governo da presidenta Dilma Rousseff, havendo sinais de tensão, desgaste e de quebra de confiança envolvendo empresas brasileiras como superfaturamento das empresas da Petrobrás. Tendo em vista Suape diante deste cenário, a partir do que se divulgava através dos meios de comunicação local e através das falas dos representantes do Suape Global, a estimativa era de serem demitidos em 2015, 37.000 trabalhadores (CAVALCANTI; GODOY; ROCHA, 2015).

Em matéria produzida por Katherine Coutinho (2015, s/p.), publicada no G1, foi apresentado o depoimento de uma moradora local que afirma: “Estou desempregada desde agosto [de 2014], estou colocando currículo em tudo que é lugar. Emprego bom, agora, só em hotel. Voltou a ser um pouco como era antes [das obras]. [...]”. Esse é o contexto atual, demissões crescentes que diminuem o poder de consumo da população local que, por sua vez, afeta seriamente os comerciantes locais e nessa roda viva a população jovem local enxerga a redução das oportunidades de inserção no mercado de trabalho local.

Segundo França (2015) a partir de dados da PNAD, a taxa de desocupação das pessoas de 15 anos ou mais no Brasil em 2012 foi de 6,1% enquanto que no Nordeste essa taxa no mesmo ano era de 7,6%. Em 2013, a referida taxa era de 6,5% para o Brasil e 7,9% para o Nordeste. O crescimento do desemprego na região acompanha o crescimento nacional. Ao analisarmos a taxa de empregos formais de jovens em Pernambuco, percebemos que a taxa de participação do estoque de empregos formais da AIS e de Ipojuca obteve decréscimo significativo no período de 2012 a 2014, como podemos observar no Gráfico 3.3. A AIS representava em 2012, 16,5% dos empregos formais de jovens de Pernambuco, no ano seguinte, a taxa variou para 15,6% chegando em 2014 a 14,7%. Os empregos formais de jovens de Ipojuca representavam em 2012, 5,6% dos empregos formais de jovens de Pernambuco, passando a representar no ano seguinte 4,8% e chegando em 2014 a 2,9%. Dessa forma, o decréscimo dessa taxa reflete o aumento do desemprego na região nos últimos anos.

Gráfico 3.3 - Evolução da Participação relativa (%) do estoque de empregos formais de jovens da AIS e Ipojuca - 2002-2014^(*)



^(*)O número 1 - corresponde ao ano de 2002; 2- ao ano de 2003 e assim por diante até o número 13 que representa o ano de 2014.

Fonte: Elaboração própria

CAPÍTULO 4. A QUESTÃO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO EM IPOJUCA NA PERSPECTIVA DOS ATORES LOCAIS

Este capítulo busca analisar a oferta das políticas de qualificação profissional desenvolvidas nas diferentes esferas estatais (federal, estadual e municipal) no município de Ipojuca destinadas aos jovens locais. Através da realização de entrevistas com gestores locais e com representante da secretaria de Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação do governo do estado de Pernambuco buscou-se compreender o estado da arte dessas políticas voltadas aos jovens no município. Também foram realizadas entrevistas com gestores do Instituto Federal Tecnológico de Pernambuco (Campus Ipojuca)- tendo em vista que o IFPE é uma medida do governo federal na localidade. Além disso, foram realizadas entrevistas com uma amostra de jovens estudantes do referido instituto através das quais buscou-se investigar as expectativas educacionais e ocupacionais dos jovens locais, bem como, averiguar qual a percepção dos jovens do município no que tange a ampliação de sua possibilidade de inserção no mercado de trabalho e perspectiva de futuro diante do contexto no qual estão inseridos.

No município do Ipojuca, em 2007, foi implantado o Instituto Federal de Educação – IFPE, reflexo da expansão do ensino superior público ocorrida durante o governo do ex-presidente Lula, tendo se constituído numa iniciativa de qualificação de grande envergadura para a região. Em entrevista que nos foi fornecida pela coordenadora de registros acadêmicos e diplomação do IFPE campus Ipojuca, esta informou que o Instituto, no segundo semestre de 2015¹⁶, contava com 744 alunos matriculados, ou seja, alunos que estavam frequentando e cursando ao menos uma disciplina no instituto, inclusive os que estavam cursando disciplinas fora da periodização regular dos cursos ou “desblocados”. Esse número abarca alunos dos níveis técnicos, da licenciatura e participantes do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). O número de alunos prováveis concluintes, ou seja, os que já concluíram todas as disciplinas previstas no perfil curricular dos cursos, com exceção do estágio, a coordenadora não soube precisar quantos são.

No IFPE também foi entrevistada a coordenadora de Desenvolvimento de Ensino, que trabalha no instituto desde 2015. Ao responder a questão sobre o processo de escolha dos cursos a serem ofertados no instituto, ela explicou que todos os institutos federais possuem autoridade para criar ou extinguir cursos conforme a necessidade local. Na formulação dos

¹⁶No Instituto houve greves por isso o período 2015. 2 começou em novembro de 2015 e foi até abril de 2016. O período 2016.1 só começou em junho de 2016.

planos pedagógicos de curso há uma discussão que ultrapassa a comunidade interna, portanto, a comunidade local também participa da discussão sobre a criação de novos cursos, afirmou a gestora. Assim, os cursos que foram implementados na instituição foram reflexos dessas discussões.

Atualmente os cursos técnicos no campo Ipojuca são cinco: Automação Industrial, Química, Petroquímica, Segurança do Trabalho e Construção Naval. Além destes, existem o curso de Licenciatura em Química e os cursos dos projetos desenvolvidos no instituto como o PROEJA. Segundo a gestora, a modalidade PROEJA desenvolvida no Instituto é constituída por jovens que não concluíram o ensino médio na idade adequada e estão em uma formação complementar no IFPE. Estes alunos cursam o ensino médio em uma das escolas públicas do município e, concomitantemente, cursam disciplinas de formação técnica no Instituto. A gestora não soube precisar o tempo que esses alunos passam no instituto, mas acredita que seja em torno de 12 a 18 meses e afirma que eles saem de lá já com um curso técnico concluído.

No Instituto Federal Campus Ipojuca os cursos foram pensados para atender as demandas da localidade diante da nova dinâmica impressa por Suape, tendo sido criado no momento do ápice de seu desenvolvimento. Ela explica que, embora o foco do instituto seja a qualificação da mão de obra para indústria, a formação dos alunos não só perpassa pela dimensão técnica, nem é voltada apenas para o trabalho. A formação dos alunos do IFPE teria um caráter mais holístico. *“Uma das nossas missões é voltada para a cidadania, também para a formação[...] digamos assim, no sentido mais holístico, integral do ser humano.”* Apesar de ter como missão uma formação mais holística, a gestora afirma que ainda há dificuldade por parte de alguns professores, em entenderem que a formação não deve ser estritamente técnica. A fala da gestora parece coadunar com a proposta do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), instituído em 2003, no governo Lula, quando dentre outras coisas, propõe um entendimento da qualificação para além da pura integração produtiva. Entretanto, essa premissa do Plano, ao que parece, esbarra na concepção de qualificação de alguns professores do IFPE Ipojuca.

No que diz respeito a possíveis parcerias do IFPE Ipojuca com empresas para inserção dos alunos no mercado de trabalho, ela explica que há uma coordenação de estágios no instituto que faz uma articulação com as empresas para alocar os alunos do IFPE nas vagas de estágio que são ofertadas. Para que o aluno conclua seus cursos se faz necessário o cumprimento de, no mínimo, 420 horas de estágio curricular. Portanto, é de responsabilidade dessa coordenação fazer parcerias com empresas públicas e/ou privadas.

Sobre as possíveis parcerias existentes com a Prefeitura de Ipojuca, Secretarias de Educação e Secretaria de Juventude do município, a gestora afirma que a parceria existe, mas não em termos financeiros. Existem parcerias em relação a projetos sociais e a gestora explica que fica a cargo da coordenação de extensão do Instituto o diálogo com representantes do governo local no desenvolvimento de projetos. Ela exemplificou isso com um dos projetos que foi voltado para escolas municipais do Ipojuca no qual professores e alunos ofereceram palestras sobre questões de saúde pública, como o combate e proliferação do mosquito *Aedes Aegypti* na localidade.

Questionada se haveria outro tipo de parceria, ou seja, alguma parceria com o poder público local que estimulasse a entrada de jovens locais no Instituto, com vista à qualificação profissional destes, a entrevistada explicou que houve, num primeiro momento, um curso preparatório para o vestibular em que os professores do Instituto lecionavam para jovens locais, mas atualmente isso não mais ocorre. Tendo em vista um número alto de desistência de alunos em cursos oferecidos pelo instituto, foram criadas ações como o Pró IFPE visando à permanência dos alunos, como a bolsa de assistência estudantil do IFPE. Também foi realizada parceria com a prefeitura de Ipojuca para que ela garantisse o transporte desses alunos. Ainda sobre ações voltadas para permanência dos alunos no instituto, a gestora afirma que aulas de reforço estão ocorrendo para alunos dos primeiros períodos, tendo em vista que a evasão ocorre principalmente nos períodos iniciais de cada curso. Essas aulas de reforço tiveram início recentemente, portanto, ainda não se pode constatar os efeitos, explica.

O baixo dinamismo vivenciado em Suape, nos últimos anos, reverberou numa retração das vagas de estágio que chegavam ao instituto, desse modo, a gestora explica que houve reunião para que os planos pedagógicos dos cursos sofram mudanças e as atividades de monitoria e extensão, por exemplo, possam agora contar como práticas profissionais. Entretanto, até o momento de realização da entrevista, o estágio obrigatório só era cumprido através das atividades realizadas nas indústrias. Segundo a entrevistada, outro efeito desse novo momento na região, é que no Instituto Federal Campus Ipojuca está havendo a discussão da extinção ou mesmo reformulação do curso técnico de Petroquímica.

De acordo com o documento Balanço de Gestão e Atividades de 2015, do IFPE campus Ipojuca no que diz respeito à questão de estágio:

O Campus Ipojuca celebrou 13 convênios diretos de estágio em 2015, totalizando 71 convênios vigentes com empresas e centrais de estágio. Em 2015, apesar das dificuldades impostas pelo menor ritmo de atividade econômica no país, foram assinados contratos para viabilizar o estágio de 138 estudantes (IFPE, 2016, p. 9).

Na tentativa de compreender o que estava sendo realizado por parte do governo do Estado de Pernambuco em termos de qualificação profissional voltadas aos jovens do município do Ipojuca foi realizada entrevista com a Gerente Geral de Qualificação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa Trabalho e Qualificação. Na entrevista a gestora informou que não há nenhuma política de qualificação profissional voltada diretamente para o público jovem. As iniciativas e programas destinados ao município eram generalizantes. A entrevistada menciona que em Ipojuca foi desenvolvido anos atrás o projeto Polo Naval de qualificação. Esse projeto ocorreu em parceria com o Sistema “S” com o SENAI, prefeituras e Estaleiros foram voltados para a promoção de cursos de instalador de tubulação industrial, caldeireiro montador, eletricitista industrial. A gestora cita o PROJOVEM como importante política de qualificação, entretanto afirma que ele não é mais executado pela Secretaria desde 2013.

No que diz respeito às iniciativas da Prefeitura do município do Ipojuca em relação à qualificação profissional, estas são desenvolvidas no Centro Municipal de Educação Profissional (CEMEP). O referido centro foi implantado em junho de 2015, segundo seus representantes, depois de um estudo realizado pela prefeitura sobre as condições de empregabilidade e renda no município, que refletiu na elaboração de um diagnóstico da educação profissional do município. O baixo nível educacional se constituía num dos grandes entraves do município, o que se refletia numa absorção débil da população local, principalmente aos empregos gerados no Complexo Industrial Portuário de Suape. A partir disso foi criado o CEMEP, já num contexto de baixo dinamismo da região com demissões em massa em Suape. De acordo com entrevista cedida pelo Coordenador pedagógico e pelo Analista de Projetos Sociais do CEMEP, o centro, apesar de desenvolver políticas de qualificação sem delimitar faixa-etária específica, foca na qualificação da aprendizagem, portanto seu público maior é de jovens entre 17 a 20 anos. Eles afirmam que esse recorte se dá porque o centro encaminha esses jovens para o programa *Jovem Aprendiz*¹⁷ que envolve parceria também com o empresariado local, principalmente com empresas em Suape. Os principais parceiros em relação à alocação dos jovens que participam do Centro seriam os Estaleiros, tanto o Estaleiro Atlântico Sul, quanto o Vard Promar. As funções que esses

¹⁷ O programa Jovem Aprendiz é uma iniciativa do governo federal que define que as empresas devem possuir programas de aprendizagem capacitando jovens. Desde os anos 2000 através foi aprovada a lei brasileira do Aprendiz determinando que toda empresa de grande e médio porte deve ter de 5% a 15% de aprendizes (para mais informações vide lei Lei No 10.097, de 19 de dezembro de 2000).

jovens ocupam, segundo os entrevistados, se concentram nas áreas de administração e produção (caldeireiro, soldador, eletricitista).

De acordo com nossos entrevistados, a parceria entre CEMEP e empresariado local se dá através do programa Jovem Aprendiz. A prefeitura, através do CEMEP, oferece um curso de duração de quatro meses aos jovens oriundos, em sua grande maioria, de escolas municipais e estaduais localizadas em Ipojuca, principalmente jovens do segundo e terceiro ano do ensino médio. Esse curso funciona como uma espécie de reforço escolar, no qual os jovens assistem aulas de português, matemática, informática, ética, cidadania e boas práticas. Após esse período, o Centro funciona como interlocutor, contatando empresas da região, solicitando vagas para o projeto Jovem Aprendiz. As empresas, por sua vez, contratam uma instituição de ensino para capacitar esses jovens, que passam a receber uma bolsa e, depois de seis meses de curso, passam a atuar na empresa.

De acordo com os entrevistados, é de responsabilidade da empresa acionar uma instituição para tal capacitação, mas via de regra as empresas locais fazem parcerias com o SENAI. Mas, de acordo com os entrevistados, o CEMEP também oferece cursos de qualificação para jovens que não estejam dentro da faixa-etária contemplada pelo programa Jovem Aprendiz, bem como para um público de mais idade. Mas, nesse caso, o centro faz parceria direta com o Sistema “S” como o SENAC oferecendo cursos de cabeleireiro, manicure, dentre outros.

Ainda sobre iniciativas de qualificação profissional no município, a Secretaria de juventude realiza algumas ações focalizadas junto ao sistema “S”. De acordo com o seu Diretor Administrativo Financeiro, a Secretaria, junto a FECOMÉRCIO desenvolve no município o fomento ao empreendedorismo, através do projeto FORME (Formação Empreendedora). Segundo o entrevistado, cursos são oferecidos através da parceria com a Fecomércio, destacando-se os cursos de corte e costura, cabeleireiro, manicure,. Nos quais se incentiva o empreendedorismo junto ao SEBRAE.

A partir das entrevistas com os gestores vinculados a instituições, programas e iniciativas de qualificação profissional realizadas no município podemos perceber que o conceito de empregabilidade se encontra presente nestas práticas. É válido ressaltar que a ideia de “empregabilidade” foi disseminada na década de 1990, direcionando as políticas de qualificação da época. As atividades do PLANFOR, de acordo com Prestes (2006), foram voltadas para ações de qualificação atreladas ao mercado informal ou mesmo para aquelas que exigiam baixa escolaridade como a de cabeleireiro, dentre outras. O Plano Nacional de qualificação traz para a discussão o conceito de “empregabilidade”, entretanto Costa (2006)

afirmava que o PLANFOR deixaria como herança o “mito da empregabilidade” na fala de muitos gestores que a entendem de maneira estritamente técnica.

A partir disso, entendemos que as iniciativas de qualificação oferecidas pela Secretaria de Juventude e as iniciativas do CEMEP para jovens acima dos 20 anos são iniciativas junto ao sistema “S”, que visam à formação dos jovens locais para execução de atividades que exigem um baixo nível de escolaridade e com a realização de cursos de curta duração, se aproximando do entendimento de qualificação profissional que prevalecia na década de 1990. Mas é preciso questionar quanto à efetividade desses cursos para os jovens locais, ou mesmo, quanto ao campo de possibilidades desses jovens, mediante a esses cursos, é mister questionar a ampliação de suas perspectivas profissionais mediante a esses cursos de curta duração.

No caminho para responder a um dos objetivos deste trabalho consideramos a *articulação* como categoria a ser analisada. Isso porque entendemos que, para uma maior efetividade da política pública, é mister a articulação entre as esferas estatais: federais, estaduais e municipais na sua implementação. Dentre as principais políticas voltadas para o combate do desemprego juvenil, no Brasil, estariam às diretrizes voltadas para a qualificação da mão de obra, sobretudo os cursos profissionalizantes seja ele de curta ou de média duração “(através do Sistema “S”, do Ministério do Trabalho, as Secretarias estaduais e municipais do Trabalho e do Fundo de Amparo ao Trabalhador- FAT), além dos cursos com maior duração das escolas técnicas federais, estaduais e municipais.” (SILVA FILHO, 2014, p.61).

Ao analisar as políticas implementadas pelo Governo do Estado de Pernambuco e município do Ipojuca percebemos uma debilidade na articulação entre essas esferas federais. Na Secretaria de Juventude do município foi perguntado ao gestor se há parceria entre governo do estado de Pernambuco e o município do Ipojuca quanto políticas de qualificação profissional voltada para jovens do município do Ipojuca, o gestor responde que não, pois as atividades locais implementadas pela Secretaria, estão bem desenvolvidas. Ao ser perguntado sobre possíveis parcerias entre Governo do Estado e Prefeitura de Ipojuca, um dos gestores do CEMEP sobre o Governo do Estado afirma:

“Eles traziam cursos pra gente que não tinha nada a ver com o momento. Que a demanda do mercado não é mais. Nesses programas do Estado tem que haver reformulação, direcionamento para região para ver quais são as demandas necessárias. Porque eles criavam uma demanda e colocavam em todo estado. Sabe lá se aquela região queria ou não, se tinha necessidade ou não!”

De acordo com (PRESTES; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2009) a qualificação, a partir do PNQ, ganhou novos contornos, a política pública de qualificação profissional passa a ser

compreendida na dimensão de direitos sociais, devendo se constituir numa política nacionalmente articulada. O novo desenvolvimentismo carrega em seu discurso uma ênfase nas questões sociais, nas políticas sociais entendidas como mecanismo importante de redução de desigualdade. Segundo (SISCÚ; PAULA; MICHEL, 2005) as políticas sociais e educacionais são de extrema importância para possibilitar o acesso de segmentos mais pobres da população ao sistema econômico e para que a renda seja melhor distribuída. A política de qualificação profissional pode ser entendida como uma importante política social, mas faz-se necessário uma articulação efetiva entre as esferas estatais diante da aplicação dessas políticas públicas. Ao analisar as políticas de qualificação profissional destinadas aos jovens do município percebemos uma debilidade na articulação entre as esferas estatais.

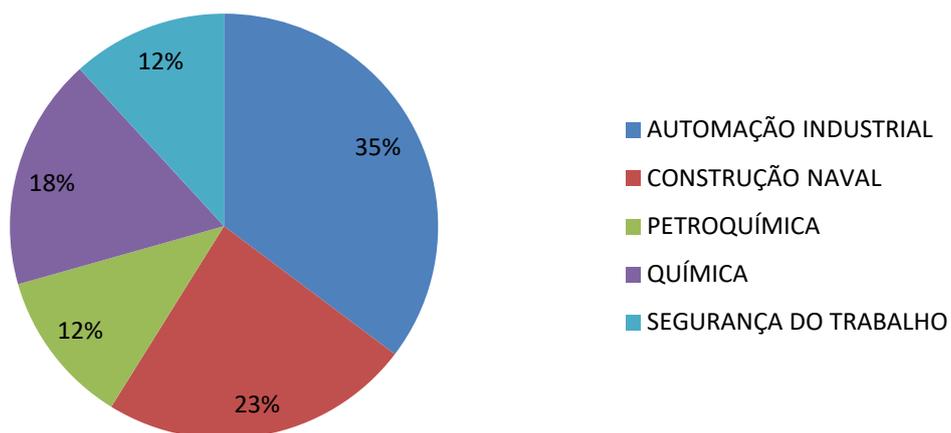
No IFPE Campus Ipojuca, também foram realizadas entrevistas com jovens com o intuito de investigar as expectativas educacionais e ocupacionais dos jovens locais e averiguar qual a percepção dos jovens do município no que tange a ampliação de sua possibilidade de inserção no mercado de trabalho e expectativas no que se refere ao seu futuro profissional. Para tal, trabalhamos com quatro categorias de análise são elas: *motivação, dificuldades no decorrer do curso, mercado de trabalho mediante qualificação e expectativas de futuro*. A amostra foi composta por 17 estudantes, selecionados por acessibilidade e que se dispuseram a participar da pesquisa, dentre os alunos matriculados nos períodos finais (III e IV módulo) dos cinco cursos técnicos oferecidos no instituto. O gráfico 4.1 apresenta a distribuição da amostra de alunos por curso técnico, sendo a amostra formada por alunos dos seguintes cursos: 35% de Automação Industrial; 23% Construção Naval; 18% Química, 12% Petroquímica; e 12% Segurança do Trabalho.

Os alunos entrevistados tinham entre 18 a 27 anos de idade. Conforme a tabela 4.1, a amostra é composta por 58,82% de alunos do sexo masculino e 41,18% do sexo feminino. Desses a grande maioria é solteiro(a) e residente do município do Ipojuca. Dos alunos que compuseram nossa amostra 52,94% residem em Ipojuca, enquanto 35,29% residem na cidade do Cabo de Santo Agostinho, 5,88% Sirinhaém e 5,88% Tamandaré, ou seja, os alunos residem em Ipojuca ou em cidades vizinhas. Outro dado interessante é que 88,24% dos alunos da amostra cursaram o ensino médio em escola pública e apenas 11,76% em escola da rede particular de ensino. Isso demonstra um maior acesso de estudantes de classes populares ao ensino público federal. Podemos inferir isso quando fazemos uma análise em conjunto com a escolaridade dos pais desses jovens.

Em nossa amostra, conforme tabela 4.2, a maioria dos pais dos alunos (47,1%) possui Ensino Médio Completo, e 52,9% das mães estão na mesma categoria. Já na categoria Ensino

Fundamental Incompleto estão 41,2% dos pais e 17,6% das mães, conforme tabela 4.2. Os dados apresentam uma maior representatividade nessas duas categorias, demonstrando que o nível de instrução dos pais e mães, em sua maioria, está abaixo dos filhos.

Gráfico 4.1. Distribuição dos alunos por tipo de curso técnico que frequenta



Fonte: Pesquisa de Campo-2016.

Tabela 4.1. Caracterização sociodemográfica dos estudantes entrevistados, em números percentuais

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS	100%
Sexo	
• Feminino	41,18
• Masculino	58,82
Estado Civil	
• Solteiro(a)	94,12
• Casado(a)	5,88
Local de residência	
• Ipojuca	52,94
• Cabo	35,29
• Tamandaré	5,88
• Sirinhaém	5,88

Fonte: Pesquisa de Campo-2016.

Tabela 4.2. Nível de escolaridade dos pais dos alunos entrevistados

Escolaridade dos pais (%)	Pai (100%)	Mãe (100%)
Ensino Fundamental Incompleto	41,2	17,6
Ensino Fundamental Completo	5,9	5,9
Ensino Médio Completo	47,1	52,9
Ensino Médio Completo + Técnico	-	5,9
Ensino Superior Incompleto		5,9
Ensino Superior Completo	5,9	5,9
Mestrado	-	5,9

Fonte: Pesquisa de Campo- 2016

De um modo geral os alunos entrevistados têm essa percepção de que agora tem mais oportunidades do que seus pais. Uma aluna de 19 anos do curso de química, cujo pai é caminhoneiro e a mãe está desempregada, fala como ela enxerga o acesso ao ensino público federal através do IFPE, demonstrando que ultrapassou o nível de formação dos seus pais e que seu campo de possibilidades é maior que a dos seus pais,

“Meu pai ele tem o segundo grau completo e minha mãe também[...] Eles não fizeram faculdade, nem técnico. Eu sou a única prosseguindo na família além do ensino médio. Eu sou o orgulho da família.”

Nas entrevistas com os alunos do IFPE percebemos que os alunos, de fato, se comparados com a geração de seus pais, eles passaram a ter acesso a espaços antes não ocupados por membros de sua família. Uma aluna de 20 anos, do curso de Segurança do Trabalho, afirma que sua mãe atualmente é diarista, mas que na adolescência chegou a trabalhar no corte da cana-de-açúcar e que teve que aprender a ler sozinha, e só já adulta, é que ela passou a estudar e conseguiu concluir o ensino médio. Os dados acima sobre escolaridade e ocupação dos pais, bem como os relatos das entrevistas sobre o acesso maior ao ensino público que esses jovens afirmam ter em relação a gerações anteriores refletem em suas expectativas educacionais, quando se observa a taxa de 88% dos alunos da amostra que afirmam ter vontade de continuar os estudos após o término do curso técnico e que 12% deles já fazem curso superior em paralelo com o curso técnico.

Um dos nossos objetivos, como dito anteriormente, foi de investigar as expectativas educacionais e ocupacionais dos jovens locais; assim para responder esse objetivo criamos as categorias *motivação e dificuldades no decorrer do curso*. No que diz respeito à *motivação* dos jovens a buscarem cursar um curso técnico os alunos atribuíam a causas diversas, mas as respostas que mais apareceram na falas deles, conforme tabela 4.3, foram *maior oportunidade*

de emprego (29, 41%), seguida por *busca por qualificação* (17,65%), *tempo de conclusão curto* (17,65%), *formar uma base antes de cursar graduação* (17,65%), *perspectivas positivas dado CIPS* (11,76%). Em relação à escolha do curso técnico a ser cursado as justificativas mais recorrentes foram, *afinidade com a área do curso* (41,18%), seguido por *maior oportunidade de emprego* (23,53%), ainda conforme tabela abaixo.

Tabela 4.3. Motivação para cursar o curso técnico/profissionalizante

MOTIVAÇÃO DE CURSAR CURSO UM TÉCNICO/ PROFISSIONALIZANTE	TOTAL	%
Maior oportunidade de emprego	100	29,41
Busca de qualificação	100	17,65
Tempo de conclusão curto	100	17,65
Formar uma base antes de cursar graduação	100	17,65
Perspectivas positivas dado CIPS	100	11,76
Complemento ao curso superior	100	5,88
Não ter sido aprovado em vestibular para ensino superior	100	5,88
Maior parte prática no curso técnico do que na graduação	100	5,88
Proximidade da residência	100	5,88
MOTIVO DA ESCOLHA DO CURSO	TOTAL	%
Afinidade com a área	100	41,18
Dentro dos cursos ofertados pelo IFPE-IPOJUCA foi o que mais se identificou	100	5,88
Atua/atuava em área correlata e buscava mais qualificação	100	5,88
Boa remuneração	100	11,76
Maior oportunidade de emprego	100	23,53

Fonte: Pesquisa de Campo-2016.

No que diz respeito *dificuldades no decorrer do curso*, conforme tabela 4.4. 82,35% dos informantes sentiram dificuldade na assimilação dos conteúdos das disciplinas e 11,76% declarou que não passou por tais dificuldades, enquanto 5,88% não responderam. É válido ressaltar que a maioria dos estudantes são oriundos de escolas públicas e foi recorrente na fala dos entrevistados, principalmente dos cursos que requerem uma base de exatas forte como Automação Industrial, Química e Construção naval, cursos em que há uma evasão significativa dos alunos devido às dificuldades na assimilação dos conteúdos disciplinares.

Segundo um aluno de Automação Industrial, “*O curso é meio difícil e a transição do ensino médio pra cá em relação algumas matérias a gente não tem, aí é meio complicado.*” Esse mesmo aluno fala que por ter vindo de escola pública muitos conteúdos que deveriam ser vistos no Ensino Médio, ele teve que aprender em poucas aulas no IFPE “*Aqui praticamente teve uma matéria: fundamentos elétricos, do ensino médio, aqui ela foi dada em uma aula*

só”. Uma aluna de 19 anos do Curso de Química fala sobre a dificuldade na assimilação de algumas matérias:

“Eu não tenho a formação de base do ensino fundamental, por exemplo matemática, tão efetiva como eu deveria ter. Então em algumas matérias de cálculo eu fiquei bombardeando um pouco, balanceando um pouco. Mas deu pra seguir”.

As queixas sobre a dificuldade em acompanhar a contento os conteúdos disciplinares foram recorrentes. A resposta que mais apareceu na fala dos nossos entrevistados atribuía a dificuldade na assimilação dos conteúdos das disciplinas à ausência *de base educacional adequada* (42,86%), por não terem tido uma base escolar adequada no Ensino Fundamental e Médio. Outra resposta recorrente era atribuída ao fato de ter que conciliar o curso técnico com o curso superior que também fazem (14,29%) (ver tabela 4.4).

Tabela 4.4. Dificuldade em assimilação do conteúdo das disciplinas

Variável de análise	%
SIM	82,35
Ausência de base educacional adequada	42,86
Dificuldade em conciliar com outro curso (superior/técnico)	14,29
Desconhecimento das disciplinas mais específicas	7,14
Dificuldade em conciliar trabalho e o curso	7,14
Excesso de faltas por conta de doença	7,14
Falta de base educacional adequada e falta de motivação	7,14
Falta de estrutura de laboratório e faltas de professores.	7,14
Falta de tempo para estudar	7,14
NÃO	11,76
NÃO RESPONDEU	5,88
TOTAL	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo -2016

Ao serem perguntados sobre a existência de possíveis parcerias entre o IFPE Ipojuca com empresas de Suape e no seu arredor com vista a uma maior alocação dos alunos da instituição aos postos de trabalhos dessas empresas 5,9% não soube responder, 23,5% disseram não haver parcerias, enquanto que 70,6% afirmaram que as parcerias existem. Entretanto, afirmaram que mesmo que as parcerias existam, na prática elas não são tão eficientes tendo em vista a dificuldade de se conseguir estágio nas empresas.

De acordo com aluno de 24 anos, do curso de Construção Naval, o IFPE afirma possuir convênios com as empresas, mas, ele diz que esses estágios não o contemplaram nem

contemplaram seus colegas de construção naval ou mesmo colegas dos outros cursos do instituto. Em suas palavras: *“Eles falam que possuem 526 convênios com empresas. Mas a gente não vê isso. Quem fala isso é o diretor. Mas a gente não vê de nenhum curso.”*

A fala de um aluno de 23 anos, do curso de Química, também expressa o descontentamento com a falta de articulação do campus no estabelecimento de parcerias com empresas para absorção dos alunos do instituto no quadro das empresas locais. Ele compara o IFPE Ipojuca ao SENAI instalado na cidade do Cabo de Santo Agostinho e afirma,

“O campus não se movimenta para dar esse suporte pra gente como no SENAI. O SENAI é um curso mais prático e você tem mais facilidade de conseguir estágio lá. [...] Eu acho um grande problema, defeito do campus: ele exigir que a gente tenha estágio, mas ele não dá suporte pra gente conseguir estágio.”

Essas falas refletem o descontentamento dos alunos frente à atuação do campus na questão dos estágios. Essas queixas refletem, portanto, uma das dificuldades que os alunos encontraram no decorrer do curso. A queixa sobre a omissão do campus na articulação com empresas era recorrente na fala de muitos alunos, denotando o fraco papel do IFPE na interlocução com as empresas da AIS para absorção dos alunos.

No que diz respeito à percepção dos jovens em relação ao *Mercado de trabalho mediante qualificação*, ao serem perguntados sobre as possíveis dificuldades na busca emprego/estágio em Suape e nos arredores, 52,9% da nossa amostra afirmou que já tentou buscar emprego e/ou estágio em Suape e nos arredores, 35,3% dos alunos disseram que não procuraram e 11,8% não respondeu. Quando perguntados sobre o resultado dessa tentativa, 58,82% dos alunos responderam que não conseguiram e 41,18% não responderam (tabela 4.5).

Os entrevistados falaram recorrentemente que inicialmente os postos de trabalho que exigiam maior qualificação ficavam a cargo de mão de obra qualificada vinda de fora. Um dos entrevistados relata que atualmente a região já tem profissionais formados em Construção Naval e que esses profissionais deveriam atuar nas empresas da localidade. Entretanto, os profissionais formados na localidade acabam atuando muitas vezes em outras ocupações que não a de técnico, o técnico naval vem de fora e as pessoas da localidade que possuem a mesma formação atuam como auxiliares desse técnico afirma o entrevistado. Ainda segundo ele,

“Aqui no curso técnico de construção naval é muito raro ter uma pessoa que estudou aqui no instituto federal e está trabalhando como técnico. Aí está lá ajudando alguém em outra função ou ajudando outro técnico de outro estado que veio pra aqui trabalhar e está como técnico no lugar”.

Além disso, outra dificuldade quanto à inserção do profissional técnico local nas empresas em Suape é que pessoas com outras formações ou qualificações acabam sendo contratadas pelas empresas da região para ocupar as vagas que deveriam ser preenchidas por profissionais técnicos. De acordo com um aluno de Química, *“Cargos que eram exclusivos de técnicos, a empresa colocava funcionários de outras áreas pra atuar nelas. As empresas dão seu jeito”*. Outra queixa em relação à dificuldade na inserção dos técnicos formados na localidade nas empresas em Suape seria a seletividade do mercado de trabalho em Suape. De acordo com estudante de Construção naval *“Em Suape tem muito Q.I¹⁸, né? Como a gente fala: Quem indique. Esse Q.I vem mais de fora. Daqui se contrata mais mão de obra braçal”*

Tabela 4.5. Busca de inserção no mercado de trabalho dos alunos entrevistados

VARIÁVEL DE ANÁLISE	%
TENTATIVA DE EMPREGO/ESTÁGIO EM SUAPE E ARREDORES	
Sim	52,9
Não	35,3
Não respondeu	11,8
Total	100,0
RESULTADO DESSA TENTATIVA DE EMPREGO/ESTÁGIO EM SUAPE E ARREDORES	
Não conseguiu	58,82
Não respondeu	41,18
Conseguiu	-
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo -2016

Uma questão que os informantes trouxeram foi à saturação de algumas profissões na região. O curso de Petroquímica, por exemplo, corre o risco de ser extinto no IFPE Ipojuca. Isso foi exposto pela gestora do instituto e também por alunos do curso. De acordo com um aluno de Química deveria haver uma análise de mercado em relação aos cursos do campus Ipojuca,

“[...] porque hoje a situação do país não é a mesma que foi há cinco ou dez anos atrás, quando isso aqui foi idealizado. O mercado de trabalho pra Petroquímica saturou, pra segurança do trabalho também está um pouco saturado.”

¹⁸Quando a entrevistada fala em Q.I ela está se referindo a uma abreviação de uma expressão coloquial: Quem indica- trata –se de pessoas influentes em determinada empresa que indicam diretamente quem deve ocupar a vaga interferindo, de maneira arbitrária, no processo seletivo.

A falta de estágios foi uma queixa constante dos alunos. Os alunos afirmam que falta uma articulação maior do IFPE com empresas locais na busca por estágios para os alunos e também para divulgação sobre a área de abrangência dos cursos. De acordo com uma de nossas entrevistadas, a falta de conhecimento sobre os ramos de atuação que o profissional formado em Petroquímica pode atuar, reflete numa dificuldade da inclusão desse profissional no mercado de trabalho. Ainda de acordo com a aluna de Petroquímica

As empresas acham que a gente só trabalha com derivados de Petróleo, mas não é bem assim. A gente trabalha no ramo de automação também. E por esse fator falta mais assistência do IFPE, justamente pra isso, pra divulgar a área do curso. [...] a gente trabalharia na área de tratamento de efluentes, na área de automação – não na parte de controle, a gente poderia trabalhar em alguns processos. Então assim, não é bem derivados de petróleo.

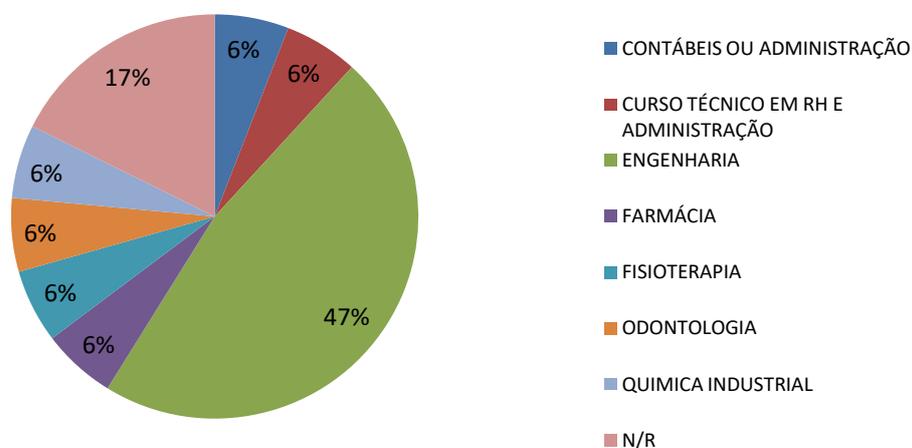
Sobre quais as *Expectativas de futuro* 88 % dos entrevistados afirmam que desejam continuar a estudar após a conclusão do curso, enquanto que 12% afirmam que já estão com um curso superior em andamento, portanto, fazem o ensino técnico e superior concomitantemente. A maioria dos alunos entrevistados, 65%, deseja continuar na área de estudo dos cursos técnicos, não deseja mudar de área enquanto 29% desejam mudar de área e 6% não soube responder (tabela 4.6).

Dos cursos que pretendem fazer após a conclusão do técnico, conforme Gráfico 4.2, cursar engenharia representa o desejo da maioria da amostra, já que 47% desejam fazer engenharia, uma vez concluído o curso técnico. Ainda sobre os cursos que desejam fazer após concluir o técnico, 6% afirmou que pretendem cursar farmácia, 30% outros cursos e 17% não soube responder. É válido ressaltar que dos cursos superiores mencionados pelos alunos apenas engenharia e farmácia são cursos que se relacionam com cursos técnicos ofertados pelo Instituto. O curso de farmácia se relaciona diretamente com o curso técnico de Química e Engenharia perpassa as áreas dos cinco cursos técnicos oferecidos no IFPE Ipojuca, sendo as mais citadas pelos alunos, Engenharia Mecânica e de Produção.

Tabela 4.6. Expectativa de futuro dos alunos entrevistados

VARIÁVEL DE ANÁLISE	%
DESEJO DE CONTINUAR A ESTUDAR APÓS CONCLUÍDO O CURSO TÉCNICO.	
Sim, já tem curso superior em andamento	12
Sim	88
Não	0
Total	100
DESEJO DE MUDAR DE ÁREA AO FINAL DO CURSO.	
Sim	29
Não	65
Não sabe	6
Total	100
PERSPECTIVA DE INSERÇÃO EM EMPRESA DE SUA PE E/OU NO ARREDOR.	
Sim	47,06
Não	11,76
Não sabe	17,65
Não respondeu	23,53
Total	100
PRETENSÃO ENTRE FICAR NA LOCALIDADE OU MIGRAR.	
Ficar	41,18
Migrar	17,65
Não sabe	35,29
Não respondeu	5,88
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo -2016.

Gráfico 4.2. Cursos que os alunos entrevistados pretendem fazer após concluir o curso técnico (%)

Fonte: Pesquisa de Campo-2016.

Quando perguntados se uma vez terminado o curso pretendiam ficar na localidade ou migrar, 41,18% afirmaram o desejo de ficar na localidade (conforme tabela 4.6.), enquanto 17,65% expressaram o desejo de migrar e 5,88% da amostra não soube responder. Do total 35,29% não sabiam precisar, pois segundo eles a escolha de ficar ou não dependia em sua maioria das oportunidades de emprego ofertadas pela região.

Diante das entrevistas realizadas com jovens locais, ficou claro que apesar dos alunos entrevistado perceberam e sentirem a retração no mercado de trabalho local nos últimos anos, eles enxergam as possibilidades futuras com otimismo. Pois partiram de contextos de maiores privações do que vivenciam atualmente. Foram recorrentes as falas sobre pais que trabalhavam em empregos de baixa qualificação (manguezais ou no corte da cana - de-açúcar, ou mesmo como mecânico em usinas da região) e que não tiveram as mesmas oportunidades de acesso à educação pública que eles estão tendo.

Uma das alunas entrevistadas, de 27 anos do curso de Construção Naval, afirmou que participou e atuou nas frentes de trabalho abertas por Suape desde o *boom* da região em 2007. Foi aluna de um projeto de capacitação profissional realizado em parceria com prefeitura, governo do Estado de Pernambuco e Estaleiro Atlântico Sul denominado *Novos talentos*, projeto esse já tratado neste trabalho. A aluna começou no Projeto com uma bolsa mensal de pouco mais de R\$100,00 durante sua capacitação, foi contratada como soldadora e em cerca de dois anos passou a receber R\$1.700,00, devido à contínua capacitação dela, ofertada nesse estágio, pela empresa. Foi promovida a Líder operacional de solda (Encarregada de solda) chegando a receber mensalmente R\$4.500,00 até sua demissão em 2015, devido ao processo de demissões em massa em Suape, ela explica. A mesma afirma que entrou no curso técnico em construção naval porque queria se qualificar mais e o curso tem a ver com a função que desempenhava no estaleiro e diz *“Eu estou com esperança de até o final do ano voltarem a contratar”*.

Ao afirmarmos que os jovens, de maneira geral, enxergam com otimismo as possibilidades de futuro, não estamos negando o reconhecimento por parte deles de que a retração no mercado de trabalho está afetando suas possibilidades de inserção nos postos de trabalho da localidade. Contudo, diante desse contexto de baixo nível de emprego é notória a percepção deles de que a qualificação profissional é fundamental para aumentar suas possibilidades dentro desse cenário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Complexo Industrial Portuário de Suape, localizado no estado de Pernambuco, no nordeste brasileiro, se constitui num projeto estruturante que, desde 2005, no Governo Lula recebeu uma gama importante de investimentos públicos e privados. Diante da construção de empresas de grande envergadura como a Refinaria Abreu e Lima, o Estaleiro Atlântico Sul e posteriormente a Petroquímica Suape, empresas de diversos ramos e portes se instalaram no CIPS e na Área de Influência de Suape alterando a dinâmica da região e atraindo mais investimentos tanto nacionais quanto estrangeiros.

Utilizando tecnologia amortizada, algumas vezes equipamentos também amortizados, e mobilizando capital local, as grandes empresas estão em condições de instalar indústrias na maior parte dos países de periferia, particularmente se essas indústrias se integram parcialmente com atividades de importação (FURTADO, 1983, p.45).

O Projeto Suape foi retratado tanto pelo Governo Federal como Estadual como um projeto que alteraria positivamente a vida dos Pernambucanos, proporcionando geração de empregos, renda e melhoria das condições de vida. Os investimentos em Suape são reflexos de uma retomada, por parte do Estado brasileiro, de protagonismo atuando no direcionamento dos investimentos e na promoção de políticas industriais ativas no Governo Lula, além de refletir o alinhamento da política entre o governo federal e estadual. O território de Suape, assim, foi tratado pelo poder público, mídia local e nacional como um projeto que levaria progresso, desenvolvimento para o território. Entretanto vale questionar: Que tipo de desenvolvimento foi engendrado no território? Desenvolvimento para quem?

De acordo com Furtado e Fernando Fajnzylber alta produtividade e crescimento econômico, em si, não geram desenvolvimento. É necessária a busca por equidade social, é preciso que haja desconcentração de renda e que o crescimento econômico possa beneficiar o maior número de pessoas. Ao analisarmos o projeto Suape percebemos que ele fez crescer a renda da região, dos municípios que o compõem, do estado de Pernambuco, mas a distribuição de renda ainda é débil. Ao analisarmos o município do Ipojuca, território de influência direta de Suape vimos ao longo deste trabalho, que a taxa média anual do crescimento do município do Ipojuca no período 2000/ 2010 foi de 11, 52% superando a taxa média anual de crescimento do estado de Pernambuco que, para o mesmo período, foi de 4,65%. Entretanto, o índice de gini, analisando o período de 2000- 2010 pouco variou,

passando de 0,53 para 0,50, demonstrando que a concentração de renda ainda é uma realidade imperativa no referido território.

No Brasil e em Pernambuco, este tem sido um dos maiores problemas vistos, o crescimento se concentra nos grandes centros urbanos e polos, principalmente do Sul e do Sudeste, e quando o capital se desloca para áreas menos dinâmicas do país, o faz sob a forma de “enclave” e, mesmo aí, não proporciona um processo de redistribuição capaz de estruturar e tornar um desenvolvimento social que tenha força endógena. O gotejamento, diria Hirschman, é muito parco.

De fato, Suape se transformou num grande canteiro de obras e, como visto, a indústria da Construção Civil alavancou o número de empregos formais na área, abrindo vagas que exigiam pouca qualificação o que possibilitou a mão de obra local pouco qualificada a se inserir no trabalho do setor industrial, garantindo a formalização do emprego para essas pessoas. Porém como vimos no capítulo 3 deste trabalho, a faixa média salarial, via de regra, era baixa. Diante desse contexto a qualificação profissional se colocava como ordem do dia. Na verdade a necessidade de qualificação profissional se coloca ainda hoje no território. Atualmente, o Complexo Industrial Portuário de Suape não vive o mesmo dinamismo dos anos iniciais, a indústria da construção civil desacelerou, assim como a economia. Diante desse contexto, o que percebemos através das entrevistas com os jovens estudantes do IFPE Ipojuca que fizeram parte de nossa amostra é que a busca por qualificação profissional continua como ordem do dia, pois diante de um contexto de retração do mercado de trabalho, obter um curso técnico ou especialização pode representar o diferencial numa seleção de emprego.

Diante do exposto, entendemos qualificação profissional como uma importante política social. Este trabalho analisou a oferta das políticas de qualificação profissional desenvolvidas nas diferentes esferas estatais (federal, estadual e municipal) no município do Ipojuca destinadas aos jovens locais, além disso, investigou as expectativas educacionais e ocupacionais dos jovens locais; bem como qual a percepção desses jovens no que tange a ampliação de sua possibilidade de inserção no mercado de trabalho e sua perspectiva de futuro.

No que diz respeito às políticas de qualificação profissional desenvolvidas no território de análise, o que percebemos é que, desde 2007, com a criação da refinaria algumas ações foram implementadas nesse sentido em Ipojuca seja pelo governo Federal, estadual e/ou municipal. Ainda no ano de 2007 uma iniciativa federal se concretiza no território de análise que foi a instalação do Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET, no município do

Ipojuca, com vistas a qualificação da mão de obra local que pudesse atender as demandas de Suape. Os cursos técnicos lá implantados eram voltados para a área da indústria: automação industrial, segurança do trabalho e química. Posteriormente, o centro passou a ser intitulado como Instituto Federal Tecnológico - Campus Ipojuca, e logo foram criados os cursos técnicos de Petroquímica e Construção naval; além da licenciatura em química. Entendemos o IFPE como uma importante iniciativa em termos de qualificação no território por proporcionar o acesso de jovens pobres e em sua maioria oriundos de escola pública - como pudemos observar na amostra de estudantes analisada nessa pesquisa.

Kliksberg (2006) relata a dificuldade de uma geração a outra romper com o ciclo vicioso da pobreza e afirma que boa parte das famílias em situação de pobreza e pobreza extrema se originam de lares em que os pais tiveram poucos anos de estudo. A partir disso, entendemos que o acesso a uma instituição pública como o IFPE a jovens- que advém de famílias de baixa renda e de pais que possuem um nível de escolaridade baixo, como foi o caso constatado em boa parte de nossa amostra de estudantes, se constitui num aspecto positivo e se revelando numa possibilidade de ampliação de perspectivas futuras desses jovens. Entretanto, para que essa política federal que o IFPE representa seja mais efetiva é mister que haja uma assistência maior do instituto aos alunos. Isso porque foi recorrente na fala deles, a dificuldade em se assimilar os conteúdos das disciplinas – principalmente as disciplinas da área de ciências exatas, por virem de escola da rede pública e não terem uma boa base escolar. Diante da dificuldade na assimilação dos conteúdos o índice de evasão é bastante alto como relatado nas entrevistas.

Os alunos do IFPE entrevistados foram todos de cursos técnicos e estudantes dos períodos finais (III e IV módulo), num total de 17 estudantes de idades entre 18 a 27 anos. As entrevistas com esses jovens estudantes nos mostraram que eles encaram com otimismo suas possibilidades de futuro, tendo em vista que partiram de realidades bem mais restritas do que as que vivenciam hoje. Não raro eram os casos em que os jovens afirmavam que haviam ultrapassado o nível escolar dos pais e afirmavam isso com certa satisfação. Uma das entrevistadas afirmou que ela era o orgulho da família, por ter conseguido concluir o ensino médio e ir além, já que está cursando um curso técnico. Outra entrevistada afirma que a mãe é diarista, mas que na adolescência trabalhou no corte da cana -de -açúcar só conseguindo entrar numa escola já na vida adulta. Ela, diferente da mãe, aos 20 anos concluiu o ensino médio, está prestes a finalizar o curso técnico e já participou de intercâmbio através do programa do governo estadual enquanto estava no ensino médio. A expansão das universidades públicas e Institutos federais que ocorreu nos últimos anos, no governo Lula e

Dilma no bojo do novo desenvolvimentismo refletiu – a análise da nossa amostra ratifica isso- no acesso ao ensino público e na qualificação de pessoas que devido ao contexto familiar e social ao qual estavam inseridos teriam mais dificuldades em romper com o ciclo da pobreza que passa de uma geração a outra. Entretanto, se o acesso é importante não menos crucial é a permanência desses alunos. Nesse sentido, os alunos afirmam que deveria haver mais incentivo por parte do instituto. Eles afirmaram que muitos colegas desistem por não conseguirem acompanhar o conteúdo programático das disciplinas devido ao déficit escolar que possuem. Outra queixa recorrente é quanto a questão do estágio, pois afirmam que o instituto deveria ter uma articulação maior com as empresas de Suape para ajudá-los na inserção do mercado de trabalho.

Sobre como os jovens enxergam suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho local, os jovens entrevistados afirmam que se inserir nas empresas de Suape é tarefa hercúlea, pois segundo eles, mesmo antes da retração do mercado de trabalho, muitas empresas no complexo contratam baseada em indicações pessoais. Acrescenta-se a isso o fato de que num processo seletivo em que duas pessoas com a mesma formação técnica estejam concorrendo, as empresas, segundo nossos entrevistados, dão preferência para o profissional técnico formado em outras regiões do país. Outra dificuldade apontada pelos jovens é que as empresas de Suape cada vez mais solicitam profissionais que atuem em diversas áreas do sistema produtivo, que possa dar conta de todo o processo. A ideia de empregabilidade e polivalência podem ser percebidas no relato dos jovens sobre as exigências das empresas, confirmando que “o emprego dos anos 90 tem um novo conceito: a empregabilidade, conjunto de conhecimentos, habilidades, comportamentos e relações que tornam o profissional necessário não apenas para uma, mas para toda organização” (MTB/SEFOR, 1995, p.12 apud VÉRAS DE OLIVEIRA, 2006, p.19). Aqui a ideia presente, nas empresas, de que o empregado possa atuar em distintas fases do processo de produção, que seja polivalente. De acordo com alguns alunos, eles têm uma determinada formação no instituto, mas quando chegam nas empresas se deparam com o desafio de ter que atuar em várias fases do processo produtivo.

Ainda sobre como os jovens enxergam sua possibilidade de inserção no mercado de trabalho, o que percebemos é que se por um lado são otimistas por terem conseguido o acesso a uma instituição pública, por outro entendem que o contexto atual é de retração da economia e retração das oportunidades de emprego e por isso entendem a necessidade crescente da qualificação para se inserir no mercado de trabalho.

Além da iniciativa do governo Federal com a instalação do IFPE-Ipojuca, iniciativas do governo do estado de Pernambuco e do município do Ipojuca voltadas à qualificação profissional foram instauradas no território. No que diz respeito às iniciativas estaduais e municipais, no que se refere à qualificação, pudemos constatar que há uma articulação débil entre essas esferas. Os gestores que entrevistamos do município do Ipojuca afirmam que as políticas do governo do estado são por demais generalizantes, uma vez que elas, segundo os entrevistados, não contemplariam as reais demandas do município. A gestora do governo do estado, de fato, confirma que há algum tempo não há projetos de qualificação empreendido pela Secretaria de Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação do governo do estado de Pernambuco no município do Ipojuca. O que podemos constatar, a partir das entrevistas, é que os projetos de qualificação para jovens desenvolvidos pela prefeitura do município através do CEMEP e da Secretaria de juventude são projetos que oferecem junto ao sistema “S”, FECOMÉRCIO, projetos esses que estabelecem cursos de curta duração como de cabeleireiro, manicure, cursos voltados para o setor de serviços e que exigem baixa qualificação. É válido questionar até que ponto esses cursos atendem a expectativa da população local. Por outro lado, há no CEMEP cursos voltados para jovens que funcionam como um reforço escolar até a entrada do jovem no programa *Jovem Aprendiz*, e os jovens passam a atuar nas empresas, através do referido programa, geralmente no setor administrativo e na linha de produção como soldador, caldeireiro, em atividades que também exigem pouca qualificação.

As iniciativas em qualificação realizadas pela prefeitura, ou mesmo as iniciativas desenvolvidas pelo governo do Estado se materializam em cursos, via de regra, de curta duração voltados para o setor de serviços ou para postos de trabalho na indústria que exigem baixa qualificação, o que pode reforçar o lugar destinado a mão de obra local. Essas políticas públicas se aproximariam de um caráter emancipatório ou compensatório? Aqui entendemos que no território as políticas destinadas aos jovens em termos de qualificação profissional ainda são incipientes e a articulação entre as esferas federais precisa ser fortalecidas, bem como é mister uma participação maior da sociedade civil nesse processo.

Por fim, entendemos que se é verdade que os investimentos em Suape trouxeram algumas melhorias, sobretudo nos anos iniciais, como a formalização do emprego, o acesso ao ensino público através do IFPE Ipojuca, criado para atender uma demanda de mão de obra qualificada para Suape. Não menos verdadeiro é que a população do município tem déficits educacionais alarmantes que dificilmente serão superados em curto prazo através de programas pontuais de qualificação. Acrescenta-se a isso a pouca articulação entre as esferas

estatais e sociedade civil no processo decisório de ações sobre as políticas de qualificação do território de análise. Desse modo a mão de obra local fica em desvantagem em relação à mão de obra qualificada vinda de outras regiões. Os grandes projetos e investimentos chegam em determinadas regiões de maneira verticalizada e se instalam num território subdesenvolvido sem levar em consideração essas especificidades do território em que se instalam.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora da Fundação Perseu Abramo, 2005.

ACIOLY, Luciana; PINTO, Eduardo Costa; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. **As relações bilaterais Brasil – China**: a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil. Ipea, s/d. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/110408_estudochinaip_eamre.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

AGÊNCIA ESTADO. **Lula defende alinhamento de governos e prefeituras**. G1. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1590702-5601,00-LULA+DEFENDE+ALINHAMENTO+DE+GOVERNOS+E+PREFEITURAS.html>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

AMORIM, Paulo Henrique. Suape é uma revolução em Pernambuco. O pernambucano quer voltar. **Conversa fiada**. 2010. Disponível em: <<http://www.conversaafiada.com.br/economia/2010/04/22/suape-e-uma-revolucao-em-pernambuco-o-pernambucano-quer-voltar>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. Campinas: UNICAMP, 2002.

ARAÚJO, Tania Bacelar de. **Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro** - Heranças e Urgências. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000.

_____. **Nordeste**: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz, et al (Org.). Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

_____. **Nordeste no contexto do desenvolvimento regional do Brasil**: tendências recentes e perspectivas. I Conferência Macrorregional – Nordeste. Salvador, 2012. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=52b256e4-6fcb-4337-bccd-0bed3f406e86&groupId=63635>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. O elogio da diversidade regional brasileira. In: MINEIRO, Adhemar dos Santos; ELIAS, Luiz Antônio, BENJAMIN, César. (Orgs.) **Visões da crise**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BENTO, Debhora Fernanda Custódio. **Desenvolvimento em regiões periféricas**: o impacto do Complexo Industrial e Portuário de Suape sobre o município do Ipojuca – PE. 2014. 46f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais-Bacharelado) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

BOITO JÚNIOR, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Fórum Econômico da FGV, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20Novo%20Desenv%20B>>

R%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv %20-%20PAPER.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BOURDIEU, Pierre; VACQUANT, Loic. A nova bíblia do Tio Sam. Le **Monde Diplomatique**, edição brasileira, ano 1, n. 4, ago. 2000.

BRASIL. **Decreto nº 6.629**, de 4 de novembro de 2008. Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005, e regido pela Lei no 11.692, de 10 de junho de 2008, e dá outras providências.

_____. **Lei Federal nº. 9.649** de 27 de maio de 1998. Artigo 47: altera o art. 3º da Lei Federal nº. 8.948/94. Artigo 66: revoga os arts. 1º, 2º e 9º da Lei Federal nº. 8.948/94.

_____. **Medida provisória Nº 238**, de 1º de fevereiro de 2005. Institui o Programa Nacional de inclusão de jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – Pró-Jovem.

_____. Ministério do Planejamento. **PAC 2º Balanço 2015-2018** (Ano 1). Brasília, 2016.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3.ed. Rio de Janeiro: LTR, 1987.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

BRITO, Leonardo Chagas de. A importância dos estudos sobre interiorização da universidade e reestruturação territorial. **Espaço e Economia**, n. 4, p. 1-15, 2014.

CADRES. **Définir la qualification?** CADRES, n. 313, p. 46-49, jun. 1984.

CARDOSO, Adalberto. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Caderno CRH**. Salvador, v. 26, n. 68, p. 293-314, mai./ago. 2013.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: CASTE, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; WANDERLEY, Mariangela, B. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 1999.

CAVALCANTI, Helenilda; GODOY José Henrique Artigas de; ROCHA, Danielle de Melo. Complexo Industrial Portuário de Suape: Concepção e Marcos temporais. In: CAVALCANTI, Helenilda.(Coord.). **Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, trabalho, condições de moradia, identidade e novas territorialidades**. Recife: Fundaj/Observatório PE/LAEPT, 2015. 352 f. Relatório Final.

_____. Território Estratégico de Suape: caracterização e governança. In: CAVALCANTI, Helenilda.(Coord.). **Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, trabalho, condições de moradia, identidade e novas territorialidades**. Recife: Fundaj/Observatório PE/LAEPT, 2015. 352 f. Relatório Final.

CELADE-CEPAL. **Juventud, población y desarrollo: problemas, posibilidades, y desafíos**. Santiago, 2000.

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Fernando Fajnzylber: **Una visión renovadora del desarrollo de América Latina**. Santiago de Chile: Nações Unidas, 2006.

_____. **Juventude e coesão social na Ibero-América**: um modelo a ser construído. Santiago do Chile: Publicação das Nações Unidas, 2008.

_____. **La protección social de cara al futuro**: acceso, financiamiento y solidaridad, Santiago do Chile: Publicação das Nações Unidas, 2006.

_____. **Panorama social de América Latina**. Santiago do Chile: Publicação das Nações Unidas, 2007.

CEPÊDA, Vera Alves. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, maio/ago. 2012.

_____. **O pensamento político de Celso Furtado**: desenvolvimento e democracia. 2003. Disponível em: < <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=31>>. Acesso em: 10 out. 2015.

_____. Políticas de Desenvolvimento Social e o Nordeste: Um panorama sobre a expansão do ensino superior público federal recente. In: LIMA, Marcos Costa; NASCIMENTO, Angela, (Orgs.). **O Nordeste brasileiro em questão**: uma agenda para reflexão. Recife: UFPE, 2014.

COSTA, Cândida da. Do PLANFOR ao PNQ: mundo do trabalho, qualificação profissional e políticas públicas. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto(Org.) **Qualificar pra quê? Qualificação pra quem?** Do local ao Global: o que se espera da qualificação profissional hoje. São Paulo: Fundação UNITRABALHO; Campina Grande: EDUFPG, 2006.

COSTA LIMA, Marcos. Crise sistêmica, desordem mundial, financeirização e Estado: desafios e oportunidades para os países emergentes. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, v. 23, n. 1, p. 47-77, 2014.

_____. Desenvolvimento e globalização na periferia: o elo perdido. **Perspectivas**, São Paulo, v. 32, p. 15-46, jul./dez. 2007.

_____. Repensando as teorias do desenvolvimento na América Latina e na Índia. **Desigualdade & Diversidade** – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, Rio de Janeiro, n. 7, p. 137-152, jul./dez., 2010.

COUTINHO, Katherine. **Após expansão econômica, Ipojuca tem desemprego e comércio em crise**. G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/03/apos-expansao-economica-ipojuca-tem-desemprego-e-comercio-em-crise.html>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

DAIN, Sulamis; SOARES, Laura T. Reforma do Estado e Políticas Públicas: relações Intergovernamentais e Descentralização desde 1988. In. OLIVEIRA, Marco Antônio de. (Org.) **Reforma do estado e Políticas de Emprego no Brasil**. Campinas: IE/Unicamp, 1998.

DALLA COSTA, Armando et al. **Desenvolvimento e crise na América Latina**. Estado, empresas e sociedade. Curitiba: Editora CRV, 2012.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Emprego e qualificação no Brasil dos anos 90. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de (org.). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas: IF/Unicamp, 1998.

DESTREMEAU, Blandine; SALAMA, Pierre. **Mesures et Démesure de la Pauvreté**. Paris: PUF, 2002.

ELETROBRAS. **Parceria entre Eduardo e Lula começa a dar frutos**. 2007. Disponível em:

<http://www2.eletrosul.gov.br/gdi/gdi/cl_pesquisa.php?pg=cl_abre&cd=gnhaYf29/Rbfe> Acesso em: 01 dez. 2015.

EYRAUD, François. Comparacion internacional de los sistemas de clasificacion. In: JOBERT, Anette et al. **Formación profesional**: calificaciones y clasificaciones profesionales; su influencia en las relaciones de trabajo; la experiencia francesa. Buenos Aires: Piette; Humanitas, 1992.

FAJNZYLBER, Fernando. Industrialização da América Latina: da “caixa preta” ao “conjunto vazio”, 1990a. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org.) **Cinquenta Anos no Pensamento na Cepal**. (Textos selecionados) Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. (1990b) Industrialización en América Latina: de la "'caja negra' ai 'casillero vacío'. Comparación de patrones contemporáneos de industrialización. **Cuadernos de La Cepal**, n. 60 Santiago: CEPAL, 1990.

FERRETTI, Celso João. Brasil: Educação e Formação Profissional nos Anos Recentes. In: **Formação Sindical em Debate** nº II. São Paulo: Escola São Paulo/CUT, 1999.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed. Porto Alegre: Artemed, 2009.

FRANÇA, Sylvia Emanuele Siqueira. **Os Indicadores de Trabalho Decente e um Estudo de Caso para o Mercado Laboral na Região Nordeste nos anos de 2004 e 2013**. 2015. 85 f. Monografia. (Graduação em Ciências Econômicas) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Exclusão e/ou Desigualdade Social? Questões teóricas e político-práticas. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 37, p. 417-442, set./dez. 2010.

_____. Globalização e Crise do Emprego: Mistificações e Perspectivas da Formação Técnico-Profissional. **Boletim Técnico do Senac**, n. 2, p. 1-32, 1999.

_____. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 235-274, jan./abr. 2011.

FURTADO, André Tosi. A atualidade do pensamento de Celso Furtado. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 14, p.112-121, jan./jun. 2014.

FURTADO, Celso. A invenção do subdesenvolvimento. *Revista de Economia Política. Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 15, n 2, p. 5-9, abr./jun. 1995.

_____. **Introdução ao desenvolvimento**. Enfoque histórico-estrutural. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **O Mito do desenvolvimento econômico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCIA, Carlos. **Suape: muito mais que um porto**. Recife: Comunigraf, 2011.

GODOY, José Henrique Artigas de. **Novo desenvolvimentismo do Nordeste: industrialização, crescimento econômico e equidade no território Estratégico de Suape/PE**. Caxambu – MG, 2014. In: 38º Encontro Anual da Anpocs. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8925&Itemid=456>. Acesso em: 01 jan. 2016.

GOUGH, Ian. **Global Capital, Human Needs and Social Policies**. London: Palgrave, 2000.

GUARDA, Adriana. Pleno emprego traz desafio ao setor produtivo PARADIGMAS Mercado de trabalho mudou. Suape atrai trabalhadores e empresários se desdobram para manter pessoal. **Jornal do Comércio**, Recife, 2012.

GUMIERO, Rafael Gonçalves. **Dimensões do Desenvolvimento do Complexo Industrial Portuário de Suape: Política Econômica e Política Social**. 2015. 347 f. Tese. (Doutorado em Ciência política) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETTI, Celso João. et al. (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: Um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

HIRSCHMAN, Albert Otto. Teorizando sobre o desenvolvimento econômico de uma perspectiva histórica. **Estudos Cebrap**, n.18, p.07-44, 1976.

HOBBSAWM, Eric. **O novo século**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

IFPE. **Balanco de Gestão e Atividades 2015**. 2016. Disponível em: <http://www.ifpe.edu.br/campus/ipojuca/o-campus/balanco-de-gestao-e-atividades_2015.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Ipojuca. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=pe>>. Acesso em: 28 fev. de 2013.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Brasília, 2005.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Brasília, 2007.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Brasília, 2013.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Comunicado n.º 75 - Gastos com a política social**: alavanca para o crescimento com distribuição de renda. Brasília: IPEA, 2011.

_____. **Perspectivas do desenvolvimento brasileiro**. Livro 10. Brasília: Ipea, 2010.

IPOJUCA. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Perfil resumido**. 2014. Disponível em: <https://issuu.com/prefipojuca/docs/perfil_186e4afafe5a12>. Acesso em: 10 mar. 2015.

JAMESON, Frederic. **As sementes do tempo**. São Paulo: Ática, 1997.

JOBERT, Anette. Las grillas de clasificacion profesional: algunas referencias historicas. In: JOBERT, Anette et al. **Formación profesional**: calificaciones y clasificaciones profesionales; su influencia em las relaciones de trabajo; la experiencia francesa. Buenos Aires: Piette; Humanitas, 1992.

KLIKSBERG, Bernardo. **América Latina**: uma região de risco - pobreza, desigualdade e institucionalidade social. Brasília: UNESCO, 2002.

KLIKSBERG, Bernardo. O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 5, p.909-42, set./out. 2006.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, Niterói, v. 4, n. 1, p. 25-59, jun. 2002.

LENOIR, René. **Les Eclus**. Um Français sur 10. Paris: du Seuil, 1974.

LIMA, Jacob. **As artimanhas da flexibilização**: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

LIMA, João Vicente R. B. C. As possibilidades de uma socioecologia em Amartya Sen. **Pensamento Plural**, Pelotas, v.3, p. 121-145, jul./dez. 2008.

MAX-NEEF, Manfred A; ELIZALDE, Antonio; HOPENHAYN, Martín. **Desarrollo a Escala Humana**: uma opción para el futuro. Uppsala: CEPAAUR, Dag Hammars Foundation, 1986.

MEDEIROS, Cacilda. Os jovens na Cidade do Recife. In: CAVALCANTI, Helenilda; LYRA, Maria Rejane de Britto; AVELINO, Emília (Coord.). **Mosaico urbano do Recife**: inclusão/exclusão socioambiental. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2008.

MELO, Rosicleide Araújo de. **Juventude, participação e cidadania**: um estudo sobre a experiência do projoovem urbano em Recife/PE. 2014. 229f. Tese. (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

MELLO, Alex Fiúza de. Crise mundial e reestruturação produtiva: algumas questões de ordem teórica. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 7, n. 1, p. 5-30, jun. 2004.

MENNELLA, Ana Carolina Villas Bôas. Mercado de Trabalho Brasileiro e a Transição para a Vida Adulta: O Desafio da Juventude. **História na Fronteira**, Foz do Iguaçu, v. 2, n. 2, p. 77-96, jul./dez. 2009.

MONTEIRO NETO, Aristides; VERGOLINO, José Raimundo de Oliveira; SANTOS, Valdeci Monteiro dos. **Capacidades Governativas no Ambiente Federativo Nacional Pernambuco (2000-2012)**. Brasília: IPEA, 2015.

MORAES, C. Emprego ou empregabilidade. **Revista Ícaro Brasil**, n. 171, p.53-57, 1998.

MOREIRA, Eliana Monteiro; FARIAS, Maria da Salette Barboza de. **O Projovem e o novo dinamismo econômico**: desafios da qualificação profissional. In: Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes, 2013.

MOREIRA, Saulo. Documento Suape 2011. **Jornal do Comércio**. 2011. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-660Suape_PDF.pdf> Acesso em: 20 nov. 2015.

MTB/SEFOR. **Educação profissional**: um objeto para o desenvolvimento sustentado. Brasília: TEM, 1995.

MTE. Apresentação. In: MTB/SEFOR. **Habilidades**: uma questão de competências? Brasília: SEFOR, 1997.

_____. **Educação Profissional**: um projeto para o desenvolvimento sustentado. Brasília: SEFOR, 1995.

_____. **Orientação estratégica e programas**: Plano Plurianual 2004/ 2007. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2003.

_____. **Plano Nacional de Qualificação**: PNQ, 2003-2007. Brasília: MTE, SPPE, 2003. 56 p.

_____. **Plano plurianual 2004-2007**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2003.

MUNHOZ, Dércio Garcia. A fragilidade brasileira na crise pós-subprime. In: BISPO, Carlos Roberto et al. (Orgs.). **Crise Financeira Mundial**: impactos sociais e no mercado de trabalho. Brasília: ANFIP, 2009.

NEFFA, Júlio César. Clasificaciones e calificaciones profesionales: un nuevo e apasionante campo para la investigación desde la perspectiva de las ciencias sociales del trabajo. In: JOBERT, Anette et al. **Formación profesional**: calificaciones y clasificaciones profesionales; su influencia em las relaciones de trabajo; la experiencia francesa. Buenos Aires: Piette; Humanitas, 1992.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). **Public Expenditure on Income Maintenance and Programmes, Studies in Resources Allocation**. n.3, Paris, 1976.

_____. **Trabalho decente e juventude** – América Latina. Resumo Executivo. Organização Internacional do Trabalho, Brasil, 2007.

OLIVEIRA, Jussara de Fátima Alves Campos; CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **As políticas neoliberais para a educação profissional**: analisando o governo Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. In: III Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, 2012, Belo Horizonte. Anais do III SENEPT Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. **Economia Brasileira**. Crítica à razão dualista. São Paulo: Brasiliense/CEBRAP, 1975.

PAIS, José Machado. A Construção Sociológica da Juventude - alguns contributos. **Análise Social**, Lisboa, v. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990.

PAIVA, Suzana Cristina Fernandes de. **Estratégias de política industrial e desenvolvimento econômico**: ideias e ideais de Fernando Fajnzylber para a América Latina. 2006. 308 f. Tese (Doutorado em economia aplicada). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

PAUGAM, Serge. **La Disqualification Sociale**. Essai sur la Nouvelle Pauvreté. Paris: PUF, 1991.

PAULANI, Leda Maria. A utopia da nação: esperança e desalento. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Marcio. (Org.). **A grande esperança em Celso Furtado**. São Paulo: Editora 34, 2001.

PERNAMBUCO. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco CONDEPE/FIDEM. **Território Estratégico de Suape** – Diretrizes para uma ocupação sustentável (Versão Final). Recife: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco CONDEPE/FIDEM, 2008.

PIETRO, Carlos. Introducción: El empleo en Europa: transformaciones, tendencias e lógicas. Um análisis comparativo. In: PIETRO, Carlos (Org.). **La crisis del empleo en Europa**. vol. 01. Espanha: Alzira, 1999

PINTO, Geraldo Augusto; KEMMELMEIER, Carolina Spack. Estado, capital e trabalho: a flexibilização do direito do trabalho no Brasil na década de 1990. **Mediações** – Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 16, n. 1, p. 107-123, jan./jun. 2011.

POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego**: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Publisher, Brasil, 2000.

PRESTES, Emília Maria da Trindade. Considerações sobre o PLANFOR e suas experiências de avaliação. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto (Org.) **Qualificar pra quê? Qualificação pra quem?** Do local ao Global: o que se espera da qualificação profissional hoje. São Paulo: Fundação UNITRABALHO; Campina Grande: EDUFCG, 2006.

_____; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Educação, qualificação, trabalho e políticas públicas: campos em disputas. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 14, p. 45-59, 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano**. Brasília, 2013.

RODRIGUES, Victor de Oliveira. **Para não dizer que não falei das Flores**: As lutas dos trabalhadores da Construção Civil no Complexo Industrial e Portuário de Suape (PE). 2012. 82 f. Dissertação (Mestrado em sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

ROSTOW. Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico**: um manifesto não comunista. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: RUA, Maria das Graças. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. 2 v. Brasília: CNPD, 1998.

SAHA, Suranjit. Um outro capitalismo para novas mentes. **Rumos**, v. 11, set./out. 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: HELLER, Agnes. et al. **A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto-CORECON-RJ, 1999.

SANTOS, Breno Bittencourt. **Índice de felicidade local (IFL)**: Uma proposta teórico-metodológica de construção de uma medida de desenvolvimento social. 2015. 351 f. Tese. (Doutorado em sociologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

_____. **Juventude e trabalho**: posições profissionais e integração excludente. In: Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 2011, Salvador. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e (Des)igualdades, 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.

_____. **Por que é necessário preservar a coruja-pintada**. Folha de São Paulo – Caderno Mais, São Paulo, 2004.

_____. Poverty and Affluence. In: SEN, Amartya. **Inequality Re-examined**. New York: The Sage Foundation, 1992.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. O complexo industrial portuário de Suape enquanto instrumento de política territorial. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v.8, nº 2, jul./dez., 1992.

SILVA FILHO, Ivon Rodrigues. **Formação versus produção**: a formação e qualificação de jovens para o mercado de trabalho. 2014. 160f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SIMMEL, George. **Les Pauvres**. Paris: Quadrigue, PUF, 1998.

SISCÚ, João; PAULA, Luiz Fernando; MICHEL, Renaut. **Por que um Novo-Desenvolvimentismo?** Jornal dos Economistas n. 186, jan. 2005. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/novo-desenvolvimentismo_jornal.pdf> Acesso em: 2 nov. 2015.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 16-39, set./dez. 2003.

STEIN, Leila de Menezes. Para uma revisão do conceito de “degradação do trabalho”: resenha de “trabalho e capital monopolista” de Harry Braverman. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v.1, n.2, jan./ jul. 2009.

STIGLITZ, Joseph E. **El Malestar en la globalización**. Madrid: Punto de Lectura, 2003.

_____. **El precio de la desigualdade**. El 1% de la población tiene lo que el 99% necessita (Ebook). Taurus, 2012.

STROBEL, Pierre. De la pauvreté à l'exclusion: société salariale ou société des droits de l'homme? **Revue Internationale des Sciences Sociales**, n. 148, jun. 1996.

TANGUY, Lucie. Formação: uma atividade em vias de definição? **Veritas**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 385-410, jun. 1997.

TARTUCE, Gisela Lobo Baptista Pereira. Algumas reflexões sobre a qualificação do trabalho a partir da sociologia francesa do pós-guerra. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 353-382, mai./ago. 2004.

THOMAS, Hélène. **Les Exclus**. Paris: PUF, 1999.

TOLEDO, Flaviana Alves; RUMMERT, Sonia Maria. O PNQ e a política de qualificação profissional de trabalhadores a partir dos anos 1990. **Trabalho necessário**, v. 7, n. 9, p. 1- 28, 2009.

TOWNSEND, Peter. Conceptualising Poverty. In: **The International Analysis of Poverty**. London: Havester Wheatsheaf, 1993.

VAINSENER, Semira Adler. **Suape**: porto e complexo industrial. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=396&>. Acesso em: 12 abr. de 2013.

VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato (org.). **Corporativismo e desigualdade**. A construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

VASCONCELOS, Ricardo Afonso Ferreira de; LIMA FILHO, Domingos Leite. **Do modelo keynesiano-fordista ao sistema de acumulação flexível**: mudanças no perfil do trabalho e na qualificação. s/d. Disponível em: <<http://www.senept.cefetmg.br>>

/galerias/Arquivos_senept/anais/quarta_tema3/QuartaTema3Artigo4.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Complexo Industrial Portuário de Suape: impactos nas relações de trabalho. In: CAVALCANTI, Helenilda.(Coord.). **Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS):** migração, trabalho, condições de moradia, identidade e novas territorialidades. Recife: Fundaj/Observatório PE/LAEPT, 2015. 352 f. Relatório Final.

_____. Desenvolvimento e Trabalho no Nordeste: Velha Nova Problemática. In: LIMA, Marcos Costa; NASCIMENTO, Angela, (Orgs.). **O Nordeste brasileiro em questão:** uma agenda para reflexão. Recife: UFPE, 2014.

_____. Qualificação profissional: um campo em disputa. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto(Org.) **Qualificar pra quê? Qualificação pra quem?** Do local ao Global: o que se espera da qualificação profissional hoje. São Paulo: Fundação UNITRABALHO; Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

_____. Momento atual da política pública de qualificação profissional no Brasil: inflexões e desafios. **Ariús Revista de Ciências Humanas e Artes**, Campina Grande, v. 13, n. 1, jan./jul. 2007.

VÉRAS DE OLIVEIRA et al. O sistema “S” e os novos desafios da qualificação profissional: o caso do Senai da Paraíba. **Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 26, p. 143-174, abr. 2007.

VERIANO, Carlos Evangelista; MOURÃO, Rafael Pacheco. O pensamento de Celso Furtado e a construção de um projeto nacional. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n. 16, 2011.

VLEMINCKX, Koen; BERGHMAN, Jos. Social Exclusion and the Welfare State: na Overview of Conceptual Issues and the Policy Implications. In: MAYES, David G.; BERGHMAN, Jos; SALAIS, Robert (eds.). **Social Exclusion and European Policy**. Massachusets: Edward Elgar Publishers, 2001.

WIEDERKEHR, Alessandra Helena; BONETI, Lindomar Wessler. **Educação e trabalho:** as interfaces da profissionalização juvenil e o acesso ao mercado de trabalho. In: Anais do IX Congresso de educação – EDUCERE. III Encontro brasileiro de Psicopedagogia. 2009. PUCPR, 2009.

ZARIFIAN, Philippe. **A gestão dae pela Competência**. Anais do Seminário Internacional Educação Profissional, Trabalho e Competências. 1996. Rio de Janeiro: SENAI/DN-CIET, 1996.

APÊNDICES

APÊNDICE 1- Entrevista com representante da Secretaria de Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação (SEMPETQ)

1. Quais foram as principais iniciativas dessa secretaria em relação a qualificação profissional da população local para ocupar as novas frentes de trabalho geradas em SUAPE desde 2005, ano do boom de Suape?
2. Sabemos que no governo Eduardo Campos, Suape e os investimentos na área foram apresentados como um importante projeto que alteraria a vida dos pernambucanos, que geraria mais emprego e renda. Diante disso:
3. Houve alguma mudança estrutural no modus operandi das políticas públicas estaduais referentes a qualificação profissional?
4. Houve alguma mudança importante nos projetos de qualificação profissional pra indústria?
5. De repente, houve algum maior investimento nessas políticas? Como se dava a relação recursos federais e estaduais para esse tipo de política pública?
6. Com relação a qualificação profissional industrial o que foi feito por essa secretaria? Quais os projetos?
7. Houve articulação dessa secretaria com outras secretarias estaduais para tentar dar conta da nova demanda por profissionais qualificados na região de Suape?
8. Foram oferecidos cursos profissionalizantes pela secretaria ou pela parceria desta com outros órgãos? Se sim, quais cursos foram esses? Qual a duração?
9. -Esses cursos foram destinados a população para ocupar que tipo de função nas indústrias?
10. Nos últimos 10 anos, quais os projetos desenvolvidos por essa secretaria que visaram a qualificação profissional para indústria? Algum desses projetos foi destinado ao público jovem?
11. No fomento as políticas de qualificação profissional, quais foram ou quais são os principais parceiros?
12. O que o governo do estado, o que essa secretaria está fazendo para realocar esses trabalhadores no mercado de trabalho em tempos de desaceleração da economia?
13. Há algum projeto nesse sentido? Projeto de qualificação profissional?

14. - Qual a relação entre o governo do estado, essa secretaria com a classe empresarial industrial da região de Suape? Há parecerias? Se sim, quais?
15. Qual o diálogo dessa secretaria com a confederação da indústria de Pernambuco?
16. - Qual a relação e como se dá a articulação entre governo federal, governo estadual e município do Ipojuca no que tange a qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho?
17. - Há projetos específicos de qualificação profissional que visem a população jovem da região de Suape? Caso haja, quais são esses projetos e por quem são desenvolvidos?

APÊNDICE 2- Secretaria de Juventude do município do Ipojuca:

1. A criação da secretaria de juventude no município é recente, ela surge a partir de que momento ou de qual necessidade?
2. As políticas criadas e executadas nessa secretaria são destinadas ao público jovem. Mas qual a faixa-etária que a secretaria de fato reconhece como estando nesse segmento?
3. No que tange a qualificação profissional, há alguma parceria com a secretaria de educação do município?
4. Ainda sobre a qualificação de jovens no município, há alguma articulação entre o governo estadual e o município do Ipojuca?
5. Há alguma política ou parceria entre a secretaria estadual de Desenvolvimento social, criança e juventude de Pernambuco e a secretaria municipal de juventude do Ipojuca que vise a qualificação profissional e/ou que vise a inserção dos jovens Ipojucanos no mercado de trabalho?
6. A secretaria municipal de juventude estabelece algum tipo de relação com a classe empresarial local?
7. Há parcerias, quanto a qualificação de jovens do município, entre os cursos profissionalizantes da região sejam eles federais, estaduais e/ou municipais?
8. Há algum tipo de parceria entre universidades públicas como a UFPE e a UPE e a secretaria no que se refere a qualificação profissional dos jovens Ipojucanos?
9. Há algum projeto municipal que vise atender os jovens Ipojucanos e a inseri-los ou reinseri-los no mercado de trabalho?

APÊNDICE 3- CEMEP (Centro Municipal de Educação Profissional de Ipojuca)

1. Quais as propostas do centro? Qual o público alvo e sua faixa- etária? Como se dá as políticas de qualificação profissional desenvolvidas pelo centro?
2. Atualmente, qual a demanda da região? Que tipo de especialização é solicitado pelas indústrias da região?
3. - Houve mudança na demanda do tipo de mão de obra solicitada na região se compararmos o momento inicial de dinamismo da região com o momento atual?
4. Quais os tipos de profissionais estão sendo mais solicitados pelas indústrias agora?
5. - Quais os cursos criados para atender a nova demanda?
6. - O centro conta com parceiros para qualificação dos jovens Ipojuicanos? Quem são esses parceiros?
7. Há parceria entre a classe empresarial e o CEMEP?
8. - Há parcerias entre o CEMEP e outros centros de formação profissional da região como IFPE e Sistema S?
9. - O centro é uma iniciativa municipal, mas há alguma política federal e/ ou estadual que perpassa as suas diretrizes?
10. - No dia a dia, quais as empresas que mais solicitam os jovens que estudam no CEMEPE? Essas empresas são de qual setor? Do setor industrial ou de serviços/ turismo?
11. Há parceria entre o CEMEP e a UFPE ou UPE?
12. Há parcerias entre CEMEP e cursos profissionalizantes de cidades vizinhas como o IFPE e SENAI localizados na cidade do Cabo de Santo Agostinho?

APÊNDICE4- Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco – IFPE (Campus Ipojuca)

Entrevista com gestora

1. Atualmente vocês contam com quantos alunos na instituição? Com estes se dividem por área de formação?
2. Quem são os alunos do instituto e de que localidades eles provem? Existe prioridade nas vagas para alunos residentes em Ipojuca?
3. Nos primeiros anos do IFPE Ipojuca, os alunos que comprovassem residência em Ipojuca tinham mais facilidade em ocupar as vagas de estágios destinadas a instituição. Isto ainda ocorre?
4. São percebidas dificuldades por partes dos alunos do IFPE na absorção dos conteúdos das disciplinas? Caso haja, de que forma a instituição trabalha para atenuar esse déficit?
5. Qual o índice de evasão dos alunos? Em quais cursos isso ocorre com mais frequência? A que o instituto atribui esse movimento de saída dos alunos?
6. Quais as áreas, quais os cursos que tem maior absorção de mão de obra nas empresas de Suape?
7. Há alguma dificuldade em absorver a mão de obra especializada que foi formada no instituto?
8. A coordenação percebe algum tipo de retração na demanda de empregos geradas em Suape?
9. Há alguma parceria entre empresas de Suape e o IFPE na formação profissional dos estudantes? Caso sim, de que forma ocorre esta parceria?
10. Há algum tipo de parceria entre a prefeitura de Ipojuca e o IFPE na formação profissional dos estudantes? Caso sim, como se dá a parceria?
11. Há alguma articulação entre Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Juventude, CEMEPE e IFPE na formação profissional dos estudantes? Caso sim, como ocorre esta articulação?

APÊNDICE 5- Roteiro de entrevistas com alunos do IFPE Ipojuca

1. Dados Gerais:
 1. Sexo, Idade e situação conjugal
 2. Nível de escolaridade e ocupação dos pais
 3. Onde reside? Com quem mora?
 4. Possui filhos?

2. Qual o curso que faz no IFPE
3. Onde cursou o ensino médio (instituição e localidade)?
4. Durante o ensino fundamental e/ou ensino médio precisou trabalhar? Se sim, que tipo de atividade desempenhou e por que teve que trabalhar?
5. Trabalha atualmente? Se sim, que tipo de atividade desempenha?
6. O que levou você a cursar o curso técnico/profissionalizante? Como se deu a escolha desse curso?
7. Durante o curso técnico/profissionalizante sentiu dificuldade na assimilação do conteúdo das disciplinas? Caso sim, a que você atribuiu a dificuldade?
8. Há alguma parceria entre o IFPE com empresas instaladas em Suape e no seu arredor que vise inserir alunos dessa instituição nos postos de trabalho dessas empresas?
9. Do seu ponto de vista, as frentes de trabalho abertas em Suape contemplam, a contento, os profissionais da localidade?
10. Você já tentou achar emprego e/ou estágio, em Suape arredores, na sua área de formação? Qual o resultado desta tentativa? Quais as facilidades e dificuldades encontradas?
11. Uma vez concluído o ensino médio, deseja continuar a estudar? Qual o curso pretende fazer?
12. Você se vê no futuro ocupando um posto de trabalho em alguma empresa de Suape e/ou no arredor?
13. Quando você concluir seu curso atual, pretende ficar na localidade ou migrar?
Justifique sua escolha.
14. Quais as suas aspirações e expectativas de futuro profissional?